Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

VOLUME LXXXVII

SÃO PAULO
1992

ÍNDICE

Apresentação 5

Relatório e Balancete da Diretoria — 1992 7
25 de janeiro de 1992 (438 anos) — Duílio Crispim Farina 19

A Função Desbravadora do Tietê — Hernâni Donato 26
Fernando Dias Falcão — Nelo Garcia Migliorini (in memoriam) ... 37

Porto Feliz, aspectos de sua história e sua gente —
Roberto Machado Carvalho 49

Memórias Históricas do Quartel Central dos Bombeiros —
Reginaldo Moreira de Miranda 61

Recordação e permanência de Tchaikovsky (1840-1893).
Apontamentos críticos — José da Veiga Oliveira 69
Sessões plenárias e CEHIS 81

CEHIS — Atas das primeiras sessões 83

Homenagem a sócios falecidos em 1992 87

Atas das sessões — janeiro a junho de 1992 97

Diretoria — 1993/1996 113

APRESENTAÇÃO

A Revista figura entre as mais queridas tradições do nosso Instituto. Ela tem resistido a toda sorte de dificuldades durante os anos em que vem sendo publicada. Ao determinar, estatutariamente, que ela deve aparecer ao menos uma vez ao ano, os idealizadores da entidade imaginaram-na como repositório, tribuna e porta-voz.

Essas funções deverão ser cumpridas com enfase especial durante o ano de 1994, o ano do Centenário do Instituto. Algumas modificações no seu todo, especialmente quanto ao aspecto gráfico, já se podem notar neste número. Devemo-las, ao propósito impositivo de atualizar a Revista também no seu aspecto material. Nesse empenho, felizmente, tivemos o apoio entusiástico e efetivo da direção da parte gráfico-editorial da Imprensa Oficial do Estado, dirigida pelo sr. Antonio Arnosti. Do entendimento havido, com perfeita sintonia do que significa prestar serviços à cultura histórico-geográfica do nosso Estado, resultou a possibilidade, para o Instituto, de continuar a publicação da Revista. Não foi indiferente aos nossos objetivos, que também são os do D.O. Leitura, o jornalista Wladimir Araújo, promotor dos primeiros entendimentos do Instituto com a Imprensa Oficial do Estado.

Este número é bem um retrato do Instituto: por ele se poderá acompanhar as atividades burocráticas e culturais, além de conhecer os trabalhos de sócios, elaborados com finalidade clara de remontar fastos e pessoas e de atividades de outras cidades e associações, com as quais o Instituto colaborou em diversas oportunidades.

O próximo número constará de palestras pronunciadas no curso a propósito da fundação e da evolução da entidade, com o qual, em outubro e novembro/93, abriremos as comemorações do Centenário.

Hernâni Donato
Presidente

Relatório das Atividades do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — exercício de 1992

Introdução

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo tem a honra de apresentar aos senhores sócios do sodalício o Relatório das Atividades durante o ano de 1992, cumprindo determinação do Art. 16, inciso e, combinado com o Art. 30 dos Estatutos.

Registre-se de início que, no panorama geral do País, o ano foi caracterizado no plano econômico, pela continuidade de altos índices inflacionários e conseqüente desvalorização do cruzeiro, acarretando dificuldades no setor produtivo, marcado pela retração industrial e fraco movimento comercial; no plano social, perdurou a recessão, causadora de considerável percentual de desempregos, e os baixos salários, defasados ante a elevação de preços; no plano político, o acontecimento de maior destaque foi a renúncia do Presidente da República, após instauração de processo de impeachment sob a acusação de crime de responsabilidade. Por outro lado, o País reagiu às adversidades, especialmente no referente à estabilidade no funcionamento das instituições nacionais, fundamentadas no regime democrático. Prova maior foi a normalidade da campanha eleitoral e a realização das eleições municipais realizadas em 3 de outubro e 15 de novembro.

No plano interno, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo procurou se adaptar à situação econômico-financeira, obtendo adequados reajustes nos aluguéis de suas instalações, o que permitiu a aplicação no mercado financeiro, conforme atesta o Balancete anual, de consideráveis numerários, possi-

bilitando a atualização do valor de suas receitas mensais. Por outro lado, permitiu também que uma parcela fosse destinada aos investimentos, tendo em vista a melhoria de seu atendimento aos senhores sócios e usuários em geral. Registre-se logo, como ponto alto da atual gestão, prestes a encerrar seu mandato, o fato marcante nos Anais da história do Instituto, a aquisição de Computadores, o que significa o ingresso do cenáculo na Era tecnológica da Informática. Ainda como resultado da boa situação financeira do Instituto destaque-se a substituição das cortinas nas salas do sétimo andar, o custeio de mais um número da Revista, a aquisição de livros para a Biblioteca e a manutenção de seus Departamentos de pesquisas e estudos.

Durante o ano transcurso, todas as instalações do sodalício estiveram abertas, em seus horários regulamentares, permitindo aos seus associados e interessados o usufruto da Biblioteca, Hemeroteca, Arquivo e Museu. Registre-se, ainda, a realização de todas as sessões plenárias nas primeiras e terceiras quartas-feiras dos meses de fevereiro a outubro, bem como as reuniões do Centro de Estudos Históricos — CEHIS, nas segundas e quartas quartas-feiras dos meses de fevereiro a novembro. Destaque-se também a realização, em 7 de outubro, da Assembléia Geral de eleição da Diretoria para o triênio janeiro/93 a janeiro/96 e da aprovação, por unanimidade, em reconhecimento aos seus méritos de cidadão e intelectual e aos relevantes serviços prestados ao Instituto, da Proposta de eleição do atual Presidente, acadêmico Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho para Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Sessões

Foram realizadas vinte sessões plenárias, assim distribuídas: uma sessão-Relatório, uma sessão solene inaugural, oito sessões culturais, sete sessões administrativas, uma sessão em homenagem póstuma ao Dr. Moisés Gicovate, eminente 2º Vice-Presidente, uma sessão de eleição de Diretoria, uma sessão Magna de homenagem aos sócios falecidos em 92 e encerramento do ano social.

Reuniões de Diretoria

Sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, foram realizadas quatro reuniões de Diretoria para tratar de assuntos administrativos e culturais.

Sessão — Relatório

Em 15 de janeiro, foi realizada uma sessão dedicada ao expediente e apresentação do Relatório anual da Diretoria, correspondente ao ano de 1991 e do Balancete financeiro, conforme determina o Art. 30 dos Estatutos.

Sessão Solene Inaugural

Aos vinte e cinco de janeiro foi realizada a sessão solene inaugural do Exercício de 1992; o 1º orador acadêmico Duílio Crispim Farina discorreu sobre duas magnas efemérides da história de São Paulo: os 438 anos de fundação da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554, e os 98 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1º de novembro de 1894.

Sessões Culturais

Em todas as primeiras quartas-feiras dos meses de fevereiro a outubro foram realizadas as sessões culturais, num total de oito, com a participação de sócios e convidados. Foi cumprido o seguinte programa:
— 5 de fevereiro: "Centenário de Júlio de Mesquita Filho", oradores: J. B. Silveira Peixoto, Roberto Machado Carvalho, J. Pereira e Israel Dias Novaes.
— 11 de março: "Centenário de Menotti Del Picchia", orador: Henrique L. Alves.
— 8 de abril: "Centenário de Francisco de Paula Vicente de Azevedo", orador: Antonio Alves Mota Sobrinho.
— 6 de maio: "Sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842", orador: Roberto Machado Carvalho.
— 3 de junho: "O romance contemporâneo", orador: Antonio Roberto de Paula Leite.
— 1º de julho: "60 anos da Revolução Paulista", orador: Roberto Machado Carvalho.
— 2 de setembro: "História do Termalismo no Brasil", orador: Benedictus Mário Mourão, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Sessões Administrativas

Em todas as terceiras quartas-feiras dos meses de fevereiro a outubro foram realizadas as sessões administrativas, perfazendo um total de sete. A ordem do dia de cada sessão constou de leituras de Atas pelo 2º Secretário, apresentação do Expediente e leituras de Efemérides pelo 1º Secretário, apresentação de Balancetes financeiros pela 1ª Tesoureira e participação dos senhores sócios, abordando assuntos administrativos ou apresentando moções a ser encaminhadas.

Sessão Magna

Conforme rezam os Estatutos, em seu Art. 30, foi realizada em 21 de outubro a Sessão Magna de homenagem aos sócios falecidos durante o ano de 1992. O 1º orador Duílio Crispim Farina discorreu sobre a vida e obra das seguintes personalidades, saudosos consócios: Sócio Benfeitor — Nelson Marcondes do Amaral; Sócios Eméritos: Péricles Eugênio da Silva Ramos, José

Leandro de Barros Pimentel, Antonio Ferreira Cesarino Júnior e Ulysses Guimarães; Sócios Titulares: Itamar Bopp, José Tavares de Miranda, João Gabriel Sant'Ana e Moisés Gicovate; Sócios Honorários: José Pedro Galvão de Souza, Waldemar do Amaral Gurgel Vianna, Wilson Dias Castejón, Oldemar Adriano do Couto e Benjamin Salles Arcuri; Sócio correspondente nacional: Theodoro de Souza Campos Júnior.

Sessão Solene de Homenagem Póstuma

Em 20 de maio, foi realizada uma sessão solene de homenagem póstuma ao ilustre consócio Dr. Moisés Gicovate, 2º Vice-presidente do sodalício, falecido em 26 de abril. Com palavras repassadas de emoção e saudade, o 1º orador Duílio Crispim Farina destacou o brilhantismo da atuação de Moisés Gicovate no campo cultural, através de numerosas obras, artigos e conferências, e ressaltou suas qualidades de cidadão e de notável membro da Diretoria do Instituto.

Eleições

Em 7 de outubro foi realizada a Assembléia Geral convocada especialmente para a eleição da próxima Diretoria, exercício do triênio janeiro/93 a janeiro/96. Foi eleita a seguinte Diretoria:
Presidente: Hernâni Donato
1º Vice-presidente: Duílio Crispim Farina
2º Vice-presidente: José Pereira
3º Vice-presidente: Odilon Nogueira de Matos
1º Secretário: Roberto Machado Carvalho
2º Secretário: José da Veiga Oliveira
3º Secretário: Henrique L. Alves
4º Secretário: Ruy Rebello Pinho
1º Tesoureiro: Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
2º Tesoureiro: Douglas Michalany
1º Orador Oficial: Israel Dias Novaes
2º Orador Oficial: José Benedito Silveira Peixoto
1º Bibliotecário: Célio Salomão Debes
2º Bibliotecário: Adérito Augusto de Moraes Calado
Hemerotecário: Délio Freire dos Santos
Museu, Arquivo e Documentação: Reginaldo Moreira de Miranda

Em sessão de 13 de maio, foi eleito para sócio titular o distinto consócio Walter Pinheiro Guerra, tendo tomado posse na sessão de 1º de julho.

Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, Presidente Honorário.

Uma plêiade de associados do Instituto encaminhou à Diretoria, solicitando, conforme cláusula estatutária, a concessão do título de Presidente Honorário ao acadêmico Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, que durante seis

anos, dois mandatos, presidiu o sodalício. O documento, contendo cinqüenta assinaturas, foi aprovado por unanimidade pela Diretoria e está assim redigido:

Os abaixo-assinados, sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em pleno gozo de seus direitos, vêm respeitosamente apresentar a Proposta que segue.

Considerando que:

— o acadêmico Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, na condição de presidente por dois mandatos consecutivos, perfazendo um período de seis anos, 1987 a 1993, prestou relevantes serviços ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;

— o acadêmico Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho é uma personalidade de notável projeção em nosso meio social e de destacada presença nas diretorias e quadros sociais das principais instituições culturais e científicas de São Paulo;

— os Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em seu Art. 12 estabelecem que "a qualidade de Presidente Honorário só poderá ser atribuída, excepcionalmente e em caráter vitalício, a personalidade do mais alto relêvo social e científico..."

Propõem que seja concedida ao DR. LYCURGO DE CASTRO SANTOS FILHO a distinção de PRESIDENTE HONORÁRIO do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Atenciosamente.

Seguem cinqüenta assinaturas de sócios.

Revista

No final do Exercício foram encaminhados à Gráfica Sangirard Ltda. os originais do número oitenta e seis da Revista, correspondente ao ano de 1991, devendo a edição e distribuição aos senhores sócios acontecer nos próximos dias.

Quadro de Sócios

Como é do conhecimento geral, desde o início do primeiro mandato da atual gestão foi suspensa, por decisão da Diretoria, a admissão de sócios em todas as categorias. A medida tinha por objetivo preservar uma antiga tradição do Instituto, a manutenção de um alto nível moral e intelectual de seu quadro associativo.

Dessa forma e por motivo de falecimentos, o número total de sócios, de 462 (quatrocentos e sessenta e dois) em janeiro de 1987, foi reduzido para 348 (trezentos e quarenta e oito) em janeiro de 1993, total de sócios no presente momento e assim distribuídos por categorias: Beneméritos — 2; Benfeitores

— 5; Eméritos — 73; Titulares — 67; Honorários — 91; Correspondentes Nacionais — 79 e Correspondentes Estrangeiros — 31.

Pessoal

Todos os funcionários do sodalício receberam seus salários em dia, bem como reajustes salariais em datas programadas, conforme legislação trabalhista.

Para exercer as funções de Bibliotecária foi admitida a Srta. Sabia Hussein Mustafa.

Cumpriram, com zelo e dedicação, suas tarefas os funcionários da Secretaria Sandra Maria de Souza Cruz e Carlos Alberto Araújo; da Biblioteca, Brás Ciro Gallotta e Sabia Hussein Mustafa; dos serviços de limpeza e copa, Maria Lopes da Silva e Maria Eva Machado de Lima; dos serviços de ascensoristas Vitório da Silva e Olávio da Paz; e da Contabilidade, Décio Esteves de Gouvea.

Computadores

Prestes a comemorar seu primeiro Centenário de fundação, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a mais antiga instituição cultural de São Paulo, conquista uma das maiores realizações de sua existência, a entrada na Era da Informática, através da instalação, em outubro/92, de um Computador de controle geral instalado na Secretaria, sétimo andar, Rede Novell com quatro terminais instalados na Biblioteca, terceiro andar.

Após um acurado levantamento de preços no mercado, a Tesouraria do sodalício, dirigida pela Dra. Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, apresentou como melhor opção o orçamento da firma Via Data Informática Ltda., tendo contado com a aprovação do presidente acadêmico Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho e dos membros da Diretoria.

Está assim o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo preparado para melhor servir aos usuários de suas instalações, mormente da Biblioteca, com seus quarenta mil volumes aproximadamente, e a Hemeroteca, podendo, de uma forma moderna e ágil, atender aos trabalhos de consultas e pesquisas. Trata-se, pois, de uma dinamização de suas atividades, correspondendo aos anseios dos associados e que, certamente, ficará marcado como ponto alto, nos Anais do Instituto.

Biblioteca "Afonso D'E. Taunay"

Sob o eficiente trabalho desenvolvido pelos funcionários Brás Ciro Gallotta e Sabia Hussein Mustafa, a Biblioteca "Afonso D'E. Taunay", dirigida pelo 1º e pelo 2º Bibliotecários, Pe. Hélio Abranches Viotti e Henrique L. Alves, respectivamente, recebeu um total de 250 (duzentos e cinqüenta) consulentes, os quais consultaram 496 (quatrocentas e noventa e seis) obras. Fo-

ram registradas diversas doações de sócios, famílias de sócios falecidos, instituições oficiais e particulares e Editoras. Destaque-se o acervo de dois mil livros da Biblioteca do saudoso consócio Dr. Moisés Gicovate e 500 (quinhentos) livros, além de periódicos e recortes de jornais alusivos à Filatelia, que pertenceram ao saudoso consócio José Leandro de Barros Pimentel. Dos sócios, a Biblioteca recebeu livros dos consócios Hernâni Donato, Délio Freire dos Santos, José da Veiga Oliveira e 73 (setenta e três) catálogos, separatas sobre arte, de Duílio Crispim Farina. Merecem ainda destaque algumas obras doadas por instituições particulares: Banco Safra, Robert Bosch, Fundação SEADE, Instituto de Investigação Científica Tropical, de Lisboa, e Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (catálogo). Foram adquiridos os cinco volumes da coleção "História da Vida Privada", 29 (vinte e nove) livros da Coleção Brasiliana e "Bahia, século XIX", de Kátia de Queirós Mattoso. Registrem-se ainda doações de livros didáticos das seguintes editoras: Atual, Lê, Saraiva, Cortez, Globo, Unicamp e USP e encadernação de diversas obras, destacando os 17 (dezessete) volumes do "Dictionnaire Universel du XIX^{me} siécle", de Pierre Larousse.

Hemeroteca "Júlio Mesquita"

Durante o ano de 92 foram consultados 130 títulos de periódicos e feitas 819 doações de exemplares, entre jornais e revistas nacionais e estrangeiras. Entre as coleções doadas, destacam-se a Revista da USP e a Revista do IEB, Instituto de Estudos Brasileiros, graças à gentileza do consócio Prof. José Sebastião Witter, a revista italiana Altreitalie, pela fundação Giovanni Agneli, 7 volumes, a revista National Geographic, 594 exemplares, de 1911 a 1974, doação do consócio Dr. Duílio Crispim Farina, os volumes 3 e 4 da Revista do Livro, doação do consócio Dr. Délio Freire dos Santos, e 49 exemplares de diversos jornais, doação do funcionário Brás Ciro Gallotta.

Museu "José Bonifácio"

Sob a direção do consócio Reginaldo Moreira de Miranda, o Museu "José Bonifácio" manteve-se em ordem e aberto aos interessados em consultar seu valioso acervo. Registre-se o magnífico trabalho de organização do Arquivo do pintor e historiador Benedito Calixto, que recebeu a colaboração do convidado sr. Jaime Mesquita Caldas, pesquisador da História da Baixada Santista. Diversas pastas antigas foram substituídas por outras de melhor qualidade e de mais fácil manuseio.

Centro de Estudos Históricos — CEHIS

O Centro de Estudos Históricos — CEHIS, órgão do Instituto, fundado em 1985, realizou suas reuniões na sala do sétimo andar, às segundas e quartas-feiras dos meses de fevereiro a novembro, totalizando 19 (dezenove) reuniões. O crescente aumento do número de presenças, com a apresentação de Comu-

nicações culturais e participação nos debates, é a melhor constatação do brilho das atividades do CEHIS. Registre-se que até outubro do ano findo foram editados 46 (quarenta e seis) exemplares do Jornal do CEHIS, sob a responsabilidade do consócio e jornalista J. Pereira.

Conclusão

O ano de 1992 foi o último da atual Diretoria, presidida pelo acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho. Ao final da jornada, cumpre-nos agradecer a preciosa colaboração dos senhores consócios, nas sessões plenárias, e do CEHIS, nos artigos da Revista e em outras atividades do sodalício. Cumpre-nos também desejar à próxima Diretoria, presidida pelo acadêmico Hernâni Donato, os melhores votos de pleno sucesso, mormente nestes dois primeiros anos de gestão, quando o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo comemorará o seu primeiro Centenário de fundação.
São Paulo, 13 de janeiro de 1993.

Roberto Machado Carvalho
1º Secretário

Lycurgo de Castro Santos Filho
Presidente

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Balanço Financeiro em 31 de dezembro de 1992

Entradas		Saídas		
Receitas no Exercício		**Despesas no Exercício**		
Rendas de aluguéis e condomínio	545.519.126,27	Despesas com pessoal	221.243.949,04	
Rendas s/ aplicações financeiras	929.309.045,11	Outras despesas	154.990.973,10	376.234.922,14
Rendas diversas	27.401.517,58	**Imobilizações no exercício**		
Total das receitas	1.502.229.688,96	Biblioteca	1.967.500,00	
		Móveis e utensílios	3.201.300,00	
		Instalações e equipam.	87.809.900,00	
		Benfeitorias	10.139.001,00	103.117.701,00
		Soma		479.352.623,14
Saldo em 31/12/1991	56.772.118,60	Saldo em 31/12/92		1.079.649.184,42
Total	1.559.001.807,56	Total		1.559.001.807,56

São Paulo, 31 de dezembro de 1992

Maria Lucia de Souza Rangel Ricci
1ª Tesoureira

Lycurgo de Castro Santos Filho
Presidente

Décio Esteves de Gouvea
Contador — C.R.C. 31.431-SP

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Demonstração da Conta de Receita e de Despesa no Exercício de 1992

Receitas		Despesas		
Receitas no Exercício		**Despesas com Pessoal**		
Rendas de aluguéis e condomínio	545.519.126,27	Salários e ordenados	180.422.813,58	
Rendas s/ aplicações financeiras	929.309.045,11	Previdência Social	19.534.666,90	
Rendas diversas	27.401.517,58	F.G.T.S.	8.305.400,68	
Total das receitas	1.502.229.688,96	P.I.S.	1.674.207,88	
		Vale-Transporte	11.306.860,00	221.243.949,04
		Outras Despesas		
		Energia elétrica	19.669.109,72	
		Água	36.154.509,76	
		Telefone	2.905.922,00	
		Impostos e taxas	22.069.011,47	
		Conservação elevadores	6.948.565,14	
		Conserv. prédio e inst.	12.811.562,47	
		Despesas com sessões	13.907.370,00	
		Confecção da revista	30.000.000,00	
		Despesas diversas	5.195.468,08	
		Material de consumo	5.329.454,46	154.990.973,10
		Total das despesas		376.234.922,14
		Superávit no exercício		1.125.994.766,82
Soma	1.502.229.688,96	Soma		1.502.229.688,96

São Paulo, 31 de dezembro de 1992

Maria Lucia de Souza Rangel Ricci
1ª Tesoureira

Lycurgo de Castro Santos Filho
Presidente

Décio Esteves de Gouvêa
Contador — C.R.C. 31.431-SP

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 1992

Ativo			Passivo	
Ativo Circulante			**Patrimônio Líquido**	
Disponível				
Caixa	671.016,09		Saldo anterior	263.951.232,98
Bco. Itamarati c/ Movimento	87.772.275,87	88.443.291,96	Correção do ativo	2.320.406.075,00
Aplicações Financeiras			Superávit no exercício	1.125.994.766,82
Bco. Itamarati c/ T.R.Fixa	863.257.523,43			
Bco. Itamarati c/ Poupança	9.075.203,12			
Bco. Itamarati c/ D.E.R.	23.279.537,82			
Bco. Itamarati c/ Fundo	7.637.282,59			
Bco. Itaú c/ Poupança	81.226.485,00			
Bco. Itaú c/ D.E.R.	6.729.860,50	991.205.892,46		
		1.079.649.184,42		
Ativo Permanente				
Imóveis	2.348.500.000,00			
Biblioteca	25.580.526,00			
Móveis e utensílios	61.676.351,00			
Instalações e equipam.	139.052.889,00			
Benfeitorias	55.893.124,38	2.630.702.890,38		
Soma		3.710.352.074,80	Soma	3.710.352.074,80

São Paulo, 31 de dezembro de 1992

Maria Lucia de Souza Rangel Ricci
1ª Tesoureira

Lycurgo de Castro Santos Filho
Presidente

Décio Esteves de Gouvea
Contador — C.R.C. 31.431-SP

25 de janeiro de 1992 (438 anos)

DUÍLIO CRISPIM FARINA

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo reverencia, na data maior de Piratininga, vultos distintos de seus fastos rutilantes, em louvação ungida de respeito e ufanias. Anchieta em carta dirigida a Santo Inácio de Loiola foi positivo: "alguns dos irmãos mandados para esta aldeia no ano do Senhor de 1554, chegamos a ela a 25 de janeiro e celebramos a primeira missa numa casa pobrezinha e muito pequena no dia da conversão de São Paulo e por isso dedicamos ao mesmo nome esta casa". Transportaram-se pois em 1554 para aqui os fundadores da nova casa da Companhia de Jesus. Defendiam-nos os chefes indígenas Tibiriçá, Caiubi e Tamandiba. O primeiro colégio dos jesuítas no Novo Mundo instala-se em Piratininga, a 25 de janeiro de 1554, instantes inaugurais da "conversão do Brasil" e "do estudo da gramática". A coincidência do dia da chegada e da primeira missa fez que se chamasse "Colégio de São Paulo". E a tudo sobressai o canarino José de Anchieta, de vinte anos incompletos, já não noviço, instrumento do Senhor, com grande energia de vontade. Na nova Aldeia de Piratininga, treze ou quatorze religiosos da Companhia de Jesus, poucas dezenas de curumins educados em São Vicente, regressos à casa dos pais, na choupana, ouvem a missa primeira, celebrada pelo 1º Superior da casa, padre Manuel de Paiva. Altar improvisado. Desígnios da Providência, do Altíssimo. História de labores e vicissitudes e intermináveis pelejas. Estamos aqui. Saibamos recordá-los, entendê-los, reverenciá-los. Cabe-nos rememorar figuras expressivas desta Casa da Memória Histórica, da Pesquisa do Passado Paulista. Antes de mais nada o nome de seus fundadores, idealizadores nunca suficientemente enaltecidos, o filho de Nice, Estevão Leão Bourroul, o cearense Domingos Nogueira Jaguaribe e o ínclito Antônio de Toledo

Piza. São Paulo sempre a aculturar em cadinho único proveniências díspares mas centralizados num sonho único de construção duradoura. Sangue provençal e dos homens lígures, nortistas com matizes indígenas pronunciados e paulista em que sobejam as gravidades castelhanas com irradiações dos saboiardos. Curiosas as aculturações dos povos e mesmo dos homens no perpassar das centúrias, em camadas que atingem não só a epiderme, os traços do facies e do temperamento, como os modismos da ação e da conduta. As enxertias nesta Casa de Cesário Motta Júnior multiplicaram em décuplo, em breves anos, as intenções e metas do grupo inicial de fundadores. Em síntese emocional diríamos que Domingos José Nogueira Jaguaribe foi médico, psicólogo, pioneiro das práticas da hipnose, da balneoterapia e da educação física em nossa cidade. Romancista, ensaísta, cronista da história e com tintas de iniciado na Antropogeografia e Etnografia. Polivalente, figura curiosa, lendário até como preconizador de metodologias pouco lógicas para o tempo, introdução de dromedários nas dunas nordestinas, aprendizado de macacos para a colheita de café, verdadeira antecipação de um pensar pré-robotiano... mas também fundava ligas antialcoólicas como sonhador impenitente e tinha o reconhecimento científico de institutos londrinos de Psicologia Médica e Hipnose. Estevão Bourroul, pensador católico, jornalista, advogado, deputado provincial, Secretário do Governo Provincial durante as respeitadas gestões do Conde do Parnaíba, Elias Chaves, Dutra Rodrigues, Pedro Vicente e Barão de Jaguara. E ainda tabelião, ensaísta, historiador de títulos de permanente interesse, e com positiva atuação ao ser criado o Partido Católico, ao lado do então Cônego José de Camargo Barros, Domingos Sertório, Rubino de Oliveira, Felizardo Cavalheiro, Luiz Gonzaga da Silva Leme e Brasílio Machado. Antonio de Toledo Piza, engenheiro, republicano histórico, diretor do Arquivo do Estado e Repartição de Estatística. Farejador em escaparates, ainda não perquiridos, de velhas laudas, trazendo ao lume os trabalhos pioneiros do grande Diogo de Toledo Lara e Ordonhes sobre a nossa ornitologia, este irmão de Arouche e benemérito estruturador da Misericórdia Paulistana, da chácara dos Ingleses de Radmaker. Toledo Piza, com tudo isso, e muito mais a auxiliar, também a alicerçar os fundamentos de nossa colenda instituição. Alfredo Moreira Pinto, em seu utilíssimo livro, a propósito da entidade mais antiga de Piratininga, o nosso Instituto Histórico, registra: "funciona no Largo da Sé nº 2. Publica uma Revista anual, foi fundado em 1º de novembro de 1894 a esforços de Toledo Piza e Jaguaribe, não inscreveu, por falha informativa, o nome de Bourroul nem citou o nome do primeiro presidente Cesário Motta Junior. Em bem verdade na acolhedora Faculdade de Direito de São Paulo, chãos sagrados das árvores da liberdade e da cultura com o apoio e a presença de seu diretor, Barão de Ramalho, houvera a sessão primeira do Instituto, dentro dos princípios que haviam regido e haverão de reger os baluartes da paulistanidade, fiéis aos motes e dísticos da civilização paulista, fundamentados nos quatro séculos de um bandeirismo sempre vitorioso e em que nunca faltaram as bandeiras do Direito, justiça e liberdade. É mister, a bem da justiça, a citação de dois dos maiores beneméritos da inteira história deste Instituto, e que, por mais ações e esforços, permitiram a ereção do atual edifício que o abriga e é fonte

permanente dos subsídios mantenedores da continuidade de suas atividades. Com unção e saudade, imensas saudades devem-se enunciar os nomes de Ernesto de Souza Campos e Antônio Silvio da Cunha Bueno, venerado mestre e caríssimo companheiro de minha geração. Ambos não envidaram esforços, empenhando o prestígio de suas personalidades invulgares, em dificultosos momentos para que tudo fosse aplainado no surgir de impedimentos e obstáculos. Autênticos e exemplares obreiros da saga da ereção do prédio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A eles a nossa perene gratidão. Ernesto de Souza Campos, engenheiro pela Politécnica de São Paulo, médico pela turma de 1918 da Casa de Arnaldo e seu catedrático de Microbiologia e Imunologia; fundador e presidente em vários mandatos do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz; grande estruturador e dirigente das obras do novo edifício da Faculdade de Medicina de São Paulo, na colina do Araçá; vice-diretor da Escola Médica, Ministro da Saúde e Educação; títulos e títulos, às centenas, distintos, e de eleição, vida de dignidade, gestos nobres, desprendimento, amor a São Paulo, à Faculdade, a este Instituto e ao Brasil. Servidor emérito da coletividade e da Universidade de São Paulo de que é historiador. Presidente desta Casa, membro da Academia Paulista de Letras. Antônio Silvio da Cunha Bueno. Personalidade destacada, condutor, líder estudantil desde a juventude, integrado em todos os movimentos cívicos de São Paulo e da nacionalidade; apegado ao pensar municipalista, filho das Arcadas Franciscanas, de greis tradicionais bandeirantes. Ligado à terra, às atividades agrárias, pelos ancestrais, defensor das causas dos municípios, células da pátria, escoteiro na Guerra Cívica Constitucionalista, deputado estadual e federal, amigo das coletividades estrangeiras e elo de ligações entre elas e os seus problemas em tribunas em que assomava pelos seus direitos; querido, amado, respeitado e sempre festejado. Secretário de governo, e tanto mais e até a merecer as injustiças que se sói merecer do medíocre e do incapaz. Retrato de uma época de lutas e barricadas contra o arbítrio e a opressão.

Há pouco mais de um mês comemorou-se o centenário da morte do segundo imperante do Brasil. Desapareceu após longo período de máximo fastígio, grandeza moral, respeito universal no conceito das nações. Humano, justo, tolerante, moderador, sempre a prestigiar o talento e a apoiar valores na escalada da ascensão intelectual. Viajor incansável, trazia a inquietude de sempre querer saber e enaltecer o Brasil em todos os quadrantes. Conselheiro e incentivador de Pedro Augusto, seu neto, a aumentar coleções de mineralogia e numismática com exemplares em medalheiros diferenciados: peças da Frígia, Laodicéia, Lídia, da Cária, da Jônia e até da Nicomédia. Arte e espírito, sensibilidade ampla e profunda, módulos de seu cerne e alma modelar. Bem disse Mitre que desaparecia o maior democrata da América, o mestre-escola paradigma, anseio e galardão supremo do monarca. Cultuava os afins, os sábios e cientistas, homens de letras, em festejados convívios e larga correspondência com Pio IX e Leão XIII, Lamartine e Manzoni, Renan, Herculano, Carducci e Camilo. Este ao receber a sua visita, de início com reservas, determinou-se a rasgar os originais da "Infanta Capelista" diatribe à casa rei-

nante, dardejos à redentora. Sentiu-se envolvido e inebriado pela cortesia natural, ademanes de quem se subordinava ao saber e às cintilações da criação literária. De Vitor Hugo também vem o célebre epíteto: sois o neto de Marco Aurélio, pois o imperador acabava de enfatizar que a única majestade que conhecia era a da sabença, dos que criam livros eternos, fazedores de obras-primas. Freqüentou esculápios da França e da Itália, a Sorbone e Coimbra. Charcot (mestre da Salpetriére), Semola, Michel Peter, Charles Bouchard (sucessor de Claude Bernard no Colégio de França), De Giovanni Achile, Bruno, Brown-Séquard, todos mais tarde a somarem conhecimento e esforços no empenho de tirá-lo dos difíceis momentos em Milão de gravíssima doença, 1888. Empatias fraternas, tido como par, assentava-se nos colendos grêmios da inteligência, do alto labor, em Paris, Turim, Nice e Baden-Baden. Por tudo isso no Palácio Real de Bruxelas é recebido com a presença do príncipe de Chimay, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Almoça com os condes de Villeneuve e é recepcionado pelos reis dos Belgas que o levaram consigo em coche real, rumo à estação, para o retorno a Paris. Nesta cidade corre logo o soberano a visitar Ernest Renan e Pasteur em prazenteiros encontros. Normas habituais. E no Palácio Pitti, Florença, os reis de Itália, presentes a rainha Vitória da Inglaterra e a da Sérvia, recebiam-no em banquete consagrador. Dias de respeito, consideração e reconhecimento a méritos que se estendem ao Império Brasileiro. Amigo de Graham Bell, primeiro a falar pelo telefone, viajante pelas sete partes do mundo, desejoso de aprender e louvar a civilização realizada pelo homem na face da terra. Imperador-humanista, mecenas, mestre-escola a presidir bancas de concurso, D. Pedro II ficou como suave mensageiro a abençoar os páramos sagrados, chãos da terra brasílica como o maior de todos os brasileiros. Que vele pela Pátria estremecida e dele partam os influxos para os gestos e atos que salvem as angústias deste povo já quase desesperançado. Ave 2º Imperador, Pedro de Alcântara! nome tutelar da Pátria Brasileira! Que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo registre seu nome na data maior de nossa terra!

No centenário da Avenida Paulista, tão ligada a todos nós, e em especial ao orador que vos fala, legada a São Paulo pela visão e clarividência de Joaquim Eugênio de Lima, uruguaio de nascimento, paulista pela progênie e pelas realizações meritórias, agrônomo, pioneiro urbanista, jornalista, motriz de desenvolvimento. Responsável pelo progredir da Liberdade, Mooca, Viaduto do Chá, planos da Boa Vista, Vergueiro, de tanta coisa, e muito mais e que do caminho da Real Grandeza fez surgir a alameda dos Paulistas, com jardins encantados, belvederes, pérgolas, renques de árvores floridas, encantamento fidalgo dos albores do século, tudo acompanhado de hospitais, casas de saúde, de ensino, o Grupo Escolar Rodrigues Alves, o Instituto Pasteur, o Sanatório Santa Catarina, o Instituto Paulista. Observatórios Astronômicos, Igrejas e Ermidas, devoções, e o desfilar de gente antiga, imigrantes vitoriosos, ascender de novas classes, festas, desfiles, paradas militares, corridas atléticas, o latejar do suor do que labora e as buzinas e o ronronar de uma burguesia que se ergue nos destroços da queda do Império e nas vacilações da civilização do

café. Cem anos, uma gesta, em torno de um sonho, de um lábaro, de uma afirmação. Joaquim Eugênio de Lima. O nosso espírito perfila-se e desfilam todos aqueles que fizeram a grandeza dos chãos sagrados desta Paulicéia neste século. Continuidade do Non Ducor Duco.

1992 com justiça fará as louvações do clarão luminoso, inteligência, talento e produtividade literária que é Menotti Del Picchia. Centênio de existência fecunda, 50 anos de Academia, longo viver confundindo-se com a evolução de Piratininga. Vida plenamente aproveitada a deitar profundas raízes, perpétuas na cultura e na história paulista. Lidador sem esmorecimento, a criar, pintar, esculpir, para o porvir, mas também com o cinzel nos fastos do presente. Da antiga ladeira do Açu, São João, para a imortalidade e a glorificação. Personagem fascinante, esbanjador de obras-primas, gênio latino aculturado nos trópicos para, com a inspiração nativista, fazer brotar "Juca Mulato" e outros símbolos espoucados em meio à saga do café e de imigração vigorosa. Obra vasta, vastíssima, elo entre o academicismo e o pensar de 1922, cronista de seu tempo e da Revolução Paulista, na qualidade de secretário de Pedro de Toledo. Sim, espelhou a "dor ingênua de Juca onde canta o gênio triste da raça e de um povo. Trópicos apreciados antecipadamente, antes de Paulo Prado e Levy-Strauss. Nos seus cantares somos apenas "caboclos do mato que rondam a luz de uma estrela", mas que deram Paulo Virgínio, Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo e Alvarenga (este sempre esquecido) e todos os heróis de epopéias cruentas e barricadas cívicas "pola ley et pola grey"! Menotti Del Picchia, homem paulopolitano, com radículas a adentrarem, gens e sangue, o alvorecer do Renascimento e ainda Homem do Mediterrâneo, na conceituação de Alfonso Danvila, continuidade do mundo greco-romano, simbolismo do mare nostrum.

Neste ano do Senhor de 1992 comemora a Faculdade de Medicina de São Paulo 80 anos de existência fecunda. Altino Arantes, um dos artífices de sua implantação (com Oscar Rodrigues Alves e o Conselheiro Rodrigues Alves, augusto presidente), recordou que a ação legislativa concretizou-se na Lei nº 1.357, de 19.12.1912, a estabelecer o curso da Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo e dar-lhe as providências iniciais conducentes à sua primeira instalação e regular funcionamento. E foi assim que logo na mensagem subseqüente, de 14 de julho de 1913, podia o egrégio Presidente anunciar aos paulistas: "Criada pela Lei nº 19, de 24 de novembro de 1891, a Faculdade de Medicina e Cirurgia foi inaugurada a 2 de abril de 1913, sendo confiada a sua direção à reconhecida competência do dr. Arnaldo Vieira de Carvalho. As aulas têm funcionado com regularidade, achando-se matriculados 18 alunos no curso preliminar... Para o curso de História Natural e Parasitologia foi contratado o prof. Emilio Brumpt, da Faculdade de Medicina de Paris." Tive a fortuna (palavras de Altino Arantes), como Secretário do Interior naquela época, presidir a primeira aula da nova Faculdade, a qual foi proferida pelo lente dr. Edmundo Xavier, no auditório da nossa Politécnica — primogênito e glória imarcescível do ensino superior paulista. Podemos portanto afirmar que foi este o ato batismal da nossa escola médico-cirúrgica. A primeira aula do curso

será realizada na Escola "Alvares Penteado", também sede primaz dos primeiros dias. É mister lembrar que Ernesto de Souza Campos pertenceu à primeira turma inolvidável da Casa de Arnaldo, 1918, bem como Simão dos Santos Bomfim, progenitor do príncipe dos poetas brasileiros Paulo Bomfim, e José Toledo Piza, Joaquim Nabuco da medicina paulista, pela mente, elegância de gestos, atitudes, vida dedicada ao que sofre, sempre a dar lenitivo à dor e a combater o morbo inclemente e as endemias jamais erradicadas nesta triste Pátria de moléstias tão profundas que chegam ao cerne e às profundezas d'alma. Ernesto, Simão, Piza, símbolos altissonantes da Medicina Paulista. A Casa de Arnaldo completa, a bem da verdade histórica, 80 anos de excepcional trajetória neste ano de 1992. Entretanto, é preciso assinalar que o primeiro gesto, brado, luta pela criação de uma Escola de Medicina partiu, ainda na Assembléia Provincial, do ínclito Cesário Motta Júnior, idealista sem lindes, sonhador impenitente, também concretizador das Escolas de Farmácia, Politécnica, Jardim da Infância, Escolas Noturnas, Ginásio do Estado da Capital, meu colendo estabelecimento de ensino em que nos dias de direção de Martim Egidio Damy armou-nos cavaleiros de um sentido humanístico da existência. Ave Cesário Motta Júnior, vulto que sobressai pelo descortino e metas invulgares: sabia o que desejava e lutou incansavelmente até atingi-las, até a morte, ainda no verdor da vida.

Ano de 92, século 20 — Carolina Ribeiro revive, em centênio de existência, vida dedicada ao magistério, útil ensino, tradição da Escola Normal, vulto dedicado à caridade desprendida, ao apoio à infância. Santidade, ofício de beatitude. A suceder, como tantos mais, ao gigantesco Caetano de Campos, já com centênio de desaparecimento, médico distinto, herói nos embates do Paraguai, pioneiro na Misericórdia da Glória, nome tutelar do ensino e avô da grande alma, plena de sabedoria e humanidade, que foi nosso amigo-irmão Raul de Andrada e Silva, senhor de gestos aristocráticos e mente da simplicidade dos eleitos. Ensinar, aculturar, dentro dos cânones paulistas, tradição e abnegação, gente de todas as raças, somadas, fundidas. Como na velha Roma em que se fundiam etruscos, sabinos, dácios, gente da Panonia, drusos, hebreus, troianos, macedônios e onde se assentou a pedra de uma Igreja. Aqui no Planalto feraz e altivo, ibéricos, italianos, flamengos, ilhéus, turcos (de forma genérica e ampla), asiáticos, africanos (cabindas, bantos, angolanos, homens de Loanda) e gente de nação, indígenas e todos alienígenas ouvem genuflexos os sinos e os cânticos de uma gesta, uma das maiores do Universo: São Paulo do Campo de Piratininga! Etnias díspares, amalgamadas, mas unas, sob a bandeira das treze listras, da Pátria Paulista!

1992 — 60 anos da Guerra Cívica, epopéia constitucionalista; bater no peito de heróica pancada, frentes de combate e múltiplas células de civismo e trabalho: "poema de nosso orgulho que vai de nove de julho a vinte e oito de setembro" (Guilherme de Almeida); "Soldado paulista, a marchar o seu passo na História": a deixar na terra uma pista, a deixar um rastilho de glória! Efeméride maior cantada e decantada: Guilherme, Oliveira Ribeiro Neto, Paulo Bomfim; "bandeira que voltou do passado, passado que se transformou em

bandeira, presença dos que partiram, gibão que virou farda cáqui, canoa monçoeira transformada em trem blindado, mortos e vivos marchando, prece de amor e esperança, holocausto e clarinada, asa de glória gravando no sangue das gerações" (Paulo Bomfim). Enquanto houver injustiça/enquanto houver sofrimento/enquanto a terra chorar/enquanto houver pensamento/enquanto a História falar/enquanto existir beleza/enquanto florir paixão/enquanto o sonho for sonho/enquanto o sangue for sangue/enquanto existir saudade/enquanto houver esperança/enquanto os mortos velarem/É sempre 9 de julho/. Recordemos a epopéia-saga e nossos gloriosos mortos, 1932. Benditos os que atentamente relembrarem! José de Almeida Camargo, filho amantíssimo de Laudo, irmão do historiador Áureo, médico ilustre, presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz em 1926, deputado (estadual e federal, constituinte) ao voltar do teatro da luta em 1932 deixou-nos mandamento definitivo: "vós que voltastes da luz fria das enfermarias e da terra lamacenta das trincheiras devereis a todo transe manter o sentido da história paulista". Sim, fiéis aos desígnios de tantos de todos os tempos deveremos somar as vibrações uníssonas de personagens aparentemente diversos; capilhas de cetim, saias de melcochado, mantéus de Holanda, ferragoulos de baeta, chapins de valença e doutros lugares d'Espanha, soldados da Legião Paulista na Banda Oriental, os Voluntários da Pátria da Província de São Paulo em Tuiuti e Cerro Belaco, lentes das Arcadas, capacetes de aço, os ressurretos do MMDC, enfim São Paulo presente, rememorado, entendido, reverenciado, exaltado por justo culto e amplos méritos. Missão essencial deste douto, colendo, egrégio Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo já em marcha batida para as comemorações de seu centenário. Pro Brasilia fiant eximia! Pola ley et pola grey! Non Ducor Duco! Ave Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e que sejam continuados os desígnios de seus fundadores! Que adentre os séculos fiel à causa paulista! Pro Brasilia fiant eximia! Sursum corda!

A função desbravadora do Tietê

HERNÂNI DONATO

O rio. Algo tão indispensável à vida que os antigos o sacralizaram. Na "Teogonia", Hesíodo ensina que o rio nasceu do ventre de Tétis. E Tétis significa nutriz. Desse fluxo fecundado pelo desejo de seu esposo o Oceano, jorraram os três mil rios que possibilitaram aos homens o beber, o purificar, o semear, o lavrar, o navegar. O viver, enfim.

Mitologicamente, cinco rios — e só eles — aliviaram o furor do inferno; biblicamente, nô-lo afirma o Gênesis II, 10-14, quatro rios adornavam o Paraíso. Paraíso e Inferno, destinos irrevogáveis da criatura humana.

Onde a vida esplende, um rio fluiu. Quer seu nome seja Eufrates ou Nilo, ou Ganges, ou Iangtse, ou Danúbio, ou Reno, ou Sena, ou Tibre, ou Neva, ou Tâmisa, ou Hudson, ou Tejo, ou Ebro, ou Tietê, o seu melhor sinônimo será sempre a palavra vida.

Os antigos francos ofereciam sacrifícios aos deuses de um rio antes de cruzá-lo, penitenciando-se por macular com as mazelas do corpo humano a pureza da linfa. Hoje, na velha quanto digna Itu, que do velho e digno Tietê retirou o nome e a razão de ser, repetimos o ritual daqueles sacerdotes salios, purificando-nos com os votos da dedicação e as promessas de bem trabalhar, no momento em que partimos para a monção maior de quantas jamais singraram o nosso rio, a monção salvadora, regeneradora, a monção do Instituto de Estudos do Vale do Tietê e que bem poderia vir a ser o seu símbolo.

Na jaculatória com que se abrem os ritos propiciatórios, perguntamos com Mário de Andrade: "Meu rio, meu Tietê, onde me levas? (...) Onde me queres

levar?" Hoje, aqui, por alguns minutos nos levará pelo roteiro da história, da saudade, da reverência a percorrer o itinerário da sua missão desbravadora. Não só os paulistas mas os brasileiros de pelo menos oito Estados, de algum modo, têm a vida ligada ao rio.

Ouçamos Martins Fontes cantar esse rio que bem a propósito foi considerado "o mais velho dos paulistas": "E ele me conta a história da cidade/ De todo o Estado de São Paulo/ com a voz trêmula e cheia de bondade/ E acaipirada, de pausado tom// E, conversando sobre o tempo antigo/ Informações de tudo ele me dá/ Fala de João Ramalho, seu amigo/ E de seu primo-irmão Tibiriçá// Conheceu, ainda virgem, nossa terra/ Como Bartira, inda botão em flor/ E do álveo de seu cofre desenterra/ Inexauríveis cabedais de amor// Relembra os guaianases, a tapera/ Negra, no vale do Pacaembu/ onde pousava o mágico Anhangüera/ Bartolomeu da Silva, o Belzebu// Inumeráveis cenas noveleiras/ Irradiam em fulvas mutações// Foi ele o Pai de todas as Bandeiras/ o Abençoador de todas as Monções".

Bandeiras e Monções, a súmula do desbravamento, da conquista do Brasil. Se as monções existiram porque o Tietê existia e se não foi a estrada única para o trânsito bandeirante, foi a sua grande referência. Já Martim Afonso, no amanhecer de São Paulo percebera que o Tietê não era um curso que se exauria com pouco, e sim "um rio grande que enveredava pelo continente". Sérgio Buarque de Holanda insistiu em que "assim como o destino histórico de certos povos foi tirado da posição geográfica à beira-mar, que os fez navegadores — assim o paulista foi fixado pelo seu rio, o Tietê, que o fez sertanista e bandeirante".

A glória do rio, traduzida pela vida do homem fervilhando à sua margem e transitando por suas águas, acompanhou a glória, a riqueza e a miséria de São Paulo e dos Estados que São Paulo descobriu, povoou, fecundou. E são tantos esses Estados que nenhum rio, na verdade, o sotopôs em resultados na sua ajuda ao desbravamento. João Ribeiro, em memória lida no Primeiro Congresso de História Nacional, comparou-o ao celebrado Rio São Francisco dizendo: "Se fosse possível fazer dos rios brasileiros os índices da trajetória de nossa civilização, o Tietê não ficaria aquém do São Francisco, na importância dos movimentos colonizadores que norteou. Sobrelevá-lo-ia, mesmo, por isso que exercitou seu destino heróico em região que, por motivos diversos e concorrentes, seria o orgulho e a força da nacionalidade".

Taunay não hesitou em posicionar o Tietê à frente de todos os rios que tenham cumprido tarefa civilizadora. "No conjunto das vias de penetração do Brasil selvagem e desconhecido — escreveu ele —, nenhuma tem a significação histórica que sequer de longe se aproxima da que empresta ao Tietê tão notável realce. Está o nome do grande rio de São Paulo indestrutivelmente ligado à história da construção territorial do Brasil."

Com inteira razão, portanto, Porto Feliz celebra em seu escudo a grandeza histórico-heróica do rio ao proclamar Per longe tuli Brasiliae fines. E não

menos justamente, a Tietê, cidade, porto e legenda, clama em seu brasão: Flumen meum gloriae iter.

O rio terá sido, no entender de pesquisadores, a justificativa para a fundação do colégio jesuíta embrião da cidade anchietana. Ou seja, o começo do começo do desbravamento. Está lá, na carta dirigida por Nóbrega ao Provincial da Ordem, o conselho para que insista junto a Martim Afonso quanto à transferência dos colonos deperecendo na Borda do Campo "aonde não havia peixe nem farinha" para que "se achegassem ao rio, (onde) teriam tudo e sossegariam". Julgam alguns que tal rio fosse o Anhangabaú mas como pensar que um riacho na verdade fornecesse alimento para toda a população a ser transferida e mais a já existente? Antes de existir a vila paulistana, o Tietê levava e trazia os devassadores do sertão. É de 1551 a carta do irmão Pero Correia, descrevendo a viagem rio abaixo, com outros cinco irmãos à procura de um cristão asselvajado, indianizado. E é de 31.08.1553 a carta de Nóbrega salientando a descida até Maniçoba, comboiado por um filho de João Ramalho.

Abalou-se até para além de Araritaguaba. Depois dessas, sabemos da ida do padre Anchieta em 1568 em missão muito simpática. Foi levar, em mãos, como exigia o favorecido, o perdão da justiça ao régulo Domingos Luiz Grou que a vila de São Paulo desejava ter dentro de seus muros para ajudar na sua defesa. Somente voltaria se o padre Anchieta fosse buscá-lo. Como se vê, já naquele tempo, poderosos usufruindo de prestígio gozavam de fortes regalias! Mas impõe-se-nos uma pergunta: se Grou fora homiziar-se naquelas paragens o fizera porque já, por ali, se navegava e morava.

Mas, viagem mesmo, fazendo do leito do rio uma estrada, a primeira parece ser a que fizeram os doze homens da tropa de Nicolau Barreto, de 1602. Dissentindo do chefe na escolha da trilha terrestre, preferiram o caminho do rio.

A tal propósito existe documento a requerer mais profunda análise. Está no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha. Trata-se do roteiro deixado por Luis de Céspedes Xeria. A abundância dos detalhes prende-se à finalidade do trabalho e que foi o de demonstrar ao rei o quanto de sacrifício lhe custara obedecer ordens e ir assumir o governato dado de Assunção. Terá exagerado, por isso, nos detalhes? Pois aceitá-lo é reconhecer a existência de um eixo Tietê-Paraná conhecido, desbravado e praticado, em 1628.

Falando desse fidalgo que, aliás, por um mês habitou o porto por ele nominado Nossa Senhora de Atocha, situado por Taunay a jusante do salto e portanto aqui perto, abramos parêntesis para homenagear a sua esposa Dona Vitória de Sá, fluminense, foi a primeira mulher conhecida a cumprir esse longo e penoso trajeto. Meses depois do marido, foi reunir-se a ele, em Assunção, seguindo a sua rota.

De tanto valor quanto o retrato cartografado do rio é a afirmação do fidalgo de que havia gente saída de São Paulo habitando as barrancas das confluências do Tietê com o Paraná e deste com o Paranapanema. De um desses moradores legou-nos o nome, o clérigo Simão Mendes que se abalara do pla-

nalto integrando comitiva endereçada à Ciudad Real. Dessa comitiva não se tem pormenores.

Tão logo consolidada a vila paulistana, o Tietê, a alguns quilômetros dela, ofereceu-lhe o porto para o início do desbravamento. Pelo esgalhado da rede hidrográfica, a montante e a jusante fez surgir portos e povoados a exemplo de Nossa Senhora da Expectação do Ó, Santana do Parnaíba, Jeribatiba e M'Boi-Mirim, Ibirapuera e Itapecerica. Pelo Tamanduateí, as canoas rasas atingiam a Borda do Campo. Para o outro lado, na direção das nascentes, o rio sugeria o nascer de Guarulhos, Itaquaquecetuba, São Miguel, Mogi das Cruzes. Com um pouco mais de tempo, o Pinheiros, o Juqueri, o Jundiaí, o Cotia, o Piracicaba juntaram suas águas ao rio maior e por ele receberam os povoadores.

No final do quinhentismo já o rio centralizava as atenções dos planaltinos. E estes o procuravam para muitos usos e lhe davam vários nomes. Nos escritos e nos mapas ingênuos para uso de viajantes afoitos, foi chamado de Anhembi, Agengi, Aiembi, Anemby, Aniembi, Anhambi, Inhembi, Nhembi, todas essas formas em alusão a um pássaro que nidificava e morava às suas margens. Poderia, sem desdouro, continuar com o nome da ave. Porém era mais do que viveiro de pássaros por numerosos e importantes estes fossem. Era o rio mor do planalto, o álveo a que todos recorriam "na busca do seu remédio", tratava-se do rio grande entre os rios conhecidos. Rio grande, rio Tietê: de ti igual à água, de etê, superlativo no falar dos indígenas, conforme João Mendes de Almeida. "Mãe dos rios" — chamou-o Anchieta no seu explicar interpretativo. Teodoro Sampaio percebeu que a troca do nome Anhembi por Tietê exprimia um progresso, revelava "um conhecimento mais completo do país interior". Ou seja, o Tietê dera início à sua missão ainda antes dos primeiros anos seiscentos.

Era o Tietê desbravando, aproximando. Levando e trazendo. Por ele foram pelo menos essas comitivas, esses desbravadores que ergueram pousos e abriram roças. O Brasil se expandindo para oeste e o sudoeste. Mas também teriam vindo a São Paulo, sob o reinado dos Filipes, poderosos e inquietos espanhóis que à América castelhana preferiram os chãos de Piratininga. E que se chamaram, entre outros e conforme os apontamentos de Melo Nóbrega, Torales, Riquelmes, Gusmán, Contreras, Zuñegas, nomes mais tarde encontradiços no caldeirão étnico forjador da civilização paulista.

Curioso notar que, bem conforme a época, à medida que cobria-se com barcos o Tietê também se enovelava em lendário e mistério. No último quartel dos seiscentos não se navegava junto do ilhéu próximo da foz no rio Paraná porque ali morrera, abandonado por seus escravos negros e seus índios administrados, o padre José Pompeu de Almeida, escapo de São Paulo para fugir à punição imposta — quem sabe por quais faltas pecaminosas? — pelo seu bispo. A mítica inclui o padre miraculoso flagrado a rezar o breviário no fundo das águas sem delas se dar conta e também o prodígio de frei Galvão que mesmo pregando em púlpito paulistano acorreu fisicamente a ouvir a con-

fissão do moribundo Manoel Portes. Essa fantasmagoria arrolando tesouros afogados, monstros abalroadores de canoas, almas penadas embuçadas na frouxidão dos nevoeiros dá a medida da sua extensão ao figurar na exclamação do cronista anônimo da Notícia 8ª Prática, da Coleção do padre Diogo Soares: "Peregrinos amigos, sejais muito bem-vindos. Sabeis que cara trazeis, que é isto? Ainda duram os sustos? Contai-me o que passastes no Rio Teaté".

É já o tempo das bandeiras. Se de fato elas privilegiaram o caminho terrestre, na opinião de Taunay, não só André Fernandes preferiu as águas tieteanas em repetidas viagens mas também por elas singraram as canoas levando as tropas de Raposo Tavares, Luiz Pedroso de Barros, Antonio Pires de Campos, Manoel de Campos Bicudo, Salvador Corrêa de Sá ao dirigir-se às alturas do Peru. Vale dizer, o bandeirismo na sua expressão maior.

Mas é com o século dezoito, com o achado aurífero de Pascoal Moreira Cabral, em Cuiabá, que tem início o capítulo heróico-trágico da navegação do Tietê. José Barbosa de Sá retrata, para nosso espanto, o que houve naqueles dias: "muitas gentes deixando casas, fazendas, mulheres e filhos e botando-se para estes sertões como se fora a terra da promissão ou Paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais". Despovoaram-se vilas, desertaram soldados e clérigos, abalaram-se velhos, crianças, mulheres. A quase totalidade, pelo Tietê. Migração de desesperados, revolucionando pelo desalento a vida das povoações abandonadas e frenético engurgitamento, os portos e os entrepostos. Talvez somente a metade dos que se aglomeraram em Araritaguaba e embarcaram em precárias condições, tenha chegado ao Coxipó do Ouro onde grânulos de metal precioso substituíam nos arcabuzes os grãos de chumbo, por falta destes e excesso daqueles.

Afirma Melo Nóbrega que comboios houve, em 1720, de que todos os viajantes pereceram; das "condutas" largadas nesse ano, do porto das monções, nenhum componente chegou ao Coxipó... O depoimento do sorocabano Cabral Carmello dá bem a idéia das misérias dessa navegação, nos primeiros anos da mineração matogrossense: "Eu saí de Sorocaba com catorze negros e três canoas minhas, perdi duas no caminho e cheguei com uma e com setecentas oitavas de empréstimos e gastos de mantimento que comprei pelo caminho: dos negros vendi seis meus, que tinha comprado fiado em Sorocaba, quatro que tinha dado meu tio, e todos dez para pagamento de dívida. Dos mais que me ficaram, morreram três, e só me ficou um único e o mesmo sucedeu a todos os que foram ao Cuiabá. Enfim, de vinte e três canoas que saímos de Sorocaba, chegamos só catorze ao Cuiabá; as nove perderam-se e o mesmo sucedeu às mais tropas e sucede cada ano nessa viagem".

Que importa aos paulistas daqueles dias, nas vilas pobres e rarefeitas de povo, na mísera capital embiocada em neblina, se depois de tantos sofrimentos ao longo do seu rio, brilham as palhetas que no Cuiabá mirífico rolam pelos morros com o escachoar das enxurradas? Eles embarcam e vão, pilotados pela miragem a que aludiu poeticamente Narbal Fontes no seu poema "Acalanto do Tietê":

"Venha comigo, inquieto amigo, que o levarei / no meu costado, sempre embalado como um rei / à grande via do Paraná, que o levará/ à Vacaria e ao fabuloso escorredouro do paiaguá... / Valho um tesouro, pois, como vê, sou o Tietê!/ chave de prata do cofre de ouro de Cuiabá, só pra você."

E todo o longo do rio coalhou-se de embarcações e de glórias, de sonhos, de tragédias, de riquezas. Calmo e ativo transportador de famílias roceiras e de mercadorias, na direção da nascente, de Guarulhos e Mogi; tumultuoso, violento, no rumo do sertão, de Cuiabá, de Assunção, de Buenos Aires, do Iguatemi.

As cenas se repetem, com a solenidade monótona do fato rotineiro, nas barrancas do Porto Feliz. É o embarque, entre a esperança da volta afortunada e a certeza do regresso impossível. Teotônio José Juzarte legou-nos primorosa e detalhada descrição desse momento: "Juntos os povoadores, preparadas as embarcações, e carregadas com todo o necessário se embarca a gente tanto da mareação como os passageiros; e as embarcações se põem todas em fileiras presas ao porto da dita Araritaguaba. Estando tudo em ordem e prontos para largar, e seguir sua viagem; a esse tempo todas as pessoas estão confessadas e sacramentadas, porque daqui para baixo não há mais igrejas, nem sacramentos. Estando tudo na forma dada se dá aviso ao pároco para vir benzer esta expedição, o qual tomando sua estola, a sobrepeliz com seu sacristão se põem sobre o barranco do rio e ajoelhando todos entoam a ladainha de Nossa Senhora. A este tempo estão os homens da mareação cada um com um remo que lhe toca na mão e cada um no seu lugar, e os remos alvorados com as pás para o ar. Acabada a ladainha benze o pároco a todas as canoas, e comitiva, e depois implorando a Divina Clemência, larga a capitânea dando muitas salvas de espingarda, e levando a sua bandeira larga; depois da distância dita de mais de 50 braças larga a segunda na mesma forma, e assim se seguem as outras, que a pouca distância se acham em um sertão aonde não há mais que a Divina Providência, e logo se encontra um grande perigo além dos mais que se seguem, que são inumeráveis".

Lá se foi Juzarte para o Iguatemi, o presídio maldito, justamente apelidado o "cemitério dos paulistas". Pelo Tietê mais do que pelo antiquíssimo traçado terrestre do Peabiru, rodaram para o Iguatemi, vidas e bens dos condenados a manter de pé o sonho imperial do morgado de Mateus. Foi o Iguatemi a dar ao Tietê o apelido que ele detesta e não merece — "via celerada".

É de imaginar-se o momento grandioso da manhã de 16 de julho de 1726 quando largou rio abaixo a frota imponente — 308 canoas ao mando do Capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Menezes. Talvez, três mil pessoas, funcionários, marinheiros, soldados, aventureiros destinados a garantir, com a desculpa do ouro, a presença portuguesa no extremo oeste, infletindo já para a Amazônia.

Quantos voltaram desses três mil? Os que descreveram a viagem e o roteiro, falam seguidamente, como no registro de Melo Nóbrega, das centenas de "canoões armados à pressa e que se iam dispersando no pedregal das itapevas"

enquanto "no pontal das ilhas apodreciam barcaças enxoradas na praia e os capinzais das margens enchiam-se de cruzes". Mas como se destinadas a manter acesa e viva a miragem da riqueza fácil depois da viagem tormentosa, as embarcações que regressavam subiam o curso pejadas de "arcas de grossas ferragens cheias de ouro". Que ia para Portugal.

E porque no Coxipó só houvesse ouro e mineradores, foi preciso levar-lhes o de comer, vestir, curar, viver, morrer. As monções do Tietê alimentaram e animaram aquelas multidões padecendo fome e febre sobre tesouros acumulados. Em 1721, o Capitão José Pires de Almeida trocou "certo negrinho que criava como filho" por um único e magro peixe. Morria-se à fome quando a monção retardava ou pelos empecilhos do rio ou pela oposição dos paiaguás e dos guaicurus.

Tão importantes e tão simples aqueles salvadores barcos monçoeiros. Mais simples e mais toscos à medida que as grandes árvores escasseavam nas matas seculares bordejantes do Tietê felicense. Céspedes Xeria viu-os capazes de acomodar 50 remeiros, pois, talhados em tronco de 17 metros e 60 centrímetros. No auge do período monçoeiro media de 12 a 13 metros de comprido por um e meio de boca. Juzarte descreveu as canoas: "agudas para proa e popa; são à maneira de uma lançadeira de tecelão. Não tem quilha, nem leme, nem navegação à vela. A grossura do casco não excede na borda a duas polegadas". Iam nelas oito homens, oito remos, quatro varas, uma cumieira e coberta de lona, pólvora, bala, machados, foices, enxadas e armas de fogo".

É um belo exercício o imaginar o que seria a existência a bordo, especialmente a das mulheres que atrevidamente partiam para reunir-se a seus homens, quem sabe quando e onde, numa viagem de meses e de enorme desconforto, naqueles barcos vistos assim por Vicente de Carvalho "toscas naus de borda rastejante/ A flor das águas, naus de estreitos rios quietos" que vão no versejar do santista "acirrando o desejo atrevido/ De aventura e perigo, ânsias de glória, em suma..."

Saint-Hilaire, homem e cientista de não se surpreender facilmente, assombrou-se com a distância, os trabalhos, os infortúnios comuns à viagem de Araritaguaba ao Cuiabá. Exclamou: "Os europeus acostumados à navegação de seus rios mesquinhos não podem fazer mínima idéia do que é esta gigantesca jornada".

O século monçoeiro foi o século da glória primeira do Tietê. Rio bandeirante, no dizer poético de Judas Isgorogotas: "tu inspirastes o bandeirante audaz / e com ele alargando os pátrios horizontes/ fostes às monções, fostes ao Purus, ao Mato Grosso/ fostes às Minas Gerais/ Desbravador das regiões goianas! / No teu anseio de esmeraldas e ouro/ Atingiste a fatal Vupabuçu!" Com as monções, desbravou e assegurou o centro-oeste. Insuflada pelo ouro, a fúria de navegar decaiu com o exaurimento das minas. Na metade dos anos setecentos, conforme testemunho de Juzarte, o comércio terrestre com o Mato Grosso ganhara preferência, tanto pelos novos centros de fornecimento que era também o Pará pelos rios Madeira e Tapajós, quanto pelos caminhos abertos

em bom número e com maiores comodidades. A Cuiabá chegavam tropas com dezenas de muares, vendidos depois, eles mesmos quais mercadoria preciosa. Mas a escassez do ouro foi o golpe final. Em 1840 já não havia partidas de Araritaguaba com repiques de sino, estrondos de ronqueiras e choro de mulheres. Saint-Hilaire assombrou-se com a navegação encontrada ao redor de Porto Feliz: três ou quatro pirogas com agricultores da outra margem vinham à cidade. Os três mil moradores de 1797 baixaram para 580 em 1809.

Saint-Hilaire percebera o fenômeno, explicando-o: "as viagens pelo Tietê para o Paraná e o Camapuam, foram substituídas por outras que não são muito menos penosas, mas que deixam maiores lucros. Parte-se de São Paulo com mulas carregadas; passa-se por Goiás e, chegando a Mato Grosso, as mercadorias transportadas são vendidas, prosseguindo-se daí para a Bahia, onde as mulas são negociadas com lucro superior a cem por cento".

O Tietê das bandeiras e monções entrara em repouso talvez para despertar em nossos dias com outra disciplina e outra maneira de navegar. Durante esse tempo, o Tietê, de São Paulo para Mogi ativara sua função de via comercial e de tal modo que em 1940, mais de 2.500 embarcações foram contadas, navegando entre as duas cidades. Com tipo próprio de barco, um modo particular de navegar, tripulações bem diversas daquelas dos canoões, porém, sempre com o destino dos grandes rios arteriais: aproximar os homens, conduzir o progresso.

O Tietê dos instantes históricos criara uma cultura, a caipira. Um modo de ser, de acreditar, de trabalhar, de unir-se à natureza. Um modo até de falar que ainda está vivo em algumas bibocas desta nossa zona chamada velha e eternizada nos livros de Cornélio Pires e em certos contos de Waldomiro Silveira. Rio que teve a sua fruta, o bacupari; o seu peixe, o jaú, o seu povo.

Tudo isso, rio, fruta, peixe, povo, cultura, estiveram presentes ao ato que cercou de lenda e tragédia a última das expedições históricas sobre o leito do Tietê. A expedição do barão de Langsdorff, 1826. O cronista da comitiva anotou, encuriosado, os cuidados dos felicenses com suas mulheres. Nas casas, elas faziam-se ouvir, riam, cantavam, anunciavam-se mas não se deixavam ver. No rio, foi tanta a fartura vista e provada, na terra e na água que o barão preocupou-se com o destino daquela gente: se tem tanto sem precisar plantar nem fabricar, por que iria fabricar e plantar?

Os batelões e as canoas de Langsdorff passaram diante de dois pontos históricos do Tietê e que são Itapura e Avanhandava. Num e noutro, mais uma vez, o rio atuou como soldado. Desde os primeiros tempos da pendência territorial entre a Espanha e Portugal, o Tietê foi entendido como porta e caminho para ataque e defesa em ambas as direções. A dar-se crédito a Diaz de Gusmán, mais de uma expedição castelhana chegara até aqueles dois pontos estratégicos, situados em pleno território paulista. Ainda na metade do século passado acreditava-se no possível aparecimento do invasor. Naqueles locais foram erguidas colônias militares, servidas e defendidas pelas águas do Tietê. Itapura permaneceu por bem mais longo tempo que Avanhandava.

Ali e sim, o Rio Grande do Anhembi foi defesa, ele que fora ofensiva, penetração, arrojo, determinação, do porto de São Paulo para o ocidente e que fora pacífico e operoso agente de comércio de São Paulo para o leste.

Cumprira, portanto, à saciedade, os três requisitos exigidos por Timonoff, no XVI Congresso Internacional de Navegação, para que um rio seja considerado de grande benemerência para a humanidade: abastecera, transportara, energizara. Nós, brasileiros de São Paulo temos especial agrado em acrescer a essas meritórias contribuições, aquela e grandiosa enaltecida pelo poeta Isgorogota: "E a mais bela conquista realizando/ tu conduziste a língua portuguesa/ até perto dos Andes, no Peru!".

Hoje, 1993, quando o Tietê se encontra mais ameaçado do que nunca, é também quando conta com mais defensores. Aqui está o INEVAT. Não há mais sertões, itaipavas, bariris e itus, que todos esses acidentes podem ser domados pela técnica. Mas há itus na economia, itaipavas de descuido, bariris de ignorância. Há problemas na demografia, na política, há conflitos quanto ao aproveitamento das águas, a posse das terras ribeirinhas, a poluição de terras, imundície, a doença, a miséria.

O Tietê sobreviveu à glória e ao abandono. Cumpre assegurar que sobreviva ao progresso desordenado, ao mau uso, à morte das águas, da sua flora, da sua fauna, das suas anhambis.

A instalação, hoje, do INEVAT, nesta cidade fidelíssima de Itu deve ser um marco. Itu deu a São Paulo e ao Brasil varões e exemplos do estofo de Prudente de Moraes, enalteceu o sentido mais quente e válido da fraternidade mediante o sacrifício pessoal do padre Bento, dignificou o estudo que é a pesquisa e o ensino que é desbravamento com a vida e a obra de madre Teodora. Que da sua fidelidade ao seu rio, ao velho Tietê, brote, aqui e agora, uma nova fonte de Salesópolis, um novo Tietê, adequado aos tempos que vivemos mas sempre o rio grande de São Paulo e do nosso querer.

Assim, se de novo ouvirmos no marulho das águas, a voz angustiada de Mário de Andrade perguntando: "Meu rio, meu Tietê, onde me levas?, onde me queres levar?", de certo também ouviremos o Tietê responder: para onde o INEVAT me conduzir.

—×—

Palestra do escritor Hernâni Donato, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo na sessão solene de instalação e posse da primeira diretoria do Instituto de Estudos do Vale do Tietê — INEVAT — realizado no auditório "Dr. Júlio de Mesquita Filho", na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Nossa Senhora do Patrocínio" de Itu, em 30 de abril de 1993.

Fernando Dias Falcão

NELO GARCIA MIGLIORINI (in memoriam)

À Guisa de Apresentação

NELO GARCIA MIGLIORINI, a um tempo sócio do Instituto e zeloso paleógrafo do Arquivo do Estado, coletou os dados existentes, nesta benemérita guardiã do acervo documental paulista, acerca do bandeirante Fernando Dias Falcão e de sua mulher, Lucrécia Pedrosa de Barros.

Algum tempo antes de seu falecimento, confiou-me os originais para que pudéssemos conversar sobre eles. Pretendia, o autor, dar-lhe a forma definitiva de um artigo, destinado à **Revista do Instituto**.

Por circunstâncias várias, a despeito de nossos ocasionais encontros, a troca de idéias sobre o importante material coletado por Nelo, nos arcanos da Repartição que servira por longos anos, não ocorreu. Um encontro, aprazado para data a ser confirmada, foi obstado pela inesperada notícia de seu falecimento.

Conservei o original que, com o passar do tempo, misturou-se com papéis meus, desaparecendo-me da vista.

Reencontrado e relido, verifico que a importância do trabalho realizado, com a transcrição de documentação primária, em precário estado de conservação (é dele a informação de que o inventário de Lucrécia Pedrosa de Barros sofrera, grandemente, os efeitos devastadores do tempo, não sendo despropositado imaginar-se que tal documentação se possa, por aquela mesma ação,

já não mais existir), justifica, senão, impõe sua preservação, com sua inserção no órgão oficial desta Casa. É a relevância de seu valor documental que se ressalta, embora sem os atavios de um escrito burilado. A preocupação de Nelo consistiu em salvaguardar um pedaço de nosso passado. Não se trata, porém, de uma fria reprodução de textos. Empenhou-se Nelo em esclarecer pontos duvidosos ou equivocados referentes ao sertanista. Foi assim que, documentalmente, apontou o lugar correto do falecimento de Fernando Dias Falcão, retificando assertiva de dois respeitáveis lidadores de nosso passado.

Os testamentos e os inventários de Falcão e de sua mulher dão-nos, na linguagem seca dos atos notariais e judiciais, uma visão do singelo modo de vida da gente paulista no século XVIII, mesmo dos que, como este sertanista, tenham ocupado lugares de destaque na organização administrativa colonial.

Certo que Alcântara Machado, com o brilho de seu estilo cativante e requintado, deu ânimo à **Vida e Morte do Bandeirante**, louvando-se, principalmente, em dados da mesma natureza; igualmente, é incontestável que o Arquivo do Estado, na senda da iniciativa de Washington Luís, tenha divulgado grande número de **Inventários e Testamentos**. Ocorre, todavia, que Nelo Migliorini nos mostra, neste trabalho — que sua modéstia obstou que fosse divulgado ainda enquanto gozávamos de seu convívio — os documentos na íntegra, o que aquele historiador não podia ter feito em seu decantado livro, e os enriqueceu com dados elucidativos, que a publicação oficial, por seu talhe, não comportava.

Ao reverenciar-lhe a memória de valoroso e dedicado obreiro da História, dando a lume este seu trabalho, objetiva-se destacar os merecimentos e a fidelidade intelectuais de Nelo Garcia Migliorini.

Célio Debes

Fernando Dias Falcão

Paulista, natural de Santana do Parnaíba, filho de Antônio de Almeida Cabral e de dona Maria da Silva Falcão.

Era casado com Lucrécia Pedrosa de Barros, filha de Tomé de Almeida Lara e de dona Maria de Almeida Pimentel, de cuja união tiveram os filhos:

1º Antônio de Almeida Falcão, casado com Gertrudes de Arruda, filha de Pascoal de Arruda Botelho.
2º Francisco de Almeida Falcão, casado com Escolástica de Arruda, filha do mesmo Pascoal.
3º Tomé de Lara Falcão, casado com Joana Garcia, filha de Gabriel Antunes Maciel e de d. Jerônima de Almeida.
4º Tomázia de Almeida, casada com Pascoal de Arruda Botelho, filho de Sebastião de Arruda Botelho.
5º José Paes Falcão, casado com d. Antônia Rodrigues das Neves, filha de Pedro Rodrigues das Neves e de d. Antônia Leme.

6º Gertrudes de Almeida, casada com o coronel Matías de Madureira Calheiros.
7º. 8º, 9º e 10º Fernando, Pedro, Raimundo e Maria que faleceram solteiros.

Distinguiu-se principalmente como sertanista e por ocasião da descoberta do ouro nas Minas Gerais, nos primórdios do século XVIII a elas se passou e ocupou cargos de confiança em Pitangui, onde se estabeleceu e levantou pelourinho, por ordem de d. Braz Baltazar da Silveira em 1715.

Em 1718, organizou uma bandeira e enfrentou o sertão em demanda de Cuiabá, e ali chegando a tempo de socorrer Pascoal Moreira Cabral Leme e João Antunes Maciel, que estavam em risco com suas tropas, de perecer às mãos dos silvícolas, e em seguida tratou de acomodar as dissensões nascidas do descobrimento de ouro feito por Pascoal Moreira Cabral Leme, no rio Cuiabá, e que as bandeiras juntas estavam disputando.

Foi eleito pelo povo para o cargo de capitão-mor regente das ditas minas, cargo que exerceu durante cinco anos, acomodando o povo revoltado, como nos é dado constatar por esta carta patente:

"Rodrigo César de Menezes etc. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que havendo consideração a se acharem as novas minas de Cuiabá com muitas pessoas e varios mineiros, que tem concorrido para elas com grande numero de escravos, assim para minerarem no que se acha descoberto, como para fazerem novas descobertas por se ter a certeza da grande extensão daquele sertão e dos haveres que nele se espera descobrir, metendo-se de paz as nações de gentios que nele habitam, e ser preciso para o bom regimen das pessoas que se acham nas ditas minas, e para a expedição das ordens que se mandarem á elas, serem executadas com todo o acerto e prontidão, nomear-se pessoa que haja de ocupar o posto de capitão-mór regente, em quem concorram valor, respeito, prudencia e conhecimento da diciplina militar, para que obrando em tudo com acerto seja prontamente obedecido, e tendo em atenção a que todos estes merecimentos concorrem na pessoa de Fernando Dias Falcão, e ua das principais e mais nobres familias desta Capitania, e haver servido á Sua Magestade que Deus guarde, ha mais de vinte anos, ocupando os postos de capitão e sargento-mór de ordenanças e ultimamente o de capitão-mór da vila de Sorocaba, como tambem o de juiz ordinario e de orfãos da mesma vila, havendo-se com grande zelo na arrecadação dos bens e legitimas dos orfãos, e passando às minas Gerais servio no Pitangui de juiz ordinario e dos orfãos, provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, com notoria satisfação e limpeza de mãos, e por ordem do governador capitão-general D. Braz Baltazar da Silveira creou vila e levantou pelourinho em Pitangui; e passando ultimamente as novas minas de Cuiabá, socorreu á muitas pessoas que tinham ido adiante, e tinham invernado no caminho; levando-os em sua companhia com grande despeza de sua fazenda, e chegando com efeito ás ditas minas foi eleito pelo povo para capitão-mór regente

delas, onde assistio cinco anos, acomodando e pacificando o povo que andava revolto para não consentirem forasteiros, tudo afim de que se continuasse aquele descobrimento e fosse maior o aumento da real corôa; aplicando-se em todo o tempo que assistio naquele sertão não só em descobrimento de ouro mas em meter o gentio de paz e a limpar a campanha, para que os mineiros pudessem minerar livre das invasões, que costumam fazer os barbaros, fazendo com isto grande serviço a Sua Magestade que Deus Guarde, pelo aumento dos dizimos e quintos reais, pois só da sua parte pagou de quintos de ouro, que trouxe em o ano passado de 1723, doze libras e oitenta e quatro oitavas de ouro, etc. fazendo um consideravel dispendio de sua fazenda com a conquista que fes do gentio das ditas minas, do qual meteu muitos em paz, com evidente risco de vida, pondo-os em termos de se habitarem e de poder com mais desembaraço continuar aqueles descobrimentos, em que se esperam achar muitos haveres, como tudo consta por certidão e mais papeis que me aprezentou, e por esperar d'elle que d'aqui em diante etc.
Dado n'esta cidade de S. Paulo aos 27 dias de Abril de 1724.
O Secretario do Governo Gervasio Leite Rebelo a fez Rodrigo Cesar de Menezes."

Voltou Fernão Dias Falcão a Cuiabá, e aí achando-se o capitão-general Rodrigo Cesar de Menezes, o nomeou por provisão de 5 de dezembro de 1726 para o importante cargo de provedor da Real Fazenda e quintos, cujo documento transcrevemos:

"Reg.º de hûa Provizão de Prov.ºr da faz.da real desta Minas a Fern.do Dias Falcão

R. Cezar de Menezes etc. Faço saber aos q. esta minha provizão virem q. havendo concideração a se acharem estas Minas sem Prov.ºr da fazenda real, q. haja de tratar da sua arrecadação, e ser necesr.º proverse a d.ª ocupação em pessoa de respeito, enteligencia, p.ª q. com zello a saiba procurar, e tendo attenção a concorrerem todas as circunstancias em a pessoa do Capp.m Mor Fernando Dias Falcão de hûa das principais familias desta Cappitania e haver servido S. Mag.e q. D.s g.de m.s annos, e ultimm.te de Regente dessas minas com boa satisfação, e prestimo, e esperar delle q. daqui em diante se havera com igual procedimento conforme a confiança q. faço da sua pessoa. Hey por bem fazerlhe m.ce como por esta lhe faço ao d.º Capp.m mor Fernando Dias Falcão de o prover no cargo de Provedor da faz.ª real destas Minas por tempo de seis mezes se no entanto eu o ouver por bem, e S. Mag.de q. Ds. g.e não mandar o contr.º, e gozará de todas as preheminencias, q. em razão do d.º cargo lhes pertenserem, do qual haverá posse e juram.to dos Santos Evang.os de guardar em tudo o serviço real, e dir.º as p.tes de que se fara assento nas costas desta na forma do est.lo e do serviço q. o supp.te fizer será atendido nos desp.os assim como são os off.os da faz.ª no R.no, e essa declaração faço por ordem

de S. Mag.e. Pello q. ordeno aos off.es da fazenda real, e mais pessoas que nella entenderem lhe obedeção, cumprão, e guardem seus desp.os, e determinações, cumprão e guardem esta provizão inteiramente como nella se contem a q.al lhe mandei passar por my assinada, e sellada com o sinete de minhas armas, q. se registará nos Livros da Secretr.a deste Gov.o, e nos da Faz.da real e não pagando os direitos por não ter emulumentos, e q.do se lhe taxem dará fiança a elles na forma do est.o.

Dada no Arrayal do Sr. Bom Jezus do Cuyabá aos 5 de Dezembro do anno de 1726.

O Secretr.o Gervazio Leite Rebello a fez

Rodrigo Cezar de Menezes".

Serviu este cargo com o seu conhecido zêlo e inteireza, pelo que foi um dos que mereceram a mercê do hábito de Cristo com tença de 50$000 por ano, que El-Rei D. João V havia autorizado a Rodrigo César de Menezes conceder até o número de doze às pessoas que mais se distinguissem no descobrimento de minas.

Azevedo Marques, no seu magnífico trabalho, "Cronologia Paulistana", e Francisco de Assis Carvalho Franco, no seu "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", dizem ter falecido Fernão Dias Falcão, na antiga vila de Sorocaba.

Acreditamos numa omissão, ou má informação dos grandes historiadores, porquanto, pesquisando a vasta documentação existente no Departamento do Arquivo do Estado, nos deparamos com o inventário do grande sertanista, inventário êste, iniciado aos vinte quatro de dezembro de 1738, em Sorocaba.

Prometendo dizer a verdade, debaixo de juramento, declarou a inventariante dona Lucrécia Pedroza:

"Que o defunto seu marido Inventariado morreu nas minas do Cuyaba em o mez de Abril proximo passado deste prezente anno".

Por essa ocasião encontravam-se auzentes de Sorocaba, os herdeiros:

O mestre de Campo Antônio de Almeida Falcão, capitão José Pais de Almeida e o capitão Francisco de Almeida Falcão, que se encontravam em Cuiabá, sendo procurador dos mesmos, Claudio Furquim Leite.

Pelos bens que deixou, concluimos que o arrojado bandeirante que, tão altos cargos exerceu e tanto ouro lavrou nas longinquas minas, morrera pobre. Senão vejamos:

"Titulo dos bens deste Cazal.

Primeiramente hum Negro por nome Antonio de nação Mina ja velho e alijado e doente, que foy avaliado pellos Louvados em presso e quantia de dez mil reis ..... 10$000

Hum Negro por nome Manoel de idade de trinta e sinco annos pouco mais ou menos que foy avaliado pellos Louvados em sem mil reis 100$000

Huma Negra por nome Jozepha de naçam Conga de idade de sincoenta annos pouco mais ou menos quebrada que foy avaliada pellos Louvados em presso e quantia de sincoenta mil reis .....50$000

Huma Negra por nome Luzia de naçam Conga de idade que mostrou ser de setenta annos pouco mais ou menos que foy avaliada pellos Louvados em presso e quantia de vinte mil reis .....20$000

Titulo dos moveis de Caza

Hum Catre em bom uzo tecido de couro que foi avaliado pellos Louvados em presso e quantia de dous mil reis .....2$000

Hua Caixa de sedro de sete palmos com sua fexadura que foi avaliada pellos Louvados em quatro mil e oitos reis .....4$800

Hua Caixa de seis palmos com a sua fexadura que foy avaliada pellos Louvados em quatro mil reis .....4$000

Quatro Tamboretes que forão avaliados pellos Louvados a dois mil reis cada hû q. sai .....8$000

Hum bofete de seis palmos com suas gavetas que foy avaliado pellos Louvados em tres mil e duzentos reis .....3$200

Huma prensa de fazer farinha que foy avaliada pellos Louvados em quatro mil reis .....4$000

Hum cobertor de Papa que foy avaliado pellos Louvados em dous mil reis .....2$000

Hum Colcham de macella que foy avaliado pellos Louvados em mil e seis centos .....1$600

Seis Lançois de panno de Algodão fino que forão avaliados pellos Louvados em presso e quantia de dous mil reis cada hum .....12$000

Seis fronhas de panno de Algodão fino que forão avaliados pellos Louvados a quatrocentos e oitenta reis cada hûa .....2$800

Hûa toalha de panno de Algodão grande de meza que foy avaliada pellos Louvados em dous mil e oito centos e oitenta reis .....2$880

Doze guardanapos que forão avaliados pellos Louvados a sento e cecenta cada hû .....1$920

Seis Toalhas de Aguas mãos que forão avaliadas pellos Louvados a quatro centos e oitenta cada hũa .....2$880

Tres Redes de Algodão em bom uzo que forão avaliadas pellos Louvados a dous mil reis cada hũa .....6$000

Titullo de Ferramentas

Sinco fouces que forão avaliadas pellos Louvados a quatro centos e oitenta reis cada hũa .....2$400

Tres Machados que forão avaliados a seis centos e quarenta cada hũ 1$920

Tres enchadas que forão avaliadas pellos Louvados a seis sentos e quarenta cada hũa que sai .....1$920

Estanho

Doze pratos de estanho que forão avaliados pellos Louvados a duzentos e quarenta reis cada hũ .....2$880

Cobre

Hum taxo de cobre velho furado que pezou vinte Livras, que foy avaliado pellos Louvados a trezentos e vintes reis a livra .....6$400

Duas bassias de Arame que forão avaliadas pellos Louvados a trezentos e vinte reis $320

Prata

Tres colheres de prata com vinte e quatro oitavas avaliadas a oitava pelos Louvados a oitenta reis que emporta na quantidade dellas 1$920

Titulo dos bens de Raiz

Hũa morada de cazas de Taipa de pillam de hũ Lanço, grande com seos Tacaniços com seu corredor cuberta de telha com suas portas e janellas, e fechaduras citas no Patio da Matriz desta Villa com seu quintal amurado que avaliadas pellos Louvados em sento e sincoenta mil reis 150$000

Tres Lanços de cazas de parede de mão ja velhas cubertas de telha com quatro portas citas no bairro de Baecaitaba nas terras do Tenente Coronel Mathias de Madureira Calheiros q. forão avaliadas pellos Louvados em vinte e quatro mil reis .....24$000".

Declarou mais a inventariante, que nas minas de Cuiabá, onde falecera seu marido, lhe consta ficarão varios bens pertencentes ao cazal, os quais se achavam em poder do filho, José Pais de Almeida Falcão, os quais constavam do testamento do defunto Fernando Dias Falcão.

Declarou a inventariante dever á Fernando Leme sincoenta mil reis 50$000

A Luiz Teixeira da Silva oitenta e dous mil cetecentos e vinte 82$720

Aos Santos Lugares de Jeruzalem, trinta e dous mil reis .....32$000

A José de Barros cem mil reis 100$000.

Dona Lucrécia sobreviveu ao marido vinte e um anos, pouco mais ou menos, pois cuidou do testamento em 16 de junho de 1759, e seu inventário foi iniciado no dia 7 de setembro de 1760, como nos é dado constatar pelo mes-

mo, tambem existente no Departamento do Arquivo do Estado, quasi todo êle destruído pelo tempo:

"Treslado do Testamento com que faleceu Dona Lucrecia Pedroza de Barros

Jezus Maria Joze

Em nome da Santissima Trindade Padre Filho espyrito Santo tres pessoas distinctas e hu so Deus verdadeyro.

Saibam quantos este enstromento virem como no anno do Nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil sete sentos e sincoenta e nove aos dezaseis dias do mes de Junho nesta villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba eu Dona Lucrecia Pedroza de Barros estando em meu perfeito Juizo e entendimento que Nosso Senhor me deo Doente em cama temendome da morte e dezejando por a minha alma no Caminho da salvasam por nam saber o que Deuz Nosso Senhor quer de mim fazer e quando sera servido Levar-me para si fis este testamento na forma seguinte//

Primeiramente emcomendo a minha alma a Santissima Trindade que a creou e rogo ao Eterno Pay que pella morte de seu unigenito filho a queira receber e a virgem Maria Senhora nossa e a santa de meu nome e o meu anjo da goarda e a senhora Santa Ana as mais aque tive particular e especial devoção e a todos os santos e santas da Corte do ceo rogo os sejam meus entersessores quando minha alma deste mundo partir para que va gozar da Bem aventuransa para que foi creada porque como verdadeira Christã protesto viver he morrer na Santa fè catholica e crer o que cre a Santa Madre Igreja Romana onde espero salvar minha alma.

Rogo ao Reverendo Padre Jozeph Teyxeira de Almeyda, ao Capitam Manoel de Morais Nabaro e a meu neto Mathias de Madureira Calheiros que por Serviso de Deus queiram ser meus testamenteiros.

Ordeno que o meu corpo seja sepultado na Igreja Matriz desta villa ao pé do Altar de Nossa Senhora do Rozario com o abito de Nossa Senhora do monte do Carmo e na falta deste com o Abito de Sam Francisco. Sera levado de Rede para a Igreja acompanhado do meu Reverendo Vigario com seus clerigos e no dia do meu falecimento se me diram missas de Corpo prezente pelos Sacerdotes que se acharem // Declaro que se me diga hũa missa a Nossa Senhora do Carmo de quem sou emdigna tersseira e pesso ao meu Reverendo comissario e mais Irmãos me mandem fazer o sufragios costumados porque sempre paguey os anuais emquanto pude e os anos que Faltei não foi por rebelde senam pela pobreza em que me acho // Declaro que se me diga hũa Missa a Nossa Senhora do Rozario // Outra a Senhora Santa Ana // tres missas em honra e Louvor da Virgem, da de Nossa Senhora virgem antes do Parto depois do parto sempre Virgem // Hua missa ao Anjo da minha goarda // Outra ao Santissimo Sacramento // Outra ao Patriarcha Sam Bento de quem sou Irmã // Outra ao Espirito Santo outra a Senhora da Luz // mais sinco missas pela

Alma do defundo meu marido, mais sinco missas pelas Almas dos meus adeministrados falecidos.

Declaro que é minha vontade que se de de Esmola aos Santos Lugares doze patacas por dezencargo de Algua couza que eu deva que me nam lembra.

Declaro que sou Irmã dos Santos Lugares e devo varios anuays que não pude satisfazer pela minha pobreza //.

Declaro que sou Irmã do Bentinho e que estou devendo varios anuays//

Declaro que se digam tres missas pelas Almas do Purgatorio.

Declaro que se digam vinte missas pela minha Alma mais sinco missas oferecidas a Sinco Chagas de Christo Senhor Nosso e para atestaçam destes Legados e Dividas aqui he adiante declaradas não deyxo couza algua porem pesso a meu filho Joze Pais Falcam que como bom filho por servisso de Deus queira pagar todas estas despezas para oque rogo aos meus Testamenteiros lhe dem conta desta minha despozisam e não seram obrigados a dar conta deste Testamento sem averem primeiro... do meu filho o qual se acha nas minas do Cuyaba e me tem assestido a muitos annos por via de seus Procuradores com mam liberal e assim espero obre com a minha alma //

Declaro que sou natural de Parnayba filha Legitima de Thome de Lara de Almeyda e de sua primeira mulher Dona Maria de Almeyda Pimentel.

Declaro que sou viuva de Fernando Dias Falcam com quem fui cazada em façe eclezi conforme o sagrado Consilio Tredentino.

Declaro que possuo nesta villa hua morada de cazas de taipa de pilam cuberta de telha com quintal portas e fechaduras // Declaro que possuo hu negro velho por nome Sebastiam. Declaro que possuo varios adeministrados a saber Sebastiam // Andre mulato // Joam Gabriel // Domingas com sua filha Marsella // e Ignacia filha desta // Severia // Laura // e esta fica em sua Liberdade pelos bons servissos que me tem feito // e sua filha Antonia forra tem me servido por sua libre vontade e os mais poderam servir a qual quer dos meus erdeyros que lhes paresser e Domingos deyxo em recompensa a Caetana Dias // Declaro que devo sete libras de fio grosso que me tina dado minha sobrinha Antonia de Almeyda pouco antes do seu falecimento para lhe eu mandar fazer hũa rede de pano em paga a dita minha sobrinha Antonia foi mulher do Capitam Joam Pires de Arruda.

Declaro que devo a Caterina Pais moradora na villa de Ytu mulher que foy do defunto Crasto sete livras de fio grosso // Declaro que devo a Maria Bastarda do defunto Joam Machado des varas de pano de Algodam grosso // Declaro que devo a Maria das Candeas veuva de Joze M. duas varas de Bertanha de hũ capadeti que lhe comprei // Declaro que devo ao Padre Francisco de Campos tres patacas que me emprestou // Declaro que devo duas patacas ao Padre Frei Antonio da Soledade que

me emprestou // Declaro que emprestei hum pavilham bom a minha Irmã Maria de Almeida que me disse se tinha queimado que lhe perdoo pelo bem que me tem feito // Declaro que devo a Joze de Barros Lima hoje ao Juizo de auzentes o que constar das minhas obrigasoins // Declaro que se algua pessoa deva da ... eu dever algua couza os meus testamenteyros satisfaram com o que satisfazer Digo com o que mandar meo filho Joze Pays e nam assestindo este e nam havendo com que se lhes pague pesso pelo amor de Deus me perdoem // Declaro que por falecimento de meu marido Fernando Dias Falcam que faleceu nas minas do Cuyaba ficaram no monte em ouro e varios bens quarenta mil cruzados que tudo tive por noticia não tenho siensia serta e só meus filhos José Pais e Antonio de Almeida que se achavam naquellas minas ao tempo de seu falecimento poderam dar milhor notisias doque avia no monte nos quais me reporto e encarrego debaixo de suas consiensias declarem o que na verdade ouve no monte e da minha measam satisfeitas as despezas que comigo tem feito meu filho Joze Pais e fizer por via de meus Testamenteyros depois de meo falecimento // Declaro que deixo a meo filho Antonio de Almeyda sessenta mil reis // e a meu neto Miguel Dias sincoenta mil reis // e toda a tersa aos meus netos e netas filhos e filhas de meu filho Francisco de Almeyda que Deos haja pois lhe prometi sendo solteyro para o obrigar a cazar com a mulher com que cazou e com efeito enteressado a dita promessa se cazou // Declaro que as duas varas de pano de Bertanha que asima declarey devia ja mandey satisfazer e ficam livres de satisfazer os meus testamenteyros. Declaro possuo mais hũa molata velha por nome Rubeca e por quanto esta hé a minha ultima vontade pedi e roguey a Thome Vieyra de Almeyda este por mim fizessse e escreveu e roguey a meu neto Antonio de Madureyra Calheiros este por mim asignasse por eu não saber ler ne escrever.

Villa de Sorocaba dezasseis de Junho de mil e setesentos e sincoenta e nove annos //

Asino a rogo da Testadora minha avo Dona Lucrecia Pedroza de Barros // Antonio de Madureyra Calheyros //

Como testemunha que esta escrevy Thome Vieira de Almeyda".

O herdeiro José Pais Falcão, que se encontrava nas minas, por seu procurador, Manoel de Morais Navarro, se absteve da parte que lhe poderia tocar no inventario da mãe, que alías era muito pouco o que deixou a testadora, como declarou. Constava apenas de uma casa no largo da matris, que foi avaliada em 109$400, um escravo de nome Sebastião, com oitenta anos, que foi avaliado em 12$280, outra escrava de nome Rabeca, aleijada de ambas as mãos que, foi avaliada em 16$000. Um tacho de cobre, avaliado em 3$600.

As dividas eram muitas, e do que se poude ler no mesmo inventario, (que tambem está se desfazendo pela ação do tempo) podemos anotar:

"Declarou estar lhe devendo a Inventariada ... doze mil e oito centos reis.

Declarou estar devendo ..... de Algodão .....

Declarou estar devendo a Catharina Pais moradora na Villa de Ytu dezanove varas de pano grosso pouco mais ou menos e que o mais se reportar ao seu testamento he hu apontamento que fez pella mão e Livro do Padre Manoel de Arruda e Sª nesse tempo Vigario, para este entregar ao Padre José Frź testamenteiro da inventariada.

PORTO FELIZ, aspectos de sua história e de sua gente

ROBERTO MACHADO CARVALHO*

Um dos nomes mais ilustres deste tradicional recanto paulista, Cândido Motta, ao identificar suas origens portofelicences, em seu livro "São Paulo e a República", registra: "nasci justamente n'aquela Rua a que a inadvertência dos meus conterrâneos deu o meu obscuro nome; ali onde as inquietas e palradoras araras se divertiam e se regalavam em lamber a pedra salobre das margens do rio; alí, naquela pequena cidade do porto das monções, que se tornou feliz por ter sido o ponto de partida de uma obra gigantesca". Saliente-se aí a amorosa lembrança do antigo nome, Araritaguaba, ao tempo dos índios guaianazes. Aproximava-se o final do século XVII, quando Antônio Cardoso Pimentel, procedente de São Paulo, com seus familiares, abriu uma fazenda nestas paragens, fixando moradia. Situava-se à margem esquerda do velho Anhemby, atual Rio Tietê. Na passagem para o século XVIII, por volta de 1700, obteve licença da autoridade religiosa, então sediada no Rio de Janeiro, para construir uma capela em honra de Nossa Senhora da Penha, o primitivo nome da padroeira. Cardoso Pimentel oferecia um lote de suas terras, em patrimônio, doação que abrangia alguns escravos e cabeças de gado. Durante algum tempo, o pequeno povoado, com seu porto fluvial, permaneceu estacionário. O local já era conhecido por sertanistas de Piratininga que iam devassar o interior. Nas proximidades, ficavam os campos de Pirapitingui, a meio caminho

* Palestra proferida em 7 de outubro de 1991, na abertura da SEMANA DAS MONÇÕES, em sessão solene da Câmara Municipal de PORTO FELIZ, sendo Prefeito o sr. Prof. Erval Steiner e Presidente da Câmara o sr. Geraldo Tuvani.

entre São Paulo e Araritaguaba, onde Domingos Fernandes e os índios que trouxera do sertão deram início ao povoado do Outuguassu, em 1610, origem da cidade de Itu. Ficou célebre aquele local ao inspirar o mais antigo desenho de um roteiro de viagem da iconografia paulista, realizada pela expedição de D. Luiz de Céspedes Xeria, desde a vila de São Paulo até a Ciudad Real do Guayrá, em 1628. D. Luiz ia assumir o cargo de capitão-general do Paraguai. Foi do porto de Araritaguaba — onde permaneceu por mais de um mês, com 50 índios e criadagem, fazendo três canoas e outros preparativos para o longo percurso — que ele iniciou a viagem fluvial, dado que a partir daí o rio tornava-se navegável.

Eis que chegam as primeiras notícias da descoberta do ouro na longínqua Cuiabá. Inicia-se então, um processo de grande movimentação nas margens do rio. Levas de pessoal procuram o porto, desejosas de embarcar rumo ao sertão desconhecido. O porto torna-se feliz e a cada ano organiza-se, ao menos, uma grande expedição fluvial. Abre-se um notável capítulo na História do Brasil para descrever, pintar e consagrar em Monumento aquela epopéia, batizada com o nome de "Monções de Cuiabá". E nós abrimos aqui um parêntese para saudar os historiadores que se debruçaram sobre uma extensa documentação com o objetivo de revelar aos pósteros a grande aventura que derrubou a linha de Tordesilhas e ampliou o território pátrio. Simbolizando a todos, avulta a memória de Afonso de Escragnolle Taunay. Foi como diretor do Museu Paulista a partir de 1917, que Taunay tomou interesse pelo tema. Pouco depois, em 26 de abril de 1920, na presença do Presidente do Estado, Altino Arantes, o saudoso historiador proferia o discurso inaugural do Monumento, junto ao antigo paredão, um hino à "glória das Monções", erguido em homenagem ao célebre episódio, neste recanto sacrossanto do território paulista. Com o correr dos anos, o historiador prepara sua monumental obra, em 11 volumes, a "História Geral das Bandeiras Paulistas". No volume 10, terminado em Porto Feliz, ano de 1948, descreve os primeiros tempos de Cuiabá e Mato Grosso e no volume 11 trata das monções do século XVIII, mais tarde reproduzida, com algumas alterações, em "Relatos Monçoeiros". O jovem historiador Jonas Soares de Souza, atual diretor do Museu Republicano de Itu, num estudo sobre a "Historiografia das Monções Cuiabanas", fez justiça ao escrever: "Afonso de Taunay analisou toda a bibliografia monçoeira conhecida na sua época; pesquisou e divulgou documentos de arquivos brasileiros, portugueses e espanhóis; estudou a iconografia, em particular a contribuição de Hercules Florence; levantou informações sobre a alimentação, as práticas medicinais e o lendário das monções, gigantescas expedições que, partindo do porto de Araritaguaba, percorriam milhares e milhares de quilômetros e venciam mais de uma centena de cachoeiras para alcançar o ouro de Cuiabá".

Na reprodução em tela, resplandece a pintura de José Ferraz de Almeida Jr., o genial artista ituano. Em sua célebre "Partida da Monção", inspirada nos desenhos de Hercules Florence, retrata a paisagem onde se confunde o rio, a vegetação, os morros e a gente típica de São Paulo. Os olhares das centenas de participantes em seus batelões e com seus arcabuzes, canastras e ou-

tros apetrechos, voltam-se para os que ficam, em súplicas de boa viagem. Peritos em analisar pormenores já identificaram algumas figuras humanas da composição de Almeida Jr. O poder político está presente com fisionomias parecidas com Campos Sales e Prudente de Moraes, o poder religioso com as bênçãos do Pe. Miguel Corrêa Pacheco, vigário de Itu por quase cinco décadas, o poder administrativo está representado pelo capitão-mor que ergue o chapéu, na pessoa de Ferraz de Almeida, pai do pintor. A despedida está retratada pela mulher chorosa e outra que carrega o filho pequeno. A famosa tela que se encontra no Museu Paulista foi premiada com a medalha de ouro na Exposição da Escola Nacional de Belas Artes, de 1898. Na explicação da tela escreve Almeida Jr.:

> "Os antigos paulistas assim denominavam as caravanas que partiam de Porto Feliz, descendo o Tietê para Cuiabá. Eram organizadas por destemidos e ousados sertanejos que, inspirados pelo amor do desconhecido, descoberta das minas e civilização dos bugres, em toscos batelões, partiam conscientes de que iam arrostar, com sacrifícios inauditos, toda a sorte de aventuras, constituindo-se por isso uma tradição gloriosa para os Paulistas.
>
> O quadro que ofereço à exposição do público representa a partida desses heróis que, depois da missa na Igreja de N. Sra. Mãe dos Homens, acompanhados do Padre, Capitão-Mor e Povo, embarcavam no Porto Geral, recebendo na ocasião a solene bênção da partida".

Ao lado da "Partida da Monção" ornamentam o Monumento a reprodução da "Benção das Canoas" de Hercules Florence e a "Jangada de Porto Feliz" de Adriano Taunay. Um outro Monumento muito caro aos paulistas é o Museu das Monções, criado em 1958 e instalado no antigo e magnífico prédio que serviu de sede ao governo do Capitão-Mor e, mais tarde, ao antigo Grupo Escolar "Cel. Esmédio". Trata-se de uma "realidade envaidecedora" no entender abalisado do antigo Diretor dos Museus Históricos do Estado, Prof. Vinício Stein Campos, de saudosa memória. Possui, o Museu, um rico acervo que deve ser cuidado e conservado a todo custo, para que as novas gerações possam se inspirar nos feitos e exemplos de nossos maiores. Nele encontramos as salas da Biblioteca, do Folclore, da Revolução Paulista de 32, das Louças e Moedas, dos Móveis, de Arte Sacra, de Antiguidades, da Expedição Langsdorff, contando o que foi a famosa viagem científica chefiada pelo Barão de Langsdorff, promovida pelo Imperador da Rússia, Alexandre I, e que teve sua partida de Porto Feliz no dia 22 de junho de 1826, alcançando as terras do Mato Grosso, Amazonas e Pará, colecionando e classificando inúmeras espécies de nossa fauna e flora. Ressaltem-se ainda as sucessivas Semanas das Monções, importante comemoração anual para recordar e deixar bem viva a epopéia histórica, evitando, assim, que se perca sua memória. Parabenizo as autoridades nas pessoas dos senhores Erval Steiner e Geraldo Tuvani, os membros da Comissão organizadora e a população municipal por empreenderem todos os esforços no sentido de dar, a cada ano, um maior brilho às Se-

manas, através de um bem elaborado Programa de eventos. Lembramos aqui como homenagem aos baluartes incentivadores das Semanas, desde a primeira em 1955 até esta trigésima sexta, o nome de um de seus esteios, o médico e historiador de Porto Feliz, Walter Castelucci.

O ilustre portofelicense Cesário Motta Jr., de quem falaremos mais adiante, deixou algumas saborosas crônicas históricas; assim, descreveu a Partida de uma Monção:

> "Determinada a época da monção, o capitão-mor ordenava o recrutamento dos tripulantes; organizado o quadro, tinham, estes, autorização para tirar das lojas o que precisassem, até uma certa quantia. Junto ao porto, chamado geral, havia um vasto rancho, no qual eram guardadas as canoas e batelões, sendo estes de grande capacidade; alguns comportavam quinhentas arrobas de carga. Chegado o dia, afluía, ao porto, enorme multidão de povo. Os camaradas se dividiam em pilotos, subpilotos, proeiros, remadores; destes, muitos não inspiravam confiança, pelo que eram conduzidos acorrentados para as canoas. O capitão-mor e todas as pessoas gradas da freguesia ali se achavam. O sacerdote também comparecia. Os remadores levantavam os remos em forma de cruz, o padre, revestido das sagradas insígnias, procedia à bênção da monção. Tiros, salvas, estrugiam os ares. Os navegantes entoavam uma canção tristemente monótona e as canoas se afastavam, deixando muitos corações de mãe a estalar de cuidados, muitos olhos rasos de lágrimas, muitos lábios a murmurarem orações à Virgem Mãe dos Homens pelo feliz e pronto regresso dos viajantes".

Voltemos ao primitivo povoado. Com seu crescimento, ganhando novas habitações e algumas ruelas, elevou-se sua vida administrativa à categoria de Freguesia, em 1728, sendo designado seu primeiro Vigário o ituano Pe. Felipe de Campos.

A primitiva capela tornou-se muito modesta para abrigar um crescente número de fiéis. Construiu-se então a imponente Matriz de nossos dias, dedicada à padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens, cujo santo nome foi emprestado para designar a Freguesia, isto é, Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritaguaba. Em 13 de outubro de 1797, por portaria do governador Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça foi elevada ao nível de vila com o nome definitivo, Porto Feliz. Atente-se para a importância do Ato; a partir daí a vila passou a ser governada por juízes de paz e vereadores, eleitos e empossados. Instala-se então a Câmara Municipal, de tantas e gloriosas participações na organização da vida municipal e na presença em eventos paulistas e brasileiros, desde a independência política até a história republicana. Pela Lei nº 25, de 16 de abril de 1858, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Porto Feliz foi elevada a cidade. Mais tarde, quase no amanhecer da República, pela Lei nº 8,

de 7 de fevereiro de 1885, criava-se a Comarca, completando a organização administrativa e judiciária.

Na tradição de honradez e amor ao torrão natal desta Câmara Municipal, desejo destacar uma figura-símbolo, representativa dos senhores edis de todos os tempos. Refiro-me ao ilustre Cel. José Esmédio Paes de Almeida (1845-1931) que, durante uma vida dedicada ao Município, prestou serviços relevantes. Vocacionado para as lides do magistério — aos 15 anos ensinava as primeiras letras aos moradores do bairro Faxinal, onde seus pais trabalhavam na agricultura — Paes de Almeida dedicou-se também à faina agrícola. Proclamada a República, resolveu vir para a cidade, embrenhando-se no comércio. Não abandonou, porém, o trabalho da lavoura, incentivando especialmente a produção do algodão, dando ao município, por um certo período, a condição de maior produtor daquela malvácea. Mesmo antes de abraçar a vida pública, já era um benemérito da cidade ajudando na fundação da Santa Casa de Misericórdia, da qual foi seu primeiro Provedor e nas obras assistenciais da Associação São Vicente de Paulo. Diga-se logo que a prática da caridade era uma das características de seu nobre caráter. No exercício do munus público ocupou, por várias legislaturas, os cargos de vereador e presidente da Câmara Municipal. Compreendendo o alto significado da imprensa como veículo de informação e formação da opinião pública, fundou, em Porto Feliz, o semanário "O Municipal". Por todas essas atuações, o município é grato ao seu filho eminente, homenageando-o com o seu nome numa Praça e tomando-o como Patrono de uma Escola estadual, antigo Grupo Escolar "Cel. Esmédio". Nossa homenagem também ao ilustre filho do Cel. Esmédio, o Dr. José Esmédio Paes de Almeida.

Em diversos lances de nossa História, a Câmara Municipal de Porto Feliz, firmada na doutrina do liberalismo político, fruto da Revolução Francesa, manifestou presença e correspondeu plenamente aos anseios populares. Vejamos um claro exemplo dessa linha de conduta. Corria o ano de 1821, antevéspera da Independência. Em São Paulo, instala-se um Governo Provisório. Deveria obedecer somente às ordens da Corte do Príncipe Regente D. Pedro e jurar fidelidade às Bases da Constituição aprovadas pelas Cortes de Lisboa. As Cortes foram convocadas no contexto de um novo regime, que aboliu o velho absolutismo do Rei, substituindo por uma forma liberal de governo. São enviados ofícios às Câmaras da Província ordenando que cumprissem aquelas determinações, bem como que reconhecessem oficialmente aquele Governo de São Paulo recém-nomeado. No interior do Governo Provisório, entretanto, instala-se uma crise — as crises são velhas no Brasil —, um desentendimento entre seus membros; alguns, a começar de seu presidente João Carlos Augusto de Oyenhausen não aceitavam de bom grado a obediência ao governo do Rio de Janeiro, guardando ranços absolutistas do regime colonial. Um movimento de rebeldia nascido no próprio Governo Provisório está em marcha. Açulado por uma guarnição militar de Santos, insatisfeita com os soldos recebidos pelos soldados — a coisa também é velha —, decreta-se, a 23 de maio de 1822, o estado de beligerância na capital da Província. A chamada bernarda de Fran-

cisco Inácio, o coronel que liderava a sedição, provoca a imediata reação das vilas do interior, partidárias do liberalismo, com ordem e justiça. Agitam-se as Câmaras Municipais, lideradas pela Câmara de Itu, a primeira a lançar Manifesto contra a bernarda e seus asseclas que permaneciam no governo provincial. Ao mesmo tempo, proclama fidelidade ao Príncipe D. Pedro e conclama adesões das Câmaras das vilas do interior para a formação de um Governo paralelo e temporário designado pelas vilas coligadas e considera nulos quaisquer atos do governo bernardista da capital. Sorocaba e Porto Feliz são as primeiras que se manifestam, aderindo à nova ordem. Enviam a Itu, como às demais vilas, seus Procuradores — Porto Feliz representada pelo sargento-mor José Custódio de Oliveira — que em sucessivas reuniões apóiam aquelas medidas. Em ofício da Câmara de Porto Feliz, de 4 de agosto de 1822, dirigido à Câmara de Itu, proclamam os portofelicenses que estavam "resolvidos a defender a honra de nossa Província". E ameaçam: "sendo atacados, repeliremos a força facciosa". Declaram ainda que preferem o sacrifício da própria vida do que "deixar de cumprir as ordens" do Príncipe Regente. Concluímos nós, atitude briosa dos homens daqueles tempos de ideais alevantados, quando os legisladores, desinteressados e patrióticos, clamavam em nome da representação popular, pela felicidade da Nação. A reação das Câmaras apressou a vinda a São Paulo do Príncipe D. Pedro, desejoso de apaziguar a Província, pois, "só deste rasgo de Sabedoria e Bondade de V.A.R. é que nos pode vir o eficaz remédio de todos os males que nos têm oprimido..." cf. ofício dos Procuradores das vilas de Itu, Porto Feliz, São Carlos (atual Campinas) e Constituição (atual Piracicaba). Dias depois, a 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga proclamava-se a Independência.

A tradição liberal de Porto Feliz foi reiterada em episódios posteriores, como na abdicação de D. Pedro I, em 1831 e nesse mesmo ano, na fundação da primeira Loja Maçônica da Província de São Paulo, denominada "Inteligência". Nessa ocasião, a Grande Oriente do Brasil sediada no Rio de Janeiro enviou vários emissários às Províncias com o objetivo de fundar Lojas maçônicas, de importância fundamental em todos os eventos políticos registrados tanto no Império como na República, alicerçados no espírito liberal-democrático e no desejo de promover ações filantrópicas. Os próprios obreiros de Porto Feliz fundaram Lojas em várias cidades da Província, caso, por exemplo, de Itu e Capivari. Em Porto Feliz foi iniciado, após deixar o Ministério da Justiça, o notável Pe. Diogo Antônio Feijó, Regente e estadista do Império, passando depois para a Loja "Amizade", da capital. Na Revolução liberal de Sorocaba, em 1842, quando em protesto contra o governo centralizador da Província, chefiado por José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre e contra o Ministério Conservador do governo central, levantaram-se as vozes liberais de Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Capivari e Campinas.

A revolta de São Paulo em 1842 constituiu uma reação de caráter liberal contra os conservadores que enfeixavam o poder, ministros e conselheiros do Imperador. Era um tempo em que a política estava na ordem do dia. Os homens que galgavam cargos públicos dedicavam-se, de corpo e alma, às lidesda

política, na melhor acepção do termo. Defendiam ardorosamente suas idéias e seus ideais, com altivez e honra.

Eram capazes de ir até ao sacrifício da vida na defesa de suas convicções. Na arena política de 1842 estavam, de um lado, os conservadores que conseguiram fazer passar algumas medidas contrárias à linha liberal arduamente conquistada pelo Ato Adicional de 1834: caso da reforma do Código do Processo Criminal e do restabelecimento do Conselho do Estado, duas medidas que restringiam a autonomia dos governos provinciais, culminando com a dissolução, pelo Imperador, da Câmara dos Deputados em 1º de maio de 1842, cuja maioria era liberal. De outro lado, os liberais a protestar com veemência contra aquelas resoluções, especialmente a dissolução do Parlamento.

Rafael Tobias de Aguiar, em 17 de maio de 1842, data do início das hostilidades, enviou ofício à Câmara da então vila de Porto Feliz, comunicando ter assumido, em Sorocaba, o cargo de Presidente interino da Província, tendo em vista, como diz o ofício, o "estado de coação a que se acha reduzida S.M. o Imperador por conselheiros e membros pérfidos, que à sombra de seu sagrado Nome tem deitado por terra a Constituição e as Leis".

Como se sabe, o movimento foi abafado pelas forças comandadas pelo então Barão de Caxias que esteve em Porto Feliz no dia 24 de junho à procura dos políticos liberais que participaram da Revolução. Nessa tarefa foi auxiliado pelo Delegado de Polícia, Luiz Bernardo Pinto Ferraz; este, em ofício ao presidente da Província, o citado Barão de Monte Alegre, diz que "nas buscas que se têm dado em algumas casas dos principais cabeças da revolta, tenho encontrado muitos papéis importantes, que tudo fiz autuar, para proceder conforme a Lei contra os ditos cabeças da Rebelião". Entre esses, estava o então presidente da Câmara, José Rodrigues Leite, um comerciante da vila e que comandou uma tropa de cavalaria em Ipanema, em nome de seu idealismo liberal. Anistiado, foi deputado à Assembléia Provincial. Formou-se uma nova Câmara constituída somente de vereadores conservadores, afastados os liberais. Veio a repressão que só terminou com a anistia geral concedida pelo Imperador, em 1843.

Por essa época, a região de Porto Feliz mantinha variada produção agrícola, destacando-se a cana-de-açúcar, com 76 engenhos, o café, o algodão, o fumo e gêneros alimentícios, além da criação de gado. A população com pouco mais de onze mil habitantes ocupava o 6º lugar na Província. Passada a tormenta de 1842, apaziguados os ânimos, resolveu D. Pedro II conhecer a Província de São Paulo. Ao ser comunicada a visita Imperial, a vila de Porto Feliz, através de sua Câmara, oficiais da Guarda Nacional e seus habitantes, prepara uma festiva recepção. E a visita teve o seu cronista na pessoa do citado liberal de 1842, José Rodrigues Leite, apelidado de Zuza. Anotou, em seu relato, os trabalhos de uma subscrição pública para arrecadar fundos, os nomes dos integrantes da Comissão que organizou o programa, os melhoramentos nas estradas próximas da vila, as providências quanto aos alimentos que seriam servidos, a construção de dois artísticos arcos, simbolizando as boas-vindas,

feitos pelo risco e inspeção do Dr. Cesário Nanzianzeno de Azevedo Motta, os cuidados com o calçamento do caminho do Porto Geral, o passeio junto ao grande paredão e o bosque que margeia o rio.

Escreve o cronista que no dia 19 de março de 1846 chegou a esta vila o major Francisco Antônio de Oliveira, ajudante de ordens do presidente da Província, encarregado de dar algumas providências; disse que "S.M. aquí estaria no dia 21, vindo pela fazenda do Capitão-mor Joaquim Vieira de Morais, onde almoçaria e aquí viria jantar". Resolveu o Monarca esticar um pouco as aprazíveis horas passadas na fazenda e assim, somente a 22, pela manhã, adentrou a vila, sob as saudações das autoridades e aclamações populares, indo hospedar-se em casa do Ten.-Cel. Arruda.

Ao meio-dia, o Imperador foi solenemente conduzido à Igreja Matriz, onde presidiu um Te Deum Laudamus, seguido do clássico beija-mão aos vereadores e populares.

À tarde, um passeio pela vila. "Descendo pelo pátio da Matriz abaixo — narra o cronista —, passou pela rua que vai para a Penha, dalí desceu para o Porto Geral e, em seguida, ao paredão; por último, percorreu várias ruas."

Eis aí, em rápidas pinceladas, um extrato da crônica de José Rodrigues Leite, documento que marca um evento memorável na história desta hospitaleira cidade.

Ao passar de alguns anos, em pleno Segundo Reinado, novos progressos alcançam a Província de São Paulo. O café, as estradas de ferro, os imigrantes, vão dominando as paisagens dos campos e das cidades. Em Porto Feliz, escreve o historiador de Itu, Francisco Nardy Filho, no ano de 1876,

> "um grupo de distintos portofelicenses, tendo em vista a ótima qualidade das terras para o cultivo da cana, resolveu formar uma sociedade, cujo fim seria a fundação de um engenho central. Em agosto desse mesmo ano, foi construida essa sociedade, da qual foram os principais organizadores os portofelicenses: Dr. José Manuel de Arruda Alvim, Cel. Luís Antônio de Carvalho, Cel. Delfino Antônio de Carvalho e o ituano Antônio de Paula Leite de Barros (acrescentem-se os nomes de Joaquim Carlos Travassos, Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto e Américo Boaventura de Almeida). Organizada a sociedade, foi feita a encomenda de todo maquinário à conceituada "Casa Brissonneau Frères", de Nantes, França. Em princípio de 1878, chegou a Porto Feliz todo o maquinário adquirido para a fundação do engenho central, cujo prédio já se encontrava construido. Todas essas máquinas foram transportadas de Santos a Itu por via férrea, de Itu a Porto Feliz em carretões, feitos especialmente para tal..." E completa: "A 28 de outubro de 1878 foi solenemente inaugurado o Engenho Central de Porto Feliz", o terceiro do País e o primeiro na Província de São Paulo, propriedade da Companhia Açucareira de Porto Feliz."

Acrescenta Jonas Soares de Souza:

> "Com o Engenho Central se iniciou a revolução industrial no Brasil. O seu aparecimento promoveu a utilização de estradas de ferro e do trabalho livre, a substituição do transporte animal pelo transporte a vapor, a introdução de equipamentos modernos na fabricação do açúcar." E mais adiante: "O Engenho Central tinha a capacidade de moer 125.000 quilos de cana e produzir 7.500 quilos de açúcar diariamente, além de aguardente fabricada com resíduos de melaços..."

Dando a notícia da inauguração, o jornal "A Província de São Paulo" destaca "mais este cometimento da iniciativa privada..."

Mais tarde, problemas de mão-de-obra — tentou-se, sem sucesso, estabelecer a colônia belga "Rodrigo Silva" — dificuldades da lavoura na entrega da cana, impossibilidade de preços competitivos no mercado, dificuldades financeiras, com elevadas dívidas de empréstimo, levaram ao arrendamento da empresa e à liquidação forçada, quando foi adquirida pela empresa francesa Sucrérie, organizada em Porto Feliz em 1901, depois incorporada à Societé de Sucréries Brésiliennes, que transformou o antigo Engenho Central em moderna Usina, unindo a lavoura da cana e a fabricação do açúcar. Novos donos vieram — em 1970, grupo Silva Gordo e em 1973, a União São Paulo S.A. — Agricultura, Indústria e Comércio que fornecia o açúcar, álcool anidro e o fertilizante, desativada em tempos mais recentes.

Em paralelo a essas atividades econômicas, surgem novas idéias alicerçadas no desejo de maiores liberdades. Eram os primeiros acenos republicanos. Um Manifesto lançado no Rio de Janeiro em fins de 1870 dá as diretrizes. Repercute logo em São Paulo. Homens das mais diversas profissões, inclusive fazendeiros, são receptivos às novidades políticas. A maior descentralização, que vai produzir a Federação, era exigência fundamental para o progresso; o mesmo para as liberdades de opiniões, tanto faladas como escritas e de reuniões. Fundam-se os Clubes Republicanos, como o de Porto Feliz, graças ao entusiasmo de Cesário Motta (pai). Na "Convenção de Itu" de 18 de abril de 1873, a representação de Porto Feliz é a primeira a comparecer, com uma numerosa delegação, tendo à frente Cesário Motta e seu filho, o jovem e futuroso estadista de São Paulo, Cesário Motta Jr., e mais: Luís Antônio de Carvalho, Américo Boaventura de Almeida, Joaquim Floriano de Toledo Jr., Antônio de Toledo Piza e Almeida, João Batista Silveira Ferraz, José Rafael de Almeida Leite, Antônio Joaquim Viégas Muniz, Bernardino de Sena Mota Magalhães, Luís Gonzaga de Campos Leite, Jerônimo Pereira de Almeida Barros, José Roiz Paes e Antônio Alves Pereira de Almeida.

E assim, Porto Feliz integrou-se na propaganda republicana, acompanhou com vivo interesse a instalação da República em 89 e vibrou com a atuação de seu dileto e eminente filho Dr. Cesário Motta Jr. nos diversos e importantes cargos que exerceu na vida pública de São Paulo. Médico formado no Rio

de Janeiro, deputado na Assembléia Provincial, constituinte de 91 que elaborou a primeira Constituição Republicana e Secretário do Interior do brilhante governo de Bernardino de Campos em São Paulo, de 1892 a 96. Quando convidou-o para exercer o cargo, sabia Bernardino de Campos, dos altos méritos do portofelicense Cesário Motta Jr.: caráter sem jaça, profissional competente, humanista e político de elevado gabarito. Foi nesse cargo de Secretário que Cesário Motta Jr. revelou toda sua capacidade de homem público. Como reformador da instrução pública criou os primeiros Grupos Escolares do Estado para o ensino primário, o Ginásio do Estado para o ensino secundário e a Escola Politécnica para o superior, além de um plano que deixou para a instalação de uma Escola de Medicina. Vislumbrou ainda, a necessidade de aperfeiçoar a Escola Normal, forjadora de professores, ao inaugurar o monumental edifício da Praça da República em São Paulo e entregar sua direção e ensino a renomados mestres. Instituiu, dessa forma, o modelar ensino paulista, de saudosa memória. Para tanto, além das instituições escolares, cuidou Cesário Motta Jr., de valorizar o professor, identificado como a espinha dorsal da Escola: desde a dignidade de sua pessoa, através de boas condições de trabalho e remunerações adequadas, até a grandeza de sua função de ensinar e educar as crianças e jovens. Por isso mesmo, durante muitos anos a figura do mestre-escola foi respeitada e estimada, gozando de elevado conceito no seio da sociedade paulista. Foi mais além o notável administrador, ao fundar o Museu Paulista, no Ipiranga, instituição que orgulha São Paulo, ao criar uma Biblioteca Pública e participar ativamente da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1º de novembro de 1894, da qual foi seu primeiro presidente. Pena que Cesário Motta Jr. tenha vivido apenas 50 anos, ao falecer em 1897, pois, dele ainda muito esperava a República.

Porto Feliz ofereceu ao Brasil, especialmente a São Paulo, outros nomes de grande valor, destaques no sertanismo, nas letras jurídicas, literárias e históricas, no jornalismo, na política, na medicina, na diplomacia, na administração e em outros setores. No sertanismo, Manuel Cardoso de Abreu simboliza bem a "raça de gigantes" do naturalista; natural da velha Araritaguaba, onde nasceu em 1750, aos 17 anos iniciou suas viagens a Cuiabá; fez várias vezes o percurso de São Paulo a Mato Grosso até se estabelecer no comércio de tropas entre Curitiba e Sorocaba. Já lembramos a figura do velho Cândido Nazianzeno Nogueira da Motta (1870-1942), formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, turma de 1891, catedrático de Direito Penal em 1907 e Professor emérito da Faculdade de Direito em 1941. Participou intensamente da vida política de São Paulo, quer como deputado estadual e federal, quer como administrador na Secretaria da Agricultura no governo Altino Arantes (1916-20) e na Presidência do Conselho Penitenciário do Estado. Foi fundador da Penitenciária do Estado. Sua tese de doutor em Direito, intitulada "Classificação dos Criminosos", foi elogiada nos maiores centros criminalistas do mundo.

Devemos lembrar ainda no campo do Direito, os nomes de portofelicenses como João Nepomuceno Nogueira da Motta, jornalista e brilhante advogado, da turma de 1884 da Faculdade de Direito de São Paulo; Joaquim Mariano

de Almeida Morais (1829-1903), da turma de 1857 da Faculdade de Direito; notável jornalista do Correio Paulistano; advogou em Tietê onde foi vereador, Juiz de Direito e fundador do Clube Republicano. Foi ainda deputado provincial; escreveu peças de teatro e fez publicar estudos sobre o Tupi, junto com o cientista baiano Teodoro Sampaio; Manuel Dias de Toledo (1802-1874), catedrático de Direito Criminal, foi deputado provincial em várias legislaturas, deputado geral, presidente da Província de Minas Gerais (1837) e Conselheiro de Estado (1859); Antônio Manuel de Campos Mello (1809/1878), formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1833), advogou em Guaratinguetá. Foi deputado provincial em quatro legislaturas e deputado geral (1845-47). Presidiu as Províncias de Alagoas e Maranhão. Foi ministro da Justiça no Gabinete chefiado por Paula Souza em 1848; Joaquim de Almeida Leite Moraes (1835-95), avô de Mário de Andrade, formado pela Faculdade de Direito, turma de 1857, jornalista, político, literato, historiador, catedrático de Direito (1883-95), deputado provincial em várias legislaturas, presidente de Goiás. Segundo o jurista Waldemar Ferreira era "grande a sua nomeada de criminalista e de orador da tribuna judiciária". Na medicina, os portofelicenses Manuel Martins Bonilha (1820-99), doutor pela Universidade Giessen, em Hesse, Alemanha; participou como chefe do serviço de Saúde dos soldados uruguaios na Guerra do Paraguai; historiador e genealogista. Escreve o Rev. Vicente Themudo Lessa em suas "Reminiscências de Porto Feliz" que "entre os antigos moradores de Porto Feliz conta-se o paulista Álvares Machado, hábil cirurgião e veemente parlamentar. Foi deputado geral em três legislaturas e presidente do Rio Grande do Sul".

Grandes beneméritos da saúde dos portofelicenses foram os eminentes médicos Dr. José Sacramento e Silva e Dr. Antônio Pires de Almeida, devidamente homenageados pela gratidão dos munícipes. No campo religioso o incansável apostolado de Mons. Seckler. Na diplomacia avulta a figura de Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Doutor em Medicina pela Universidade da Pensilvânia, aderiu aos princípios republicanos; eleito deputado provincial, foi nomeado ministro plenipotenciário em Berlim e Paris, onde desenvolveu intensa atividade diplomática.

Outro portofelicense notável foi o mestre Otoniel de Campos Mota (1878-1951) um dos maiores filólogos do País; exerceu o magistério como professor de Português no afamado Ginásio do Estado e em escolas de Ribeirão Preto e Campinas; deu grande impulso aos estudos sobre os Evangelhos, exercendo funções de pastor presbiteriano; fundou a Associação Evangélica Brasileira. Foi mestre de literatura luso-brasileira na Universidade de São Paulo. Pertenceu a Academia Paulista de Letras cadeira nº 17 e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. No campo das letras, destaque-se ainda o nome de João Vieira de Almeida, professor de Português da Escola Normal de São Paulo (1908-1910). Educador, grande conhecedor dos poetas latinos e clássicos, tradutor do latim das Cartas de Anchieta, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Nos estudos históricos, mencionem-se os nomes de Pedro Fernandes Camargo, autor de "Apontamentos Históricos de Porto Feliz", e grande defensor do patrimônio histórico e artístico local e Vicente Palma, estudioso da história da fundação de Porto Feliz e que continuou com o trabalho de Pedro Camargo, incansável baluarte da modelar organização do Museu Histórico das Monções e apaixonado cultor das tradições de Porto Feliz. Em nossos dias, Jonas Soares de Souza, autor do magnífico "O Centenário do Engenho Central de Porto Feliz", publicado em 1978 pela Universidade de São Paulo, através do Museu Paulista e organizador do excelente "Araritaguaba: o Porto Feliz", edição promovida pelo Banco do Brasil, para a "Semana das Monções" de 1979. O citado historiador Dr. Walter Castelucci e seu irmão Romeu Castelucci e o Prof. João de Campos, grande entusiasta dos feitos da gente portofelicense.

São nomes que honraram o berço natal, prestando assinalados serviços ao Brasil.

Eis aí, meus senhores e senhoras, alguns aspectos mais significativos da afirmação de Porto Feliz nos Anais da História de São Paulo e do Brasil, célula paulista forjadora de notáveis eventos e de valorosas personalidades da sempre gloriosa gente bandeirante, tão bem retratada na divisa de seu brasão: Per longe Tuli brasiliae Fines, Muito ao longe levei as fronteiras do Brasil.

Memórias Históricas do Quartel Central dos Bombeiros

REGINALDO MOREIRA DE MIRANDA

O Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, com suas modernas, amplas e imponentes instalações, existe como aquartelamento há mais de dois séculos sendo, desde 1915, o mais antigo quartel da capital paulista. Este artigo lembra algumas memórias do imóvel e suas imediações.

A destruição, por bandeirantes paulistas no século XVII, das povoações jesuíticas espanholas no Interior dos atuais Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, tornou a antiga Banda Oriental do Rio Uruguai, atual República Oriental do Uruguai, um prolongamento geográfico natural do Brasil. Em janeiro de 1680, estando a Espanha em guerra contra a Holanda, uma forte expedição luso-brasileira fundou a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, importante cidade-fortaleza, entreposto comercial e reduto de contrabandistas, verdadeiro ferro-de-lança cravado na margem norte do Estuário do Rio da Prata em frente a Buenos Aires. A fundação da Colônia marca o início, em âmbito internacional, dos atritos políticos, econômicos e militares do Brasil com seus vizinhos do Prata.

Portugal e Espanha firmaram, em 1750, o célebre Tratado de Madri que, anulando o teórico Tratado de Tordesilhas, estabeleceu o traçado geral das fronteiras brasileiras. A partir daquela época, meados do século XVIII, as potências imperialistas européias, fortalecidas pela chamada Primeira Revolução Industrial, intensificaram a exploração econômica de suas possessões agravan-

do e criando antagonismos de toda sorte. Portugal aumentou e melhorou muito suas Forças Armadas no Reino e no Ultramar, recebendo forte apoio da Inglaterra, velha e interesseira aliada. Os problemas geopolíticos do Brasil tornaram-se mais difíceis no Prata, eis que a vasta e riquíssima região já tinha uma agricultura e, principalmente, uma pecuária bastante desenvolvida com forte comércio exterior.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, enriquecida pelo ouro das Minas Gerais e mais próxima do Prata que a gloriosa Bahia — a Boa Terra de Todos os Santos — passou a ser capital do Brasil em 1763. No mesmo ano, forças de Buenos Aires atacaram violentamente a Capitania Real de São Pedro do Rio Grande do Sul, começando uma ocupação predatória que durou treze longos anos. Em 1776, a Espanha criou o Vice-Reinado do Rio da Prata, desmembrado do Peru, tendo como capital Buenos Aires e compreendendo vastos territórios inclusive, atualmente, do Acre, Bolívia, Paraguai, Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina e Sul do Chile. Ao mesmo tempo uma grande esquadra vinda da Espanha, com milhares de soldados, assaltou e tomou a Ilha de Santa Catarina. As poucas povoações da Capitania de São Paulo (atuais Estados de São Paulo, Paraná e Planalto Catarinense) passaram a ser as últimas localidades no sul do Brasil onde a posse luso-brasileira parecia estar ainda consolidada.

Naquele grave momento histórico existiam na Capitania numerosos Corpos de Tropa de Ordenanças e de Milícias ou Auxiliares (respectivamente 2ª e 3ª Linhas do Exército) e um único Corpo do Exército de Linha, o Regimento de Infantaria da Vila e Praça de Santos, com grande efetivo, mas fracionado em diversos destacamentos em toda a capitania. Em 14 de janeiro de 1775 Portugal criou a Legião de Voluntários Reais da Capitania de São Paulo, também chamada Legião de Tropas Ligeiras da Capitania de São Paulo ou mais simplesmente Legião de São Paulo, tendo como missão a defesa do Brasil na Bacia do Prata. Comandada por oficial general, teve o Estado-Maior, grande efetivo das Armas e Serviços da época, destacada participação em várias campanhas e foi a única Grande Unidade do Exército Brasileiro, equivalente às atuais Divisões de Exército, existente no período colonial. Entre os grandes soldados que serviram em suas fileiras, deve sempre ser lembrado o gaúcho Manoel Luís Osório, Marechal Marquês do Herval, Senador do Império, Patrono da Arma de Cavalaria etc. Osório, uma das figuras mais brilhantes e simpáticas da nossa História, começou sua carreira assentando praça, com quinze anos de idade, como soldado raso voluntário, na Cavalaria da Legião.

Com seu Alto Comando instalado em tempo de paz na cidade de São Paulo, a Legião teve grandes dificuldades para ser organizada. Não existia quartel na cidade; os infantes de Santos ficavam alojados no Corpo da Guarda do Palácio do Governo (prédio do antigo colégio dos jesuítas), em casas alugadas ou aboletados em residências particulares. Oficiais do Real Corpo de Engenheiros do Exército de Portugal começaram a construir instalações, inclusive em três terrenos vizinhos no centro urbano. No maior e mais central foi construído o Quartel General, ocupando todo o perímetro de uma quadra (no seu

terreno existe hoje o majestoso Palácio da Justiça). Ao ser solenemente inaugurado em 4 de outubro de 1790, era delimitado a oeste pela Rua do Quartel (começava no quartel, seguia para o norte onde seu trecho final tinha o nome de Beco dos Minas, por ser habitado por negros minas; chamou-se depois Onze de Agosto, tendo desaparecido em sua maior extensão); ao sul por um trecho da Rua da Tabatingüera (este trecho chamou-se depois Beco do Quartel e Rua do Teatro, desapareceu com o alargamento da Praça João Mendes); a leste pela Rua Curva, depois Rua Detrás do Quartel, Rua do Trem e Anita Garibaldi; e ao norte pela Travessa do Quartel, depois Rua Felipe de Oliveira desaparecida com o aumento da Praça da Sé. Como foi dito acima, haviam dois outros terrenos vizinhos ao Quartel General da Legião. Um ficava no citado trecho da Rua da Tabatingüera, em frente ao flanco sul do quartel e ladeado por imóveis de particulares e do Convento de São Bento.

O terceiro terreno ficava na Rua Curva e junto a um chafariz público instalado em 1774. Este terreno é hoje parte da área onde existe o Quartel Central do Corpo de Bombeiros. Era de forma irregular, medindo vinte e quatro braças de frente para a Rua Curva e trinta e uma de fundo na maior extensão; cercado por muros de taipa cobertos de capim em vez de telhas; confrontante com propriedades particulares e com outras, fazendo frente para a Rua das Flores, atual Silveira Martins, do Convento do Carmo. No terreno havia, inclusive, a Casa de Recreio com dois pavimentos e que deve ter sido o primeiro clube social de militares na cidade, antecessor histórico do atual Círculo Militar de São Paulo.

O chafariz da Rua Curva com o passar do tempo passou a ser oficialmente chamado Chafariz do Quartel e Chafariz do Trem. Como se sabe, nas fontes e chafarizes públicos de outrora, freqüentados por grande número de pessoas de condições modestas, na maioria mulheres, ocorriam freqüentes desordens e rixas. Por motivos óbvios, o Chafariz do Trem, primeiro serviço de utilidade pública no local, deve ter sido um dos mais tranqüilos da velha São Paulo. Seu histórico consta do livro realmente excelente "Fontes e Chafarizes de São Paulo", do Dr. Byron Gaspar, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, publicado oficialmente pela Secretaria de Cultura do Estado em 1970.

A vinda de Dom João e sua Corte em 1808, tornando o Rio de Janeiro capital do imenso Império Português, resultou em grande progresso para o Brasil inclusive no campo militar. Em 1810 foi instalada a Casa do Trem de São Paulo nas dependências da Legião na Rua Detrás do Quartel que passou a ser Rua do Trem. O Beco do Trem, que aparece em vários documentos da época, deve ter sido certamente seu trecho mais estreito. Convém lembrar que a Casa do Trem foi, desde o início da colonização, a denominação oficial dos modernos arsenais de guerra, depósitos e parques de material bélico e estabelecimentos militares similares. A denominação foi caindo em desuso após a Independência e em meados do século XIX as antigas Casas do Trem passaram a ser, na maioria, Depósitos ou Armazéns de Artigos Bélicos do Ministério da Guerra. Em 1816 já existia na Casa do Trem de São Paulo a manufatura de armas, principalmente fuzis de modelo prussiano, empregando cinqüenta

operários chefiados por dez contramestres alemães. Estes tinham trabalhado na importante fábrica de armas de Spandau, na Prússia, mandada fechar por Napoleão após a grande vitória de Iena, e foram chamados ao Brasil por Dom João VI por indicação de ingleses. O armamento produzido era de excelente qualidade, mas a produção considerada pequena; somente seiscentos fuzis tinham sido entregues até fins de 1819. A manufatura cessou em 1832; enquanto existiu foi a maior e a melhor da cidade, as demais eram pequenas, rudimentares e só produziam objetos grosseiros. A fabricação de armamento na Casa do Trem de São Paulo, embora não tenha sido ainda devidamente estudada, é um fato importante na história da indústria paulista e brasileira.

Após a Independência, a oligarquia rural e escravocrata, constituída basicamente pelos grandes clãs latifundiários, passou a considerar o Exército como grande ameaça aos seus interesses e privilégios, por ser presente em todo o território nacional, ter formação popular com grande número de negros e mulatos em suas fileiras e ser influenciado por idéias liberais. Em 1824 os Corpos de Tropa do Exército perderam suas denominações regionais e locais, algumas antiquíssimas, e receberam numeração corrida dentro das respectivas Armas e que continua em vigor até hoje. A Legião foi dissolvida e seus regimentos e batalhões passaram a ser unidades administrativas autônomas. A abdicação de Dom Pedro I tornou a oligarquia agrária dona absoluta do poder e o Exército foi rapidamente reduzido a efetivos mínimos em todo o País, com a exceção óbvia das guarnições do Rio Grande do Sul. Foram extintas as seculares Ordenanças e Milícias, e em substituição criadas a Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça e as Guardas Municipais Permanentes, origem das atuais Polícias Militares Estaduais.

Durante o Segundo Reinado a Guarnição do Exército na Província foi constituída por uma ou duas Companhias de Infantaria e uma de Cavalaria, ocupando os três quartéis no centro da capital e com destacamentos nas fortificações de Santos. Durante longos períodos as Companhias integraram uma única unidade denominada Corpo Fixo ou Corpo de Guarnição. O Encarregado do Depósito de Artigos Bélicos, mais conhecido como Quartel do Trem, era normalmente um tenente ou alferes (atual 2º tenente) reformado do Exército, auxiliado por um Fiel e outros sargentos amanuenses. Também chamado Trem Bélico, Trem Militar e Trem Nacional em documentos oficiais, o estabelecimento guardava e consertava objetos do Governo Imperial, do Governo Provincial e da Câmara Municipal. Suas oficinas foram as melhores da cidade até o início, por volta de 1860, da construção da ferrovia inglesa ligando Santos a Jundiaí.

A Guarda Municipal Permanente, depois Força Pública e atual Polícia Militar, foi criada em 15 de dezembro de 1831 pelo Governo da Província. Seu primeiro aquartelamento, até 1906, foi o pavimento térreo do Convento do Carmo, perto do Quartel do Trem.

São Jorge, Santo Guerreiro, padroeiro de Portugal, Aragão e Inglaterra, é um dos mais queridos em todo o mundo católico. No sincretismo religioso

afro-brasileiro está identificado como Ogum, Orixá ou Deus da Guerra da umbanda. Segundo a crença popular São Jorge, depois de matar o terrível dragão chamado Cauquemar, está morando na Lua. Em São Paulo, como em diversas outras cidades brasileiras, a imagem de São Jorge desfilava na grande procissão de Corpus Christi, com brilhante escolta de músicos e soldados, recebendo solenes salvas de Artilharia e Infantaria das guardas de honra para ela formadas. Certa vez em São Paulo a lança de São Jorge feriu mortalmente um soldado da escolta e isto fez com que o desfile fosse perdendo o brilho até ser realizado pela última vez em 1872. A imagem ficou guardada durante muito tempo na Casa do Trem até que o Comandante do Corpo Fixo, Tenente Coronel Pacífico Antônio Xavier de Barros, solicitou ao Presidente da Província, em ofício datado de 21 de maio de 1853, a retirada da imagem e outros objetos do culto religioso depositados no Armazém de Artigos Bélicos. Atualmente aquela imagem de São Jorge é uma das mais valiosas peças do magnífico acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo.

Uma lei de 10 de março de 1880 criou a Seção de Bombeiros da Capital, com um alferes e vinte praças todos vindos do Rio de Janeiro. Contudo, seu primeiro quartel, dependências da Estação Central da Companhia de Urbanos na Rua do Quartel, era pequeno não permitindo a guarda do material e o treinamento do pessoal. Autorizados pelo Ministério da Guerra, os bombeiros foram transferidos em 1886 para o Depósito de Artigos Bélicos, que passou a ser conhecido como Quartel dos Bombeiros e onde permanecem.

Entre os primeiros comandantes do Corpo figuram oficiais do Exército de muito boa qualificação profissional. Entre eles o pardo Benedicto Graccho Pinto da Gama, Oficial de Artilharia e Engenheiro Civil e Militar, foi um paulista ilustre hoje inteiramente esquecido. Comandou o Corpo como capitão (comissionado como major da Força Pública) e após deixar o comando exerceu, ainda como capitão, outra função importante, a de Diretor da Fábrica de Ferro do Ipanema, normalmente exercida por coronéis. Era, aliás, filho do célebre tribuno e abolicionista negro Luís Gonzaga Pinto da Gama, que iniciou sua formação como soldado do Exército e cabo da Força Pública.

Em 1891 o Corpo Policial Permanente, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Urbana da Capital foram unificados constituindo a Força Pública, atual Polícia Militar do Estado. Com o passar do tempo, diversos Corpos de Bombeiros Municipais, alguns muito bons como o de Santos, passaram a integrar a Força Pública.

A consolidação do regime republicano custou grandes sacrifícios ao povo brasileiro. São Paulo, povo e governo, prestou todo apoio possível a Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, para debelar a Revolta da Armada e a Revolução Federalista nos Estados sulinos. São Paulo e Santos tornaram-se importantes Praças de Guerra preparando vários contingentes do Exército, da Guarda Nacional, da Força Pública, Batalhões Patrióticos etc. O Quartel de Linha e o dos Bombeiros tiveram importante desempenho na mobilização de forças paulistas.

Sucessor de Floriano na presidência da República, Prudente de Moraes iniciou a política de manter o Exército fraco e fortalecer a Marinha e as Polícias Militares dos Estados mais ricos. As conseqüências foram lamentáveis. A Inglaterra ocupou a Ilha da Trindade em 1895 e a Argentina somente não invadiu o Brasil em 1908 porque foi pressionada pelos Estados Unidos da América. Episódio dos mais deprimentes da nossa História, a chamada Campanha de Canudos mostrou a fraqueza de nossas forças terrestres. Na passagem do século não havia Corpo de Tropa do Exército sediado no Estado de São Paulo; somente dois pequenos destacamentos: um de Infantaria no Quartel de Santana na Capital e uma Bateria de Artilharia na Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande de Santos. Em 19 de março de 1895 os próprios nacionais constituídos pelos terrenos e benfeitorias do Quartel de Linha e do Quartel dos Bombeiros foram vendidos ao Governo do Estado conforme escritura lavrada as folhas 27 verso e seguintes do livro 518 do Tabelião Evaristo Valle de Barros, Rua do Rosário nº 63, Rio de Janeiro. Foi praticamente uma doação porque os imóveis valiam muito mais que os quinhentos contos de réis pagos pela Fazenda Estadual. A enorme Invernada do Barro Branco, utilizada pela Guarnição do Exército e pelo Corpo de Bombeiros, foi vendida ao Governo de São Paulo em escritura firmada em 16 de abril de 1901, no citado Tabelião Evaristo e pela quantia simbólica de vinte contos de réis.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1º de novembro de 1894, é hoje, no seu gênero, a mais antiga instituição cultural paulista e uma das mais bem conceituadas do País. Sempre contou entre seus sócios ilustres oficiais da gloriosa Milícia Paulista. Entre eles merece destaque o Coronel Pedro Dias de Campos que escreveu bons artigos históricos sobre a Força Pública e Corpo dos Bombeiros na Revista do Instituto.

Até fins do século XIX, os principais edifícios públicos, particulares e religiosos costumavam ter saídas secretas subterrâneas para o exterior. As das construções militares têm o nome técnico de poterna. O Quartel de Linha e o dos Bombeiros tiveram suas poternas, inclusive ligando os dois aquartelamentos. Acabaram sendo abandonadas e esquecidas, tanto assim que causou grande surpresa, em 14 de fevereiro de 1900, a descoberta de um grande subterrâneo na Travessa do Quartel. Tinha mais ou menos dois metros de altura, permitia a passagem simultânea de dois homens lado a lado, e o teto e paredes eram revestidos por tijolos grosseiros. Não chegou a ser explorado porque foi logo tapado pelos proprietários vizinhos, temendo a desvalorização imobiliária, sob a alegação de ser prejudicial à saúde pública.

Desprezando tradições seculares, uma Lei Municipal de 3 de julho de 1907 mudou o nome da Rua do Trem para Rua Anita Garibaldi, homenageando a notável catarinense Ana de Jesus Ribeiro. Outra Lei de 7 de agosto do mesmo ano denominou Onze de Agosto a velha Rua do Quartel.

O vigor físico e mental é uma característica do bombeiro militar. Por ocasião da 1ª Guerra Mundial o "Heróis das Chamas Football Club" era um dos mais queridos times da Capital e seus jogos na Várzea do Carmo, atual Par-

que Dom Pedro II, atraíam grandes massas populares. A Força Pública recebeu Missão Militar Francesa antes do Exército, atingiu seu apogeu como força militar na década de 20, dispôs de Aviação de Combate e o então Batalhão de Bombeiros Sapadores teve sua Companhia de Artilharia. Na Capital, o Batalhão realizou demolição de edifícios, retificação de trechos do Tietê, nivelamento de vias públicas etc. No Interior, a construção da primeira estrada carroçável ligando São Sebastião ao Vale do Paraíba.

Após sua incorporação ao patrimônio estadual o terreno do quartel foi aumentado com a desapropriação de imóveis contíguos. No começo do século o grande engenheiro-arquiteto paulista Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo projetou um enorme e majestoso edifício que não chegou a ser construído. Ramos de Azevedo tinha muito bom relacionamento com os militares por ter, como filho de oficial superior da Guarda Nacional, o título de 1º Cadete do Exército e sido aluno de Artilharia na Escola Militar da Praia Vermelha. Do aquartelamento anterior ao atual, este construído em meados da década de 70, restam várias fotografias inéditas e publicadas. Entre outras, as do valioso livro "A Força Pública de São Paulo — Esboço Histórico — 1831-1931" de autoria de Euclides Andrade e 1º Ten. Hely Fernandes da Câmara, publicação oficial do Governo do Estado como parte das comemorações do primeiro centenário da gloriosa Milícia Paulista. Nova edição fac-similar foi editada em 1982 por esforços do Cel. PM Edilberto de Oliveira Mello, muito bom historiador e na época Diretor do Museu Militar do Estado. Ambas edições são hoje raridades.

As grandes obras de reurbanização do centro da cidade, nas décadas de 40 e 70, deram às imediações do quartel seu muito bom aspecto atual, inclusive destacando a beleza arquitetônica do Palácio da Justiça e a severa imponência do quartel. Concluindo este artigo, seu autor sugere seja exposto ao público na entrada do quartel, em condigna placa de bronze, um resumo de suas importantes memórias históricas.

Recordação e permanência de TCHAIKOVSKY (1840-1893) Apontamentos críticos

JOSÉ DA VEIGA OLIVEIRA*

PIOTR (Pedro) ILYSTCH TCHAIKOVSKY nasceu na pequena cidade russa de Kamiska Votinski, a 7 de maio de 1840, vindo a falecer em São Petersburgo, a 6 de novembro de 1893. Sua família não possuía interesse maior pela arte da música. Já nos primeiros anos o menino apresentava sinais inequívocos de inteligência, curiosidade intelectual e sensibilidade artística. Recebeu da governanta francesa Fanny Durbach as primeiras noções de música, aos sete anos de idade. Quando a família, procurando melhor meio de vida, transferiu-se para São Petersburgo, então capital da Rússia Imperial, o menino teve, como professor, Filipov, excelente didata. Fez rápidos progressos. Mas ainda não cogitava de seguir a carreira profissional de compositor. Ingressou no Instituto Jurídico ou Faculdade de Direito, onde concluiu o curso, sendo nomeado funcionário do Ministério da Justiça. Os instantes que lhe sobravam do trabalho, Tchaikovsky aproveitava para estudar o vasto repertório da música coral russa. A freqüentação do ambiente musical trouxe-lhe enfado, saturação, desânimo, à vista da frivolidade oca e vazia das pessoas com as quais entrava em contato fortuito. Foi aperfeiçoar-se com Zaremba. A esse tempo, Anton Rubinstein (1829-1894), pianista, compositor e chefe de orquestra,

* Palestra pronunciada no IHGSP em 4 de agosto de 1993.

fundou o Imperial Conservatório de São Petersburgo, do qual foi o primeiro diretor. Tchaikovsky matriculou-se nessa novel instituição. Foi um aluno extraordinariamente estudioso. Com absoluta pontualidade executava todas as lições. Os professores quedavam-se mudos de assombro perante a extrema diligência nos trabalhos acadêmicos. Fica explicada a consumada mestria que Tchaikovsky evidenciou em todas as partituras que compôs. Concluiu o Conservatório em 1865. Na oportunidade compôs uma cantata para quatro vozes solistas, coro misto a quatro vozes e orquestra, sobre a "Ode ao Júbilo" de Schiller ("An die Freude"), curiosamente o mesmo texto épico que a Beethoven inspirou o capítulo conclusivo de sua IX Sinfonia (Ré menor, op. 125), impropriamente denominada "Sinfonia Coral". O poema de Schiller foi traduzido ao russo por K. S. Aksakov.

Rubinstein ofereceu a Tchaikovsky a cátedra de Harmonia. Os vencimentos eram penosamente diminutos. Para sobreviver passou a lecionar. Sofria dos nervos, de insônia. Era um ser angustiado. Todavia, foi importante a freqüentação da vida artística moscovita. Travou conhecimento com Balakirev, Rimsky-Korsakov e o respeitado crítico Vladimir Stasov. A esse tempo produzira duas Sinfonias, o cenário sinfônico para "The Tempest". Shakespeare inspirou-lhe a primeira de suas mais populares obras — a Ouverture-Fantasia "Romeu e Julieta", que lhe custou duas substanciais revisões. Deixou o Conservatório em 1868, exausto pelo excessivo trabalho. Aos 37 anos convolou núpcias com Antonina Miliukova. O casamento durou apenas nove semanas, seguindo-se colapso nervoso e febre cerebral. Evidenciaram-se em Tchaikovsky nefastas tendências homossexuais, das quais o compositor jamais se liberou. Tentou o suicídio, mergulhando certa noite glacial nas águas do rio Móscova, na... "esperança" (!) de contrair pneumonia... Nem sequer um resfriado banal, o que explica sua robusta constituição. Dada a diferença de gênios e a impossibilidade do "debitum conjugalis", seguiu-se inevitavelmente o divórcio. Foi a pior fase da atormentada e dramática existência de Tchaikovsky.

A singular protetora

Certa manhã o correio entregou ao compositor uma carta, redigida por uma certa Nadejda Filaretovna von Medk. Informa-o ter apreciado algumas de suas primeiras obras, pelas quais sentiu fortíssimo entusiasmo. Decidira encomendar-lhe um novo trabalho, que seria regiamente remunerado. Foi o início de um dos mais extraordinários relacionamentos de toda a história da música. Nadejda era viúva de um notável engenheiro, que traçou ferrovias por todo o território russo. Ao falecer de repente, deixou à mulher sete filhos e uma fabulosa fortuna. Nadejda era mulher culta, sensível, inteligente, versada na filosofia e na arte da música. Viajava constantemente pela Europa, enriquecendo de cultura seu espírito. Ciente da miserável existência de Tchaikovsky, decidiu salvá-lo, fixando-lhe um estipêndio anual de 6.000 rublos, uma respeitável soma, a fim de que o compositor, liberto de preocupações materiais, pudesse compor e viajar com toda a liberdade. Mas o "contrato"

incluía uma cláusula irrevogável: jamais deveriam encontrar-se pessoalmente. Apenas através de correspondência. Tchaikovsky manteve o compromisso em 13 anos de relacionamento, que rendeu uma troca de cartas, compendiadas em três grossos volumes. Por via de conseqüência o compositor requereu demissão do Conservatório e do Ministério da Justiça. Tornara-se um outro homem, muito embora não liberto de suas angústias, dúvidas, indecisões. A Sinfonia nº 4, em Fá menor, op. 36, foi dedicada a Nadejda Filaretovna von Medk, tendo o compositor, em carta íntima, explicado o argumento que lhe inspirou a feitura da obra. Compor, viajar, reger orquestras... foi essa a rotina por longos anos. Foi um dos compositores mais viajados. Cruzou toda a Europa, chegando mais tarde aos EUA, ao ensejo da inauguração da esplêndida sala de concertos em New York, o "Carnegie Hall". No decurso dos anos a popularidade de Tchaikovsky ia em ritmo ascensional, não sem os inevitáveis revezes, como por vezes uma recepção fria, neutra, negativa dos auditórios. Entre as 10 óperas, "Eugen Oniegin", inspirada em texto do grande dramaturgo e poeta Puschkin, acabou convertendo-se em seu mais popular e apreciado melodrama, ao lado de "A Dama de Espadas". Outra notável composição é o amplo Trio em Lá menor, para piano, violino e violoncelo, dedicado à memória de Nicolas Rubinstein.

Esse músico, que desancou o Concerto nº 1, em Si bemol menor, op. 23, para piano e orquestra, op. 23, viveu à suficiência para a reversão dessa importante obra, a qual, no correr do tempo, superou as críticas adversas, convertendo-se, de modo inquestionável, no mais popular concerto para teclado, em especial quando o grande pianista, musicólogo e compositor alemão Hans von Bülow fê-lo triunfar com a Orquestra Sinfônica de Boston. A mesma sorte aconteceu com o Concerto em Ré maior, para violino e orquestra, op. 35. Estreado em Viena, na execução do violinista Brodsky, após Leopold Auer tê-lo rejeitado, o famoso crítico anti-wagneriano Eduard Hanslick chegou a ponderar atrevidamente que a peça tresandava mau cheiro! Numa flagrante demonstração da inanidade absoluta da crítica, o Concerto, celebrado por intérpretes do nível de Heifetz, Menuhin, Stern, Francescatti, Szigeti, Thibaud, Accardo, Ughi, Sarasate, Oistrakh, Rabin, Szeryng, Grumiaux, entre outros, adquiriu invejável popularidade e tornou-se obra de repertório, aclamada em todos os quadrantes do globo.

A obra

É impossível dividi-la por períodos. Como autêntico músico romântico — ou, melhor definido, pós-romântico — Tchaikovsky na arte de compor deixou-se guiar por impulsos subjetivos, emocionais. Todavia, sua insegurança e inato pessimismo não o impediram de procriar criativamente. Ademais, ostentava fortíssima base literária. Tanto assim que Byron ditou-lhe inspiração para um vasto poema sinfônico, "Manfred". William Shakespeare, como vimos, foi celebrado em "Romeu e Julieta", enquanto Dante Alighieri mereceu belíssimo e dramático desenvolvimento, na patética e fulgurante fantasia orquestral "Fran-

cesca da Rimini", op. 32, proveniente da "Divina Commedia, Inferno", Canto V, versos 106 ss:

"Amor condusse noi ad una morte:
Caina attende chi a vita ci spense".
Queste parole da lor ci fur parte.

.....

Francesca, i tuoi martiri
a lacrimar mi fanno tristo e pio.

.....

Nessun maggior dolore
che ricordarsi del tempo felice
nella miseria..."

A tragédia que vitimou Páolo Malatesta e sua amante inflamou a inspiração de Tchaikovsky à potência culminante. A estréia em 1876 premiou o compositor com um integral êxito, compensatório de prévios fracassos.

Contentemo-nos com assinalar os pontos culminantes da vasta obra de Tchaikovsky. Foi um dos máximos inovadores da arte do bailado. O "ballet" ostenta uma respeitável tradição, a partir **grosso modo** das óperas-bailado de Jean-Baptiste Lully para a corte de Luiz XIV de França, onde uma ópera sem "ballet" era simplesmente inconcebível. Já no século XIX, um dos mais conspícuos representantes da coreografia foi o compositor francês Leo Delibes (1836-1891), com suas belas obras "La Source", "Coppelia" (1870), "Sylvia" (1876), que instauraram um gênero novo da ribalta, no qual a música, até então pouco mais do que decorativa, assume importância capital, um valor em si mesma, que lhe permitia ser executada abstratamente na sala de concertos. Ademais, em vez de privilegiar a "prima ballerina", relegando a segunda plana dançarinos e dançarinas, Delibes, Offenbach, Adam e Tchaikovsky criaram o espetáculo de conjunto, no qual a importância da estória ou enredo era partilhada por todos os intérpretes, com a intervenção aleatória do elemento vocal, simbolizado por um coro. Petypa, destacado coreógrafo, contribuiu com sua arte para os belos bailados "O Lago dos Cisnes", "A Bela Adormecida", "O Quebra-Nozes", hoje em dia sucessos de calibre internacional, autênticas obras-primas, nas quais o gênio de Tchaikovsky rebrilha soberanamente.

Para celebrar o funesto e trágico desastre de Napoleão na Rússia de 1812, quando Napoleão Bonaparte atreveu-se a invadir o país de Tolstói, Tchaikovsky compôs em 1880 "O Ano 1812", mais tarde crismado "Ouverture Solennelle", op. 49, para a inauguração da Catedral do Redentor. A partitura prevê gigantesca formação orquestral, carrilhão e uma formidável barragem de artilharia pesada no epílogo. É, por igual, peça favorita para ocasiões especiais,

superando as mais atrevidas composições de Hector Berlioz (1803-1869), como "La Grande Messe des Morts" Requiem, **Te Deum**, "Symphonie Funèbre et Triomphale".

Sinfonias

Das seis Sinfonias para grande orquestra sinfônica, celebrizaram-se apenas a Quarta (Fá menor, op. 36), a Quinta (em Mi menor, op. 64) e a Sexta (em Si menor, op. 74), ornamentada pelo célebre subtítulo "Pathétique". Foi composta em 1893, ano da morte do compositor, estreada sob sua própria regência em São Petersburgo, na Sociedade Orquestral, a 28 de outubro. Desabituado a uma sinfonia conclusa num amplo e funéreo **Adagio lamentoso**, deixou perplexo ao público. Por palavras outras: meio-êxito ou êxito temperado, moderado... Vale a pena ampliar um pouco as presentes considerações rápidas, esquemáticas, escudadas na correspondência do próprio Tchaikovsky, manifestando-se ao sobrinho Vladimir Davidov, em carta de 22 de fevereiro de 1893:

"Justamente quando iniciava minha viagem (visita a Paris, em dezembro de 1892) surgiu-me a idéia para outra sinfonia, desta vez uma sinfonia programática, porém dotada de um programa (isto é: argumento) que permanecerá ignoto a todos; quem puder adivinhar que o faça! — ao passo que a sinfonia terá o nome de "Uma Sinfonia Programática". Esse programa é absolutamente integrado por sentimentos subjetivos. Quando a compus em minha imaginação e nas peregrinações, muitas vezes derramei amargas lágrimas. Agora, tendo retornado à casa, dispus-me a compor esboços, e a obra desenvolveu-se com tanto ardor e celeridade que em menos de quatro dias o primeiro movimento ficou terminado e no pensamento eu tinha um nítido esboço das outras partes..."

Nova missiva a Davidov, 15 de agosto:

"Sinfonia... está progredindo. Estou satisfeitíssimo com o que já compus, embora insatisfeito, ou, melhor dizendo, completamente satisfeito com sua orquestração. Não sei como, ela está assumindo uma feição que não é exatamente a que imaginei. Não me surpreenderia em absoluto se minha sinfonia viesse a receber opiniões desfavoráveis ou de pouco apreço — estou acostumado com isso. Mas digo-te com sinceridade: esta é a melhor e acima de tudo **a mais sincera** de todas as minhas obras. Amo-a como jamais **amei** qualquer outro de meus trabalhos musicais."

Modeste Tchaikovsky, irmão do compositor, relata:

Serenata

No outono de 1880, simultaneamente à complementação da Ouverture "1812", Tchaikovsky produziu sua admirável Serenata em Dó maior, op. 48, para orquestra de cordas, magnificamente elaborada em termos de lirismo, es-

pontaneidade de inspiração, isenta de pedantismo e lapsos outros. É mais uma de suas homenagens a Mozart, "esse Cristo da música" — palavras textuais. O 2º movimento, uma deliciosa "Valsa", alcançou celebridade universal. Todos os conjuntos de câmara costumam repeti-la ao epílogo dos concertos, peça extraprograma ou "encore". E o êxito está antecipadamente assegurado!

Sinfonias

O musicólogo, crítico, historiador Michel R. Hofmann assim qualifica as derradeiras Sinfonias de Tchaikovsky:

"A 5ª Sinfonia poderia denominar-se a Patética" nº 2 (a 4ª seria a "Patética" nº 1), e a 6ª a de nº 3, porquanto sua motivação é idêntica das outras duas. É o **fatum** (sina), o inútil combate do homem contra o seu destino. Essa pugna, Tchaikovsky a instala sobre três diferentes planos. Na **Quarta**, o da realidade humana. Na **Quinta** ocorre o vínculo com o elemento espiritual, para não dizer metafísico.

"A Sinfonia em Fá menor (op. 36) simboliza o homem em busca duma realidade feliz, e os obstáculos concretos que se lhe antepõem; como também a indiferença da multidão à paragem daquele que "retorna à poeira". A Sinfonia em Mi menor (nº 5, op. 64) traça um painel em quatro episódios, sobre a impotência espiritual do homem. Na **Quarta**, o **fatum** é relembrado por meio de trompetes apocalípticos. Aqui (6ª Sinfonia), os quatro movimentos se encontram vinculados por um tema imenso, imponente, qual um caudaloso rio. Nada de teatral, porém uma espécie de "Requiem para o espírito", a tal título que o único elemento positivo do ser torna-se a aceitação do inevitável. E o começo solene do derradeiro episódio ressoa como o "coração do **fatum**".

Sem deixar-se abater ou atormentar pelos revezes, o frouxo acolhimento que o público dispensou a muitas de suas obras, o compositor foi explícito neste antológico parágrafo:

"O artista não deve deixar-se comover pela cegueira de seus contemporâneos. É necessário que ele saiba expressar tudo quanto carrega em si, tudo quanto é chamado a dizer. Somente a história saberá julgar sua obra; e se eu suporto com tanta coragem as atuais provações é porque possuo doravante uma confiança inquebrantável no futuro. Saboreio por antecipação a parcela de glória que me retornará na história da música russa..."

O compositor austríaco Gustav Mahler (1860-1911) diria o mesmo com outras palavras: "Meu tempo ainda haverá de chegar" ("Meine Zeit wirde noch kommen...").

"Na manhã seguinte ao concerto (estréia absoluta em São Petersburgo, 28 de outubro de 1893, regida pelo compositor), encontrei meu irmão sentado à mesa do café matinal, tendo perante si a partitura da Sinfonia. Concordara em remetê-la a seu editor Jurgenson, em Moscou, naquele mesmo dia, mas ainda não encontrara um título. Não queria designá-la apenas com um número e havia abandonado a primitiva intenção de intitulá-la "Sinfonia Programática".

— "Por que "programática", dizia ele, se não pretendo explicar significado algum?" Alvitrei "Sinfonia Trágica", qual um título aproximativo. Porém, este também não o agradou. Deixei o salão, enquanto Piotr Ilystch conservava-se indeciso. De repente, no meio da escada, ocorreu-me a palavra "Pathétique", e retornei para lh'a sugerir. Lembro-me, como se fora ontem, do entusiasmo de que meu irmão ficou possuído:

— "Bravos, Modeste, esplêndido! **Pathétique**!"

Imediatamente em minha presença inscreveu na partitura o título pelo qual a Sinfonia ficou sendo conhecida".

Tchaikovsky em carta a A.P. Jurgenson, 30 de outubro do mesmo ano:

"Com esta Sinfonia os fatos aconteceram de forma inusitada. O público, na realidade, não desgostou da obra, mas quedou-se algo surpreso. Quanto a mim, estou satisfeitíssimo com ela, como jamais estive com outra obra minha. Entretanto, examinaremos o assunto pessoalmente, visto que deverei chegar a Moscou no próximo sábado".

Mas os fados adversos determinaram que esse encontro jamais se realizaria. Uma semana mais tarde, falecia Piotr Ilystch Tchaikovsky...

Enigma trágico e macabro

Até agora, todos os dicionários, biografias e histórias da música apresentam, à unanimidade, a mesma versão concernente à morte do compositor, aos 53 anos de idade: morreu por infecção do **colera-morbus**, após ingerir imprudentemente um copo d'água não-fervida, na época em que grassava em São Petersburgo uma epidemia da perigosa moléstia. Assim, Tchaikovsky baixou à sepultura vitimado pelo vibrião colérico. Ao menos, é a versão oficial.

Entretanto, é importante, fundamental mesmo, registrar que, já nesse tempo, ergueram-se sérias, suspeitosas dúvidas acerca dessa história. Por exemplo, o professor Alexander Vyacheslavlovitch Osofsky, estudioso de Rimsky-Korsakov, docente de história da música e decano do Conservatório de Leningrado (hoje de novo, felizmente, São Petersburgo!), trabalhou ao tempo da morte de Tchaikovsky no Ministério da Justiça. Ao compositor, regente, pianista Joel Spiegelman, especialista da música russa e soviética, professor de

composição do "Sarah Lawrence College", EUA, narrou Osofsky que aos coevos não era mistério que Tchaikovsky se suicidara; sendo que a narrativa foi transmitida hereditariamente de pai para filho e neto.

Por outra parte, Alexandra Anatolyevna Orlova, musicóloga soviética, emigrada aos Estados Unidos em fins de 1980, realizou uma narrativa a qual, em sua tremenda audácia, parece contradizer frontalmente tudo quanto se disse em caráter oficial. A crer nela, a morte de Tchaikovsky simboliza uma das maiores, escandalosas **mentiras** de que há memória nos anais da Grande Música. Embora difícil, senão mesmo impossível, cumpre descodificá-la.

À boca pequena sussurrava-se sobre o suicídio do compositor, enquanto ele agonizava. É significativo que nem mesmo as mais elementares precauções sanitárias se cumpriram. Quarentena alguma foi decretada à residência. Faleceu em presença de dezesseis pessoas: — quatro médicos, seus irmãos, sobrinhos, criados, aias e um sacerdote. Para enfrentar vômitos e diarréia usaram-se todos os papéis disponíveis. Em vez de incineradas, as roupas de cama foram remetidas à lavanderia; e, por algum estranho motivo, retornaram... sujas!

Precaução alguma foi tomada após a morte. O cadáver deveria ser imediatamente encerrado num ataúde de zinco, lacrado a maçarico, e a residência completamente desinfetada. Pessoas começaram a velar o caixão, que permaneceu aberto durante dois dias consecutivos. Rimsky-Korsakov observou: "Estranho! Tchaikovsky morreu de cólera; porém o acesso a seu corpo foi completamente desimpedido". Pessoas beijaram-lhe a face.

Um dos médicos, dr. Lev Bernardovitch Bertensen, publicou num diário de São Petersburgo um artigo, "A doença e morte de Peter Ilytch Tchaikovsky", descrevendo minuciosamente todos os sintomas do cólera. A 10 de novembro, o jornal "Novos Tempos", um dia após a inumação, publicou uma carta de Modeste Tchaikovsky, narrando os derradeiros dias do compositor. Mme. Orlova discriminou uma porção de informes desencontrados, contraditórios, nesses dois textos.

Segundo sustenta Mme. Orlova, Tchaikovsky interessou-se em demasia por um jovem, sobrinho do Duque Stenbock-Thurmor. Ciente do fato, o Duque queixou-se ao Czar Alexandre III, que a transmitiu ao Promotor-Chefe do Senado, Nikolai Borisovitch Yakobi, colega de classe de Tchaikovsky na Faculdade de Direito de São Petersburgo. Durante toda sua vida, o compositor temia a descoberta do segredo de suas inclinações. O escândalo da pederastia na Rússia seria fatal ao prestígio nacional e internacional do compositor, na época o mais célebre em escala mundial.

A profissão técnica de bibliotecária e arquivista permitiu-lhe o acesso aos manuscritos secretos do Conservatório de Leningrado (São Petersburgo) e do Museu de Klin. Vladimir Zhdanov foi o primeiro a levantar o véu da homossexualidade. Seguiu-se-lhe Mme. Orlova. Recolheu importantes testemunhos suplementares, que seriam mui longos para declinar ao longo das presentes linhas. Em resumo: o Procurador-Geral Yakobi convocou um "Tribunal de Honra", constituído por oito colegas de classe do compositor, que se achava

presente. Sessão agitada, tempestuosa, terrível. Durou um dia inteiro, por entre discussões, vociferações, impropérios. Sentença: envenenamento por um agente letal não identificado.

Pouco tempo antes de emigrar aos "States", Mme. Orlova retornou a Klin para complementar suas pesquisas e aclarar pormenores ainda duvidosos. Porém era tarde... A estupidez vitoriana, de exacerbado puritanismo, tradicionalmente instaurada na Rússia, tanto imperial como soviética, trancou-lhe qualquer possibilidade de investigação. Nem o Czar poderia intervir. Se se confirmasse a hipótese do suicídio, ou fosse ele publicamente admitido, não haveria honras fúnebres canônicas na Catedral de Kazansky. O corpo seria sepultado em lugar incerto e não sabido. Ainda hoje, a homossexualidade é considerada um torpe vício, nojento, uma desgraça, uma infâmia aos olhos de Deus. O homem indigitado mereceria a prisão ou o exílio. Grandes honrarias póstumas foram tributadas ao compositor. Ocultar-lhe o suicídio tornava-se providência de importância absoluta. Na época, é certo. Mas agora, em fins do século XX, "a quoi bon"?!

É importante anotar que a mais recente edição do "Grove's Dictionary" de 1980, vol. XVIII, e o "Larousse de la Musique" (1982, vol. II) filiam-se a essa visão histórica, porventura autêntica pelo peso esmagador dos textos. Todavia, Nicolas Slonimsky, editor da 7ª ed. do "Baker's Biographical Dictionary of Musicians", prefere aderir, em termos violentos e sarcásticos, à versão supostamente oficial, como se lê às págs. XI-XIII e 2282-2284 do maciço calhamaço (New York, Schirmer, 1984).

Em síntese, como escreveu Andrá Lischké, "as ensanchas de reencontrar os documentos definitivamente esclarecedores são assaz tênues, e não poderiam, de qualquer modo, serem consideradas senão quando os arquivos de Tchaikovsky forem acessíveis e publicáveis em sua totalidade".

À guisa de epílogo

O musicólogo e organista britânico Martin Cooper, em amplo estudo das sinfonias de Tchaikovsky, expende considerações que se podem aplicar, sem a mínima dificuldade, à obra do maior compositor russo do século XIX. Não me furtarei à tradução e transcrição integral:

"Tchaikovsky foi criticado pelo que se denominou a desimportância intrínseca das figurações, por seu significado óbvio e imediato; como também foi condenado perante a "vulgaridade" de sua orquestração. É claro, tais críticas baseiam-se no mito de que beleza e valia artística estão conectadas a tudo quanto é profundo e difícil; e que, por via de conseqüência, tudo quanto é agradável e prontamente acessível deverá em essência situar-se em nível inferior. Ao modo de muitos desses inconscientes postulados, isso é canalizado, claro, rumo à vetusta heresia maniqueísta ou "puritana"; a crença segundo a qual tudo quanto agrada aos sentidos de forma imediata deve pertencer ao demônio. É a mesma mentalidade que dispensa honras cimeiras a um artista

cuja obra denota, de forma irretorquível, as agruras da criação, os conflitos e tempestades de alguma porfia instintivamente adivinhada; que o criador, fluente na aparência, espontâneo em sua obra, tudo — até mesmo a miséria pessoal, dúvida, angústia — se transmuta em divinal serenidade, um puro fluxo inspiracional, em que a imperfeição humana é detectada como algo que superou o ângulo negativo, que foi afogado na torrente inspiracional. Assim, Mozart e Schubert se classificam instintivamente "menores" do que Beethoven e Brahms; e a música alemã, na qual o contingente de luta, meditação, sofrimento, esforço, é automaticamente proclamado de categoria superior, "vis-à-vis" à espontânea afirmação, à emoção imponderável, imediata, ou à delícia da beleza sonora em si mesma, que melhor caracteriza a música não-germânica. "O difícil é melhor do que o fácil"; e na vida ética assim acontece; porém aplicar tal regra às criações artísticas significa introduzir um princípio totalmente alheio, sem qualquer validade, fora de seu próprio âmbito. Tal não quer asseverar que as falhas éticas de um artista possam, mui facilmente, causar mau resultado na obra que ele produz. As próprias fraquezas temperamentais de Tchaikovsky se refletem perfeitamente em sua música, porquanto essa música é abertamente autobiográfica, reconhecidamente produzida como uma entrega emotiva, espécie de resposta a um problema específico. Mesmo assim, e admitindo que a música de Tchaikovsky é um reflexo perfeito de sua personalidade, inexiste motivo de esperar vulgaridade ou trivialidade na música de um homem que, não obstante todos os seus lapsos, jamais foi vulgar ou trivial. No mundo estético não pode haver prêmio para um árduo trabalho, um esforço ético ou coisa semelhante, a menos que a obra que ele produz seja satisfatória sob o ângulo puramente estético. Pelo contrário, igualmente não poderá haver castigo perante a facilidade de criação ou a presença de enlevo, a menos que essas qualidades, moralmente suspeitas, dêem origem ao que se torna eticamente insatisfatório: — melodia e ritmo flácidos, que depressa debilitam, ou o colorido espalhafatoso e gestos afetados, que mui depressa enfastiam. Mas isso é curial no pensamento de todos os críticos de Tchaikovsky. Eles meramente se apercebem de que tudo quanto é essencialmente singelo e imediato em sua expressão necessita ser profligado, apesar de válido no seu resultado efetivo. Ademais, ninguém pode questionar a capacidade do estilo de Tchaikovsky, bem assim sua economia de recursos estéticos, sua absoluta sinceridade emotiva. Pode-se acusar seu universo emocional, as frases palpitantes, ofegantes, o colorido estridente, os soluços, as subitâneas erupções de histérico desafio; porém jamais, em momento algum, duvidar de que tudo isso simboliza o próprio "eu" de Tchaikovsky; que essa natureza, que lhe parecia impossível de alcançar, senão aos mais chegados amigos, dessa maneira torna-se acessível ao mundo inteiro.

"As seis Sinfonias de Tchaikovsky percorrem toda sua vida de compositor, desde os começos amadorísticos até a completa maturidade como artista de gênio, um dos mais exímios expoentes do século XIX. Todas elas representam integralmente o artista e o homem. E as três Sinfonias derradeiras mais ainda, porquanto constituem as vozes autênticas do culto mundo russo da época e da geração de Tchaikovsky."

BIBLIOGRAFIA:

Brigs, John, "Tchaikovsky and the Five", Philadelphia & New York, Lippincott, 1959; Michel R. Hofmann, "Tchaikovski", Paris, "Solfeges", Éditions du Seuil, 1959; Evans, Edwin, "Tchaikovsky", London, Dent, 1966; Joel Spiegelman, "The Trial, Condemnation and Death of Tchaikovsky", "High Fidelity", February, 1981, págs. 49-51; Symposium "The Music of Tchaikovsky" ed. Gerald Abraham, New York, Norton, 1946; André Lischké, "Tchaikovski s'est-il suicidé?", "Diapason", 284, Paris, 1983, págs. 28-29; Biancolli, Louis e Mann, William, "The Analytical concert Guide", London, Cassell, 1957, págs. 676-705; Calvocoressi M.D.verbete "Tchaikovsky", em "Grove's Dictionary of Music and Musicians", London, Macmillan, 1954, vol. VIII, págs. 327-350; Slonimsky, Nicolas, "Baker's Biographical Dictionary of Musicians", New York, Schirmer, 7ª ed., 1984, págs. VII-IX, 2282-2284.

Sessões plenárias e CEHIS

As sessões plenárias do IHGSP são públicas e realizadas às primeiras e terceiras quartas-feiras do mês (fevereiro a outubro), das 17 às 18 horas no auditório "Afonso de Freitas", de sua sede social, situada na Rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, centro da capital.

Desde o ano de 1985 que nas segundas e quartas quartas-feiras do mês (fevereiro a novembro), das 16h30 às 18 horas, são realizadas as reuniões do Centro de Estudos Históricos — CEHIS, abertas aos sócios e convidados. Trata-se de uma mesa-redonda, onde são apresentados e debatidos, em alto nível, palpitantes temas de história, geografia, literatura e outras ciências humanas. As reuniões são presididas pelo presidente do Instituto e cada interventor dispõe de dez minutos para apresentar seu trabalho, geralmente alguma pesquisa em andamento ou encerrada. Seguem-se os debates. Também são tratados no CEHIS: comunicações culturais do Instituto e de outras entidades, comemorações de efemérides, destaque de personalidades, comentários de livros e artigos, eventos culturais. É elaborada uma Ata, lida, discutida e aprovada na reunião seguinte.

O "Jornal do CEHIS", que circulou até recentemente, foi substituído pelo "Informe HISTÓRIA", mensário, ambos editados pelo jornalista e sócio J. Pereira.

CEHIS — Atas das primeiras sessões

Ata da primeira sessão realizada em 20 de março de 1985.
Aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e cinco, assumindo a presidência o acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, declarou aberta a sessão. Eu, abaixo assinado, incumbi-me de lavrar a ata da presente sessão. O confrade Leite Cordeiro chamou a atenção dos presentes sobre a questão do famoso caminho "Peabiru", pedindo que alguém se incumba da elucidação do itinerário. E lembrou, a propósito da guerra entre Pires e Camargos, em São Paulo, uma publicação de Lacordaire, que chamou de Pinheiros e Ramalhos a famosa luta paulista. Em seguida, o acadêmico Brasil Bandecchi discorreu sobre programação, temas e noticiários das sessões do CEHIS. Novamente com a palavra, o presidente Leite Cordeiro lembrou a necessidade da documentação existente em Simancas sobre o Brasil e apresentada por João Cabral de Melo Neto. Comenta o acadêmico Odilon Nogueira de Matos a questão das comunicações, que podem ser diversificadas e diz que as sessões devem ser levadas ao conhecimento geral. Acha que estudantes preferem a "história de hoje" às do passado. A temática das Revoluções está cansativa, outros temas devem ser ventilados. O presidente Leite Cordeiro pensa que as sessões deveriam ser realizadas em quartas-feiras em que não se realizem sessões do Instituto. O acadêmico Honório de Sylos concorda com presidente e propõe que as sessões se iniciem às 17 horas. Brasil Bandecchi lembra que alguns confrades e ele efetuaram curso sobre História em Bibliotecas de bairros. Estabelece-se um debate esclarecedor entre os presentes depois que o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho esclareceu que as sessões do CEHIS não são para cursos, mas para pequenas comunicações e debates. Resolveu-se, após debates, que as sessões sejam na segunda e quarta quarta-feira, às 17 horas. Com a palavra, Odilon Nogueira de Matos refere que na literatura de viajantes estrangeiros ao

Brasil, tem deparado com nomes pouco conhecidos, com obras que pouco se referem ao Brasil, lembra a contribuição de Taunay sobre os visitantes estrangeiros e aproveita a ocasião para apresentar dois artigos sobre dois visitantes (e já arrolou quase 400), pedindo a opinião dos confrades. No primeiro, tratou do espanhol Juan Francisco Aguirre, que em 1793 esteve no Rio de Janeiro pelo espaço de um mês. Foi muito observador. E lembrado por Afonso de Taunay. No segundo artigo tratou do capuchinho frei Aníbal de Gênova, italiano, que esteve no Rio e em Recife (1760) onde foi diligente missionário em todo o Nordeste. Afonso de Taunay resenhou as notas do capuchinho, de catequese e descritivas de lugares como Recife, e também de pessoas. Comentou a comunicação de Odilon Nogueira de Matos, o presidente Leite Cordeiro que lembrou o que pode haver em Purchas e em outras coleções antigas. Lembrou também que deveria haver estudos sobre o corso, que houve com aprovação e financiamento de governos. Oberva que Ferdinad Denis é outro que deveria ser pesquisado. Brasil Bandecchi diz que está estudando e relacionando romances que versam sobre História. E elogia, a propósito, "A Mocidade de Trajano", recém-editado (segunda edição) pela Academia Paulista de Letras. E discorre sobre a "Família Medeiros", com excelente material histórico. Acha que o visconde de Taunay é mais romancista do que Júlio Alves de Almeida, autores dos dois romances assinalados. Estiveram presentes à sessão os consócios Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, Honório de Sylos, Brasil Bandecchi, Odilon Nogueira de Matos , Hernâni Donato, Itamar Bopp e José Geraldo Evangelista. O sr. presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, secretário "ad hoc", lavrei a presente que vai por mim assinada e pelo presidente do Instituto. São Paulo, 20 de março de 1985. Lycurgo de Castro Santos Filho, José Pedro Leite Cordeiro.

Ata da segunda sessão do CEHIS em 27 de março de 1985, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Assumida a presidência, o sr. presidente Leite Cordeiro declarou aberta a sessão. Após a leitura de ata, o abaixo assinado, Lycurgo de Castro Santos Filho, apresentou o livro "A Expedição Langsdorff em Mato Grosso", de Carlos Francisco de Moura, onde há, inéditos até agora, os retratos desenhados de vice-reis do Brasil. A seguir, José Evangelista fala sobre os romances históricos e sua importância. Ressalta o que se pode sugerir da leitura de um romance histórico, que é fonte histórica de interesse. Leite Cordeiro, presidente, tinha os romances de Michel Zevaco. José Evangelista refere que há necessidade de se aceitar, com reservas, o que se aprende nos romances históricos. Estiveram presentes os consócios Leite Cordeiro, José Geraldo Evangelista e Lycurgo de Castro Santos Filho. O sr. presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, secretário "ad hoc", lavrei a presente que vai por mim assinada e pelo presidente do Instituto. São Paulo, 27 de março de 1985. Lycurgo de Castro Santos Filho, José Pedro Leite Cordeiro.

Ata da terceira sessão do CEHIS em 24 de abril de 1985, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Aberta a sessão pelo presidente José Pedro Leite Cordeiro, passou-se à leitura da ata, que foi aprovada. O presidente Lei-

te Cordeiro discorreu sobre a bibliografia muito pobre da imperatriz Teresa Cristina. Ao que consta, salvo erro ou omissão, ainda não se elaborou uma biografia da segunda imperatriz do Brasil. José Geraldo Evangelista falou sobre o arquivo do 6º RI sediado em Caçapava, que está necessitando de uma organização, adiantando que o comandante do 2º Exército, de São Paulo, está-se interessando pelo problema. Com a palavra, Lycurgo de Castro Santos Filho referiu que o último número do "D.O. Leitura" de março de 1985, estampa um artigo de Leonardo Arroyo, onde se conta que a Academia Paulista de Letras jamais possuiu cartas de Eça de Queiroz em seu arquivo, como falsamente informou um membro da Academia — que ficou com as cartas pertencentes a dona Cândida Ferraz Sampaio — e de má-fé referiu a Luís Viana Filho, autor de um biografia de Eça, recém-publicada, que as cartas estavam na Academia Paulista de Letras. Leite Cordeiro novamente com a palavra, relembra o livro de Cândido Mota Filho sobre Eduardo Prado, onde há referências a artigos publicados por Eduardo Prado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sobre o jesuíta Manoel de Moraes. Encarece a necessidade de uma biografia sobre essa muito singular figura. Brasil Bandecchi diz-se de acordo com Leite Cordeiro, achando que o homem Manoel de Moraes é rocambolesco e exigiria para a sua biografia um bom historiador e um ótimo romancista. Sua biografia deveria ser romanceada, tanto mais que alguns pontos de sua vida não estão devidamente provados ou conhecidos, daí um trabalho de recriação. José Geraldo Evangelista e Brasil Bandecchi discorrem sobre a importância do documento, digo, do romance histórico. Os dois últimos discorrem sobre os livros editados na coleção Paulística ao tempo do governador Maluf, que foram publicados e não distribuídas. Teriam sido postas à venda? É um fato a se verificar. Compareceram os consórcios José Pedro Leite Cordeiro, Pedro Brasil Bandecchi, José Geraldo Evangelista e autor da presente ata, abaixo assinado. São Paulo, 24 de abril de 1985. Lycurgo de Castro Santos Filho, José Pedro Leite Cordeiro.

Ata da quarta sessão do CEHIS realizada em data de vinte e dois de maio do ano de mil novecentos e oitenta e cinco na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na Rua Benjamin Constant, número cento e cinqüenta e oito, nesta Capital, às dezessete horas, presentes José Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, Hernâni Donato, Roberto Machado Carvalho, José Geraldo Evangelista, Moisés Gicovate, Pedro Brasil Bandecchi, José Cláudio Fana Toledo. A uma indagação de Hernâni Donato, esclarece o dr. Lycurgo que a Academia Paulista de Letras possui lista completa das entidades, para remessa de publicações. José Pedro Leite Cordeiro esclarece que foi tentado o envio de exemplares da Revista do Instituto através dos Consulados, o que não vingou. Informa Brasil Bandecchi que o busto de Álvares de Azevedo voltou para o seu devido lugar, na Praça da República. Comunicou Roberto Machado Carvalho que compareceu ao curso "Como escrever a história de São Paulo" e que o mesmo teve freqüência regular. Lembrou que no curso de Historiografia, comentou-se que o nosso sodalício não publicou trabalho da Profª Ana Maria Camargo, realizado em nossa hemeroteca. Es-

clarece o dr. Leite Cordeiro que o Instituto não dispunha de numerário para tanto. Já o dr. Bandecchi é de opinião de que a referida profª é devedora do Instituto porquanto aqui realizou a pesquisa que lhe serviu como tese de doutoramento, e que compreendem sete volumes, sendo que o numerário necessário para sua publicação atingiria a casa dos cem milhões de cruzeiros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo seu presidente, dr. Leite Cordeiro, depois de lida e aprovada a ata da reunião anterior, lavrada por mim secretário é assinada pelos presentes. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Celso Maria de Mello Pupo, José Geraldo Evangelista.

Ata da quinta reunião do CEHIS, em data de 12 de junho do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, situado na Rua Benjamin Constant cento e cinqüenta e oito, nesta Capital, às dezessete horas, presentes: José Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, José Geraldo Evangelista, Moisés Gicovate e Roberto Machado Carvalho. Abertos os trabalhos, o presidente José Pedro Leite Cordeiro determinou a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito pelo secretário "ad hoc" Moisés Gicovate, sendo a mesma aprovada. Comunicou o dr. Lycurgo que as letras metálicas que foram roubadas dos bustos do Largo do Arouche foram susbtituídas por letras em granito polido, ficando bem mais em conta o preço. Comunicou ainda o dr. Lycurgo, presidente da Academia Paulista de Letras, que o acadêmico Yan de Almeida Prado ofereceu à Academia documentos valiosos, tais como carta de Frei Mont'Alverne. Por proposta de Moisés Gicovate foi, digo, é inserida na ata voto de congratulações especiáis ao confrade José Geraldo Evangelista pela brilhante conferência proferida neste sodalício no dia 5 de junho, versando sobre "O 6º RI na Campanha da Itália" — Alguns Documentos. Falou o dr. Lycurgo de Castro Santos Filho a respeito do fracasso das semanas comemorativas, Monteiro Lobato, Carlos Gomes, Paulo Setúbal e outras, salientando que a "semana euclidiana" em São José do Rio Pardo, é exceção. Aventou a hipótese de que as comemorações deveriam ser feitas cada cinco, ou cada dez anos. Roberto Machado Carvalho referiu-se às comemorações de Cornélio Pires, uma espécie de "encontro de cornelianos" e ainda a respeito da publicação de suas obras. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença e deu por encerrada a reunião, lavrando eu, secretário "ad hoc", a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, é assinada pelo presidente, por mim e pelos demais presentes. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Roberto Machado Carvalho, Celso Maria de Mello Pupo, José Geraldo Evangelista, Lycurgo de Castro Santos Filho, Hernâni Donato.

Homenagem a sócios falecidos em 1992

DUILIO CRISPIM FARINA

Preito de saudades

Dia da magna evocação dos confrades-irmãos, artífices sonhadores, possuidores de idênticas emulações no culto ao passado. Desejaríamos ter a pena cintilante, preciosa e evocadora de Machado de Assis na feliz reconstituição dos homens de um tempo na página imortal "O Velho Senado", aqui também as peregrinas virtudes, os anseios, os influxos, as determinações de insignes personalidades ficaram no tombo de nossas mais ínclitas figuras, associados que no espaço e tempo, somados, exaltam o já quase centênio deste grandioso Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. De qualquer forma hoje como sempre e no amanhã expressem todos o sentir bandeirante da história paulista. Direito, Justiça, liberdade, mote dos homens livres. Culto à memória da Pátria Brasílica, em especial a Pátria Paulista. Fiéis aos eternos valores de Piratininga, antes de mais nada recordem-se todos aqueles que dos dias iniciais até hoje lutam pela lei a pela grei. De Cesário Motta Júnior, Bourroul, Toledo Piza e Jaguaribe até os lembrados de hoje tremulou um pendão de treze listras e a mesma divisa Non Ducor Duco. Na chamada de todos os que partiram ouve-se uma única voz: Presente! Por São Paulo e pelo Brasil! **Péricles Eugênio da Silva Ramos,** natural de Lorena (24.10.1919 — 14.5.1992). Sócio emérito. Aprovado em 1963. Formou-se em Direito em São Paulo. Faculdade São Francisco 1943. Distinguiu-se nas letras desde cedo, já nas Arcadas, figurando no volume "Poesia sob as Arcadas", organizado por Ulisses Guimarães. Pro-

fessor da Escola de Jornalismo Cásper Líbero, diretor do Correio Paulistano, da Comissão Estadual de Literatura e crítico literário da Folha da Manhã. Membro das Academias Paulista de História e de Letras, e presidente da última. Figura expressiva da geração de 45. Obra positiva e vasta: "Do Barroco ao Modernismo", "Organização e introdução às Antologias", "Poesia do Ouro, Barroca, Parnasiana, Romântica, Simbolista e Moderna", o "O amador de Poemas", "Futuro", "Sol sem tempo", "Lamentação Floral" etc. Volumes também de escol os que reúnem as traduções poéticas de François Villon, Gongora, Byron, Yates, Keats, Shakespeare e autores gregos. Em verdade, professor também de língua e literatura, era artífice da palavra, consagrado como tradutor, crítico e poeta. Traduziu vates latinos, entre eles (Vírgilo), alemães como (Brecht), espanhol (Gongora), franceses (Paul Valéry, Villon), americano (Whitman), ingleses, estes de sua predileção. Erudito, de grandes dotes literários. Homem de grande introspecção, forja capaz de polivalência criadora. Poucas falas. Obra significativa. Vivência criativa. Imortalidade. **Itamar Bopp:** Gaúcho ligado a Rezende por motivações afetivas, seu casamento, torna-se historiador e genealogista de prol das gentes daquele rincão vale-paraibano, na província fluminense. Filatelista de grande porte, rotariano, membro ilustre desta Casa era em bem verdade um "excepcional ser humano". Com ele convivemos durante 40 anos e o sentimos em sua amplitude e profundeza: lhano, atencioso, cordato, ponderado, construtivo. Membro distinto, distintíssimo da Velha Guarda deste Instituto Histórico, a ombrear nas suas emulações com Álvaro da Veiga Coimbra, José Leandro de Barros Pimentel e o inesquecível e grandioso Alvaro de Sales Oliveira, todos nossos mestres nos caminhos da filatelia, numismática, heráldica, genealogia, eles mesmos membros, timbres-dísticos do patriciado intelectual de um tempo caro aos nossos rememorares mui saudosos. Ação intensa, contínua, esfuziante nos grêmios de eleição. Bagagem opulenta em estudos, ensaios, obras dedicadas às temáticas oportunas e quase sempre inéditas ou pouco devassadas. A carimbologia filatélica, principalmente aquela ligada à sua amada cidade de Rezende, logo o incluem aos luminares do setor com Thut, Ayres e Humberto Cerruti. Senhor do conhecimento das obliterações do Império, amava discorrer sobre o assunto como faziam os homens civilizados de dias outros, os Sanches, Dolz, Fracaroli, seres de bom gosto, sensibilidade e cultura. Num dos últimos encontros evocamos os artífices de um São Paulo antigo nas sendas do comércio filatélico em que exornavam experts de Viena d'Áustria, Praga, Berlim, aqui transfugas da guerra, dando altitude ao colecionismo em que se distinguiam Klappholtz, Koenigsfeld, Petrillo, Ribas, Schiffer, Meyer, e até o grande Kurt Prober, este já na medalhística. Era o universo de Itamar Bopp, dentro da História, cultuada, pesquisada, com contribuições positivas aos temas estudados. Elenco imenso de obras desse homem de ação e talento com dezenas de volumes e tão-somente no que se refere a Rezende enumeramos algumas delas: Rezende — os cem anos da cidade 27.8.1948; Primeiros Povoadores de Rezende (Roque Bicudo Leme); Primeiros Povoadores de Rezende (Soares Louzada); Primeiros Povoadores de Rezende (Pinto de Abreu); Primeiros Casamentos na Matriz de Rezende — em 7 volumes analisou 701 casamentos — Correio de Pedro I; Rezende — Sub-

sídios família Gomes Jardim, e isso e mais aquilo. Sem podermos deixar de registrar o completo e minudente "Família Pereira Barreto", e o não menos meritório "Registro de Recordações da Família Bopp (1825-1980), e ainda "Padres, histórias e biografias" (de Rezende) editado por ocasião do Sesquicentenário da Independência. Vida dignificante, personalidade sempre a cativar o círculo dos amigos de eleição, é mister recordar epíteto expressivo de seu sentir e pensar: "O Selo é a descrição sintética da história de um país e de um povo. Registra, para a posteridade, os feitos de seus filhos ilustres revelando a predestinação na glória dos ancestrais. O Selo postal é vida, inspiração, amizade, é a imagem da esperança. Rotariano ilustríssimo, servia fiel aos desígnios de sua entidade de confraternização e benemerência. Ficamos a dever-lhe a atenção dos convites múltiplos para a realização de palestras em seu Rotari — Centro a que tanto se devotava, motivo de nossa ufania e gratidão. Irmão do grande Raul Bopp, de progênie ilustre que se assentou em nosso Brasil para nosso orgulho em São Leopoldo, na Estância Velha e em New-Weistenberg, na pessoa de seu bisavô Leonardo Bopp. Árvore frondosa em que para nós se destaca o confrade excelso, antigo diretor deste Instituto, renomado filatelista, erudito genealogista, heraldista, historiador insigne de Rezende, terra que tanto amava. Diremos que o Amor, a Dignidade, o Cumprimento do Dever, a Cultura, a Erudição, foram as expressões maiores da vida digna de ser vivida de Itamar Bopp, amado e respeitado confrade-irmão de sonhos e realizações. **José Pedro Galvão de Souza,** natural de São Paulo, capital (6.1.1912 — 31.5.1992), sócio honorário. Bacharel em Ciências Jurídicas, mestre renomado em direito, cultura geral humanística de grandes dimensões, erudito no que concerne a assuntos ibéricos, amigo da Espanha, ligado ao pensar filosófico e religioso de corrente grandiloqüente estruturada na Península, atualmente em difusão mundial. Operoso, professor da Universidade Católica, aqui proferiu palestras de profundidade a expressar as dimensões de seu pensamento, versado num universo cristão ocidental. Mereceis em vida aplausos e louvações por obra destacada, e, difusão pelos amplos quadrantes da sociedade. Reconhecido o seu valor inconteste nas doutas congregações da latinidade. Expressão de alto momento de probidade intelectual e de dilatado parâmetro de conhecimento. **Theodoro de Souza Campos Júnior,** sócio correspondente nacional desde 1959, campineiro, viveu de 25.02.1903 a 1992. Figura afável, aristocrática, cultor dos fastos do passado e em especial de seu amado torrão natal, Campinas, sempre louvado e enaltecido por longa vida de realizações profícuas. Colecionador de cimélios de nosso antanho, tinha o discernimento pleno da imaginária, ourivessaria, medalhística, da louça brazonada, senhor da genealogia e heráldica, principalmente da nobiliarquia cafeeira, barões do Império, que de forma pertinente ilustrava com sua palavra distinta, fala de outros dias. Conhecêmo-lo há anos, na distante mocidade, em visitações à antiga cidade das andorinhas (que ainda estavam no velho Mercado) também à procura de antigüidades, peças relatadoras do nosso passado, memória de nossos atavismos ancestrais. Na casa de dona Leontina Siqueira, das senhoras Betini e Martins ao lado de peças de valia podíamos ouvi-lo, sempre presente, em evocações cheias de encanto de um passado grandioso da antiga

Província de São Paulo. Teodorinho, nome carinhoso e apelativo, dominava o círculo dos ouvintes com a elegância dos tropos e a linguagem escorreita num adonis, então a reviver Petrônio, verdadeiro Joaquim Nabuco de Campinas como o chamávamos, pelo porte e elegância. Quarenta anos depois nos abraçamos nesse sodalício e a ambos as neves haviam abatido as copas e as frondes, mas não a sua elegância de maneiras e saber dizer. Na hoje clássica e rara "Monografia Histórica do Município de Campinas", Theodoro de Souza Campos Júnior inicia o invulgar volume com a "História da Fundação de Campinas" (Subsídios), a nos dar as origens, o Picadão dos "guaiases", outros caminhos, as primeiras Sesmarias, os Pousos, os Bandeirantes; capítulo verdadeiro ensaio de 182 páginas, esboço valioso em que se incluem os Fundadores de Campinas, a descendência de Barreto Leme, os Sousa Campos, Sousa Ferraz, Sousa Aranha, os Sales, estes e mais aqueles caios e gracos da Província Paulista e ancestrais de meus mestres Ernesto de Sousa Campos (da Casa de Arnaldo) e presidente de nosso colendo Instituto Histórico, e Armando de Sousa Dinis, médico e advogado (meu mestre de Química no Ginásio do Estado da Capital). Neste mesmo tomo vamos encontrar outros ensaios de sua lavra "A Cultura do Café", "Titulares do Império", (32 páginas) amostras da sua invulgar capacidade de trabalho e grande messe de conhecimentos históricos hauridos em fontes cristalinas e ainda não desbravadas. Por tudo isso e muito mais Theodoro de Sousa Campos Júnior há de ficar como o cronista positivo, historiador e genealogista da gente campineira, fidalgo de idéias, gestos e atitudes, colecionador emérito, cultor de nosso passado e de nossa Memória Histórica. Vergôntea de uma grande grei ainda mais a enaltecer. As melhores lembranças e um preito de respeito e admiração. **José Leandro de Barros Pimentel,** sócio emérito, (9.2.1906 a 13.3.1992). Natural de São Paulo, capital, ingressou no Instituto Histórico em 1963. Criou-se em Santos, de família tradicional, remotamente vinda de Sergipe, como aquelas de Martins Fontes pelo egrégio médico, abolicionista, libertário, Silvério Fontes, e os Oliveira Ribeiro. Vinha de Sancho Barros Pimentel, grande companheiro e colega de Rui Barbosa e de Anselmo de Barros Pimentel, tão ligado a este orador que vos fala e a seus ancestrais, e progenitor de Tércio de Barros Pimentel, bandeira de civismo, fidalguia, direito, desde os dias estudantis nas Arcadas de São Francisco, sucessor de Gontijo de Carvalho, arautos de um sonho liberal. Ligado à Bolsa de Café na cidade de Brás Cubas, corretor de negócios desde cedo ligou-se à filatelia e às cousas de um colecionismo intimamente atado às nossas tradições histórico-culturais. Propugnador da difusão da cultura nas entidades filatélicas, delas foi diretor, preconizador também da Feira da Praça da República, evento dominical incorporado às práticas da terra paulista; e possuidor da mais completa coleção de Selos, Envelopes, carimbos postais ligados à Guerra Cívica de 1932 de que fora partícipe, na frente de luta. Jornalista, de vigorosa cepa, criador do Boletim Filatélico Fontoura sempre enviado a todos os esculápios filatelistas, nestes últimos 40 anos! Pertinácia, neste país de nenhuma persistência! Cultuava os valores de Portugal, França, mas São Paulo era seu mote e dístico. Centenas e centenas de suas crônicas, esparsas nas páginas da imprensa nos darão com certeza a evolução da filatelia em dias

de máximo fastígio em que foi ápice ao lado dos Sanches, Humberto Cerruti, Ayres, Thut, Dolz, Mário de Sanctis, Itamar Bopp, valores altos, já perdidos na abulia de nossa memória cívica. As lembranças desse "querido primo" hão de permanecer enquanto durar a consciência dos valores altos de florão dificilmente repetido e jamais ultrapassado. Responsável pelas coleções filatélicas de nosso sodalício, doações tradicionais realizadas ano a ano. Permanente lembrança, a última oferenda, a nós enviada foi um bloco filatélico da Alemanha Ocidental, homenageando a bandeira nacional preta, vermelha e ouro, símbolo colorido original da "Burschenschaft" dos estudantes, confraria de Jena e inicialmente cores dos Corpos Voluntários de Lutzow. Fundada a Confraria em 12 de junho de 1815 tornou-se modelo a todas as outras da Germania e seus ideais "carbonários" que aqui chegaram com Líbero Badaró e Júlio Frank, na célula inicial da Escola de Direito de São Paulo. Recebemos e temos em nosso arquivo, enviado pelo caro e eminente Barros Pimentel, o edital do Correio Alemão que nos relata a história da mocidade alemã, acordes iniciais da sinfonia da liberdade da mocidade de Piratininga! A ela ligaram-se Rui, Sancho, Tércio, e o nosso inesquecível José Leandro de Barros Pimentel! Gravatinha borboleta, recordando sempre a epopéia de 1932, os antigos santistas, os velhos varões de Piratininga, símiles a ele mesmo, figura inapagável da ternura de nossa memória! José Leandro de Barros Pimental. **Waldemar do Amaral Gurgel Vianna**, sócio honorário, aprovado em 1961. Filho de Piracicaba, nascido em 12.11.1927, falecido em 29.11.1991. Há 20 anos freqüentador assíduo, maximé quando as reuniões eram realizadas aos sábados após o almoço. Tinha muita ação como consultor Jurídico de nosso sodalício. Participava dos debates toda vez que entrava em pauta assunto, efeméride ou figura ligada à magistratura ou à área jurídica. Nós o conhecemos estudante nas Arcadas, colega de nosso irmão, turma de 1951. Aluno distinto, bom orador, liberal, membro com destaque no Partido Libertador. Procurador do Estado, tornara-se juiz. Há dois anos nos reencontramos em evento social, acompanhado da esposa e filho, quando demonstrou grande alegria e boas lembranças pelos dias aqui passados. Inquirimos por que das ausências e ele disse-nos que agora era tempo de viver, pois sentia passar rápida, célere a existência. Previu o que aconteceu... Deixou-nos o grande intelectual, a grande figura da magistratura, o ilustre confrade, Waldemar do Amaral Gurgel Vianna. Saudades antecipadas, reverência. **Nelson Marcondes do Amaral**, sócio benfeitor, ingressou em 16-2-1952. Bacharel em Direito, jornalista, auxiliar diferenciado de várias Secretarias do Governo de São Paulo, membro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Austero, pleno de equilíbrio emocional, nós o conhecemos na vida acadêmica nas Arcadas de São Francisco, considerado nos meios políticos conservadores. Seus trabalhos de jornalista probo e capaz ficaram nos periódicos da imprensa nos dias de sua militância. Senhor do vernáculo, homem sereno, pleno de equilíbrio, homem de bem. **José Tavares de Miranda**, sócio titular (19.11.1919 a 20.8.1992). Natural de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, paulista por adoção, solo que viu o evolver de seu espírito sempre em ascensão rumo ao Deus dos cristãos. Na mocidade, imbuído de fervor libertário e espírito de justiça social, terçou armas sem medo, sofreu, foi perse-

guido e aqui chegou nesta Paulicéia onde foi agasalhado pela resistência à noite negra da ditadura que assomava e destruía o senso moral e espiritual de nossa terra. Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, jornalista tornou-se o "repórter José", cronista social de largo período da vida da sociedade paulistana, ao lado de Marcelino de Carvalho, sucessores daquele que foi o grande Guilherme de Almeida. A análise, estudo das reportagens e crônicas da alta burguesia, o então "Society" ou "café-society" nos vão dar o exato retrato de homens e mulheres, verdadeira corte de quase meio centênio de agitada vida mundana da Paulicéia já desvairada. Novo João do Rio, com tintas de Lima Barreto e até de Humberto de Campos, a alma de Tavares de Miranda reflete a caminhada de Saulo na estrada de Damasco até a redenção definitiva, trabalho de conversão dos gentios. Colaborou eficazmente, mola essencial e propulsora na ereção da Igreja Nossa Senhora do Brasil, desde os dias do padre Carvalho e de seu sucessor padre Greco. Poeta de méritos deixou obra expressiva que lhe valeu o ingresso na Academia Paulista de Letras. Títulos sugestivos: Alambôa, Voz em Ergástulo, Passo da Memória, Galba dos Infernos, Tampa de Canastra. Na verdade passos de uma vida, itinerário de seus sentimentos íntimos, do poeta que vai lutar pela hora da libertação da Pátria, mas não esquece que: maior do que a lua, do que o sol e as outras estrelas é o lampião que alumia a esquina da rua onde nasci. Telúrico, fiel às nossas raízes, mais do homem de sociedade, jornalista, acadêmico, analista social, vate, foi Tavares de Miranda filho desses brasis à maneira de um Casimiro, dos eternos Castro Alves, Gonçalves Dias, Martins Fontes, celebrando as manhãs fagueiras e ditosas da infância, os vôos da passarada e as cambiantes da mata opulenta, os odores da flora. Brasileiro, antes de mais nada, com orgulho, como todos o afirmaram. Estilo diverso, mas com a mesm'alma nativa esplendente de atavios de banguês e usinas; os fantasmas dos avôs faziam a ronda em seus passos. José Tavares de Miranda, velho companheiro e confrade de tertúlias, em remembranças de dias de antanho, retrata um cronista que também fixou as facetas do Brasil de nossos dias. Saudades, e comovida lembrança! Chegávamos cedo à Academia do Largo do Arouche e nos entretíamos a desfilar reminiscências de dias idos e vividos, sempre presentes em que sobressaíam as infâncias radiosas. Pensávamos também, como Manoel Bandeira, que a casa dos nossos avôs fosse durar eternamente... **Antonio Ferreira Cesarino Júnior**, sócio emérito, natural de Campinas (1906-1992), aprovado em 1934. Bacharel e mestre por concurso de Direito trabalhista (Legislação Social) da Faculdade de Direito da USP. Professor de História da Civilização dos Ginásios do Estado de Campinas e da Capital de São Paulo. O orador foi seu aluno no período 1935-1939 (Ginásio do Estado, Capital). Diligente, operoso, metódico, ensinava dentro das novas metodologias. Médico e professor de Medicina do Trabalho (foi aluno do orador destas notas de respeito e rememoração, fiel aos plantões na maternidade, desejando tomar parte nos partos e cirurgias). Bibliografia jurídica imensa, inaugurou sua especialidade em nosso meio, orador desembaraçado, fluente, personalidade inquieta, realizada, de origem simples a ascender às honras do reconhecimento internacional em Genebra e cenáculos do Direito e da Legislação trabalhista, obreiro

incansável, mourejador a merecer o respeito perene entre os que tiveram o privilégio de ser seus discípulos com a semente fértil do conhecimento histórico e jurídico. Página eterna, permamente da ascensão social, da democracia em terras paulistas. **João Gabriel Sant'Anna**, sócio titular. Nasceu em São Sebastião em 18.3.1901, genealogista, paleólogo e historiador, co-fundador do Instituto Genealógico Brasileiro. José Pedro Leite Cordeiro, em algumas linhas, traçou as linhas mestras: "João Gabriel Sant'Anna pertence à classe dos homens raros, exemplificou isso com uma afanosa e bela existência de mais de 80 anos, prestando serviços à coletividade. Genealogista de escol, respeitável exemplo de operosidade intelectual, bela e dinamicamente expressada na culminância de seus 84 anos." Isso, quando da edição de um de seus últimos livros, pois desapareceu aos 91 anos de idade. Vida digna, lutador incançável, sem peias, sem medo e sem mácula. Bayard, momejada. Proletário intelectual. Antes de mais nada, profundo respeito a esse confrade, batalhador, respeitoso e humilde, mas grandioso nas suas virtudes franciscanas (pobreza), beneditinas (ora e labora) e carmelitas (sem a almoeda do poderoso e rico, mas com a fortuna e a dignidade da grandeza moral). O professor João Gabriel Sant'Anna pertenceu àquele grupo de lendários genealogistas-heraldistas Salvador de Moya, Antonio Augusto de Menezes Drummond, Theodorico de Camargo, Frederico de Barros Brotero, Frederico de Assis Pacheco Borba, Ricardo Daunt, Itamar Bopp, membros de um patriciado difícil de ser repetido. Imbuido de férrea decisão, utilizava os poucos momentos de repouso de vida tenaz pela sobrevivência e veio a publicar obras como Genealogia Sebastianense e Repertório Biográfico e Genealógico Paulista. Pretendia contribuir, para a continuidade de uma "Genealogia Paulistana" e em verdade fez surgir um elenco imenso de informes definitivos sobre homens e famílias de Piratininga. Metódico, programado, apoiado pela compreensão da esposa e familiares que o entendiam e o prestigiavam, durante anos meteu-se em empreitadas ciclópicas com os frutos eternizados por méritos permanentes. João Gabriel Sant'Anna inscreveu seu nome entre os máximos artífices da genealogia em Piratininga. Freqüentador assíduo do nosso sodalício, em outros dias, assentava-se na primeira fileira ao lado de Agostinho Ramos, Arrison Ferraz, Benito Serpa, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Adauto Fernandes de Andrade, Armandino Seabra, Raul de Andrada e Silva, Álvaro da Veiga Coimbra, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, parte destacada da velha guarda, em dias de máximo fastígio. Era um bom, um simples, uma alma guerreira e pura; dele só pode ser o reino dos céus. A ele alçamos nossos pensamentos reverentes e respeitosos. Foi um grande paulista, insigne genealogista, homem de labor, dignidade, incomensurável valor. **Wilson Dias Castejón**, natural de Monte Santo, nas Minas Gerais, nascido aos 23.5.1920 e falecido em 1.4.1992. Aprovado em 1964. Sócio honorário. Bacharel em Direito, membro distinto da magistratura, foi também Promotor Público, respeitado e admirado. Homem de sociedade, de grande cultura jurídica, mereceu o respeito de seus pares, senhor do vernáculo, em prosa fluente e castiça. Honrou as tradições do "Fórum" em São Paulo. Teve como patrono o republicano histórico Américo Brasiliense de Almeida Mello. Inspetor honorário da Guarda Civil de São Paulo. Foi professor de Direito

judiciário da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba (São José dos Campos). Conferencista, desde os tempos de estudante em São Francisco, Academia de Direito. Tornou-se Desembargador pouco antes de desaparecer. **Antonio dos Santos Oliveira Júnior**, natural de São Paulo, aprovado em 26.11.1960, sócio honorário. Radicado no Rio de Janeiro, jornalista, funcionário dos quadros do Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, secretário particular do General Rondon. Trabalho sobre "A moeda através dos tempos" e outros numerosos na imprensa de São Paulo e Guanabara. Tomou parte na conclusão da Carta do Estado de Mato Grosso, realizada pelo Estado Maior do Exército, nos idos de 1941. **Oudemar Adriano do Couto**, natural do Rio de Janeiro, nascido em 1.4.1917, aprovado em 1962, sócio honorário. Bacharel em economia pela Universidade do Brasil, possuidor de numerosos títulos honoríficos de entidades culturais, jornalísticas e economistas. Ocupou elevados cargos na Contadoria do Ministério da Aeronáutica, no Quartel General da IV Zona Aérea e no Instituto de Polícia Técnica de São Paulo. Publicou desde poesias líricas (Elegias a Edvar), livros de "Economia e História", "Breve perfil do Marechal Rondon" (1960), "Os caminhos de nossa época colonial e as entradas modernas" (1960), "A automação através da História", "O pensamento econômico e a filosofia social de Lord Keynes" (1960), e outros mais. Colaborou na imprensa diária de São Paulo, Rio, Madrid e Lisboa. **Benjamin Salles Arcuri**, nascido em São Paulo aos 12.8.1913, sócio honorário. Aprovado em 1972. Estudou no Ginásio do Estado da Capital e no Colégio Paulistano, passou pelo Exército e com Léo Bomfim e Eduardo Selestino Rodrigues vai estruturar o Ginásio Anglo-Latino, na São Joaquim, complementando-o com outros Institutos tais como Escola Técnica de Comércio e Técnico-Profissionais. Em terrenos com fundos para o Jardim da Aclimação aí instalou o novo "Anglo-Latino", "que em fins de 1979 tinha nada menos de 2.500 alunos sendo considerado um dos grandes estabelecimentos da cidade de São Paulo (apud João Gabriel Sant'Anna). Grande educador com as decorrências culturais de uma criteriosa direção de estabelecimento de ensino, tido como modelar para o seu tempo. Homem de ação, sensível às iniciativas ligadas ao espírito e à inteligência. Operosidade, sempre a empunhar a clava de bom lidador. **Moisés Gicovate**, em sessão solene de rememoração a esse augusto confrade e eminente vice-presidente, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e numerosas entidades culturais, tivemos o privilégio de reviver o homem e a obra de figura exponencial do ensino e da cultura em seu tempo. As palavras de agora são síntese emocional do filho da velha Província Fluminense, nascido em Niterói, antiga Vila Real da Praia Grande, opulenta em fasto de magnitude no 1º Império. Bacharel pelo Colégio Pedro II, Ciências e Letras; e também Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro e Direito Agrário, na USP, nas Arcadas Franciscanas. Desenvolveu estudos em companheirismos com Jônatas Serrano e Roquette Pinto, incrementos para cargos de destaque como docente de História e Geografia no Colégio Pedro II e praticante de Antropologia no Museu Nacional com o ínclito Gustavo Barroso. Conservador da cadeira de Psicologia na Escola de Professores do Ins-

tituto de Educação da Guanabara, colaborou com Lourenço Filho, expressão de um alto momento do Ensino de nossa terra. Hauriu do convívio intelectual, como assistente, de mentalidades do porte de Clovis Monteiro, Nereu de Sampaio e do imenso Basílio de Magalhães. Em São Paulo, desde 1941, jornadeou por Colégios múltiplos: Rio Branco, Paulistano, Panamericano, e outros, muitos outros. Modelou a mente de milhares de alunos que o cultuam de forma respeitosa com foros de gratidão. Advogado militante, teve ações positivas nos setores do Direito Agrário e no Estudo do Imóvel Rural, célula do desenvolvimento da sociedade, e da Reforma Agrária. Suas atividades abarcaram a Educação, a Psicologia, a Antropologia, a Cosmografia, a Geologia, mas seu entusiasmo maior concentrou-se na História e na Geografia, sem deixarmos de assinalar as incursões como vate, poetas dos "Poemas Diferentes", editados em 1963, expressões de sensibilidade e plenitude na arte de versejar. Kafka, Cairú, Lima Barreto, o atormentado Euclides da Cunha; o glorioso Joaquim Nabuco e Sua Época, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre mereceram seu interesse em livros e trabalhos numerosos aos quais se unem tomos de Geografia Humana ou Antropogeografia, Geopolítica, Geologia e até mesmo de Química. Suas vinculações com Venâncio Filho e Roquette Pinto vão torná-lo destacado cultor de Euclides da Cunha, repetido por Honório de Sylos, Oswaldo Galotti e outros mais. Seu modelar estudo "A vida numa curva de linhas retas" é paradigma de interpretação de um vulto e sua vida, em pinceladas exatas que hão de perpetuar mais um nítido retrato de Euclides. Ao recebê-lo na Academia Cristã de Letras, em 25 de maio de 1983, proclamamos: "amais as liberdades das gentes e exaltais as peregrinas figuras que semeiam, erigem e constroem para a posteridade, na afirmação inconteste do primado das forças do espírito e do coração". Moisés Gicovate, sem dúvida alguma foi também um lidador pelas causas do espírito e do sentimento. **Ulisses da Silveira Guimarães**, sócio emérito. Paulista de Rio Claro. Expressão vitoriosa de parlamentar. Em 45 anos de vida pública, fiel às normas do Direito Constitucional e do Direito das gentes, foi deputado, ministro, Presidente da República interino, presidente de partido político e da Assembléia Nacional Constituinte. Moldado espiritualmente nas águas lustrais da Faculdade de Direito de São Paulo, líder desde os dias acadêmicos nas lutas democráticas e participante ativo de caravanas estudantis pelo interior do Estado. Dias de sonho e antevisão do que viria. Nas Arcadas, também é um dos estruturadores da Academia de Letras da Faculdade de Direito que vai acolher Péricles Eugênio, Ligia Fagundes Teles, Francisco Marins, Geraldo Vidigal, Genésio Pereira, entre tantos. Faz publicar a hoje rara "Antologia dos Poetas e Escritores das Arcadas Franciscanas". Tranqüilo nas exteriorizações, trepidante no interior; equilíbrio emocional, mas atividade ininterrupta, emulações continuadas dentro de um programa metodizado: "o que importa é saber o que queremos, e porfiar sua obtenção". Defensor do parlamentarismo, senhor dos clássicos latinos e franceses, amava Camões e Pessoa, sabia degustar as próprias frases: "baioneta não é voto, cachorro não é urna", quando acoimado pelas policiais, forças de beleguins políticos municipais. "Fiel à tradição de seu partido não tinha solidariedade pessoal com ninguém, mas era inabalável na solidariedade política" (Márcio

Moreira Alves). A política foi seu mote, seu objetivo, seu único interesse, o único assunto, a sua onipresente obsessão. Sim, mas a política, na célebre peroração de Rui em Haia, a política como liame de respeito entre os homens na sociedade em que vivem, ligação alta de relacionamento respeitador de raízes, costumes, consciências e personalidades, acreditava nos postulados da Democracia. Seu sentir e pensar vinham de vínculos legendários evolados da Magna Carta de João sem Terra, das afirmações da Revolução de França de 89 e da História da Pátria e de São Paulo estruturada no liberalismo da Escola de Direito de Piratininga. Orador de largos recursos, enfático, pleno de caráter e personalidade autêntica, paulista insigne, sinônimo de Parlamentar Modelo ficará a dizer de um tempo, lutando por um labor e uma ação inexcedíveis, exomado por um sonho sem limites. Ardoroso sonhador impenitente, corria-lhe nas veias a linfa de político, de parlamentar, emulações símiles àquelas de Silveira Martins, Lafaiete Pereira, Evaristo da Veiga, Antonio Carlos, o primeiro do nome. Honrou os fastos políticos de seus dias. Engalanou o Parlamento da Pátria Brasileira. Enalteceu São Paulo. Mereceu o título de sócio emérito de nosso sodalício. Com profundo pesar quiseram os fados que prontas estas saudades-louvações tivessemos de nelas incluir um dos grandes filhos de Piratininga, em nossa época. Saudades antecipadas. Eterna presença! Ulisses Guimarães, já ingresso no Panteão de nossas lídimas figuras parlamentares. Cavalcade. Passar dos séculos e das personalidades. Neste caso seres para nós caros e augustos. Aqueles que crêem na Eternidade hão de ouvir estas palavras como oração-homenagens e não simples evocações de lembrança e respeito. Certos do reencontro antecipamo-nos em demonstrar afeto e reverência aos que partiram no decorrer de 1992, lançando também um olhar saudoso retrospectivo a todos os confrades que durante decênios foram romeiros do mesmo peregrinar, cultores da memória da Pátria, uma menção especial aos presidentes Taunay, Afonso de Freitas, Ernesto de Souza Campos, Aureliano Leite, Ernesto Leme, Leite Cordeiro e aos sábios oradores Miranda de Azevedo, Cunha Bueno, Vinicio Stein de Campos, Mario Savelli que encheram de maviosidade cultural e cívica as solenidades da casa de Cesário Motta Júnior. Sursum corda. Elevemos a eles os nossos corações e os melhores pensamentos! Senhor Presidente, **Severo Fagundes Gomes**, filho das Arcadas, contemporâneo da Universidade de São Paulo, lutador pertinaz, fiel aos seus propósitos, e que representou nosso Estado na Câmara Alta, deve merecer também nesta sessão um voto de pesar e saudades, por seu triste desaparecimento. Filho das Arcadas e de São Paulo tem nosso respeitoso pensar e desejo de paz na Eternidade.

Atas das Sessões — janeiro a junho de 1992

Ata da sessão do dia 15 de janeiro de 1992

Às dezessete horas do dia quinze de janeiro de mil novecentos e noventa e dois, na Rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizou-se uma sessão administrativa do sodalício, com a presença dos seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Délio Freire dos Santos, Ruy Rebello Pinho, Odilon Nogueira de Matos, Renato Báez, Sílvio Marone, José Gonçalves Salvador, Henrique L. Alves, Moisés Gicovate, José da Veiga Oliveira, Reginaldo Moreira de Miranda e Célio Debes. Pelo segundo Secretário foram lidas, e devidamente aprovadas, as atas de sessões anteriores. O sr. presidente comunicou à Casa que a presente sessão destinava-se à leitura, discussão e aprovação do relatório da Diretoria, concernente ao transacto ano de mil novecentos e noventa e um. Assumiu a palavra o primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, que procedeu à leitura do relatório, discriminativo, metódico, abrangente. Principiou apontando as dificuldades da vida econômica, em crise franca, do Brasil. Teceu amplas considerações sobre as providências assumidas pela Diretoria, em especial os ajustes de alugueres do Banco Itamarati, as reformas das instalações internas do edifício. Declarou que o saldo de caixa resultou excelente, devido ao meticuloso nível de gastos. Inventariou as atividades culturais, as conferências de alto nível, realizadas no salão nobre, a celebração do centenário de abertura da Avenida Paulista. Foram publicados números especiais da Revista. Tanto as sessões culturais quanto administrativas mereceram especial referência, como, outrossim, a menção dos sócios falecidos, e

todos os agraciados com o Colar D. Pedro I. De especial relevância foram as reuniões dos CEHIS — Centro de Estudos Históricos —, em quartas-feiras alternadas, no sétimo andar. Foram discriminadas, com base nas atas do Instituto e do CEHIS. Não ficaram esquecidos os trabalhos e atividades da tesouraria, a apresentação periódica dos balancetes e movimentos de caixa, bem como as providências gerais assumidas pela primeira e segunda secretarias. Foi apontado o movimento de consulta a livros, documentos, pesquisa, hemeroteca. Verificou-se particular atenção da Diretoria aos dedicados funcionários e servidores do sodalício, em termos de retribuição salarial, reajustada dentro dos recursos próprios. O primeiro secretário analisou as doações de livros, panfletos, a estatística de consultas à Biblioteca — 169 consulentes; a Hemeroteca, a classificação de publicações, a restauração do Arquivo e do Museu. O sr. presidente lembrou a eleição no porvindouro mês de outubro, da nova Diretoria, que regerá os destinos do sodalício. Posto em discussão, foi o relatório unanimemente aprovado. A consócia Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci leu o balancete da tesouraria. O sr. presidente convocou os sócios para assistirem à sessão solene do dia 25 de janeiro, em comemoração à data da fundação da Cidade de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, deu o sr. presidente por findos os trabalhos administrativos da sessão. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 25 de janeiro de 1992

Às quinze horas do dia vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e noventa e dois, em sua sede na Rua Benjamin Constant, 158, no salão nobre do 1º andar, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente do sodalício, realizou-se uma sessão solene, comemorativa da data de fundação da Cidade de São Paulo. Verificou-se o comparecimento dos seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Délio Freire dos Santos, J. Pereira, Paul Donovan Kigar, Reginaldo Moreira de Miranda, Antonio de Arruda Camargo, Ruy Rebello Pinho, Roberto Machado Carvalho, Duilio Crispim Farina, José da Veiga Oliveira, Myriam Ellis, José Leandro de Barros Pimentel, Pe. Hélio Abranches Viotti, José Gonçalves Salvador, Henrique L. Alves e Walter Pinheiro Guerra. Foi dada a palavra ao primeiro orador, Acadêmico Duilio Crispim Farina, para a oração congratulatória. De início, referiu-se aos humildes primórdios da futura grande cidade, ao papel desempenhado pelos sacerdotes e irmãos leigos da Companhia de Jesus, especialmente Manuel da Nóbrega, Manuel de Paiva e o então escolástico José de Anchieta, fundadores do primeiro Colégio de jesuítas no Novo Mundo. Em seguida, reverenciou a memória de proeminentes personalidades do Instituto, do nível de Estevão Leão Bourroul, Antônio de Toledo Piza, Domingos José Nogueira Jaguaribe, Cesário Motta Junior, Ernesto de Souza Campos, Antonio Sylvio da Cunha Bueno, sem esquecer o perfil do Imperador D. Pedro II, seu profun-

do interesse pelas ciências e artes, infatigável estudioso. O orador deteve-se em comentar outra efeméride: a do centenário da Avenida Paulista e sua tremenda importância no processo de agigantamento da Capital paulista. Referiu-se, outrossim, à Faculdade de Medicina de São Paulo, ao impulso enérgico e construtivo que recebeu dos homens públicos e seus fundadores. Concluiu eloqüentemente com as palavras "Pro Brasilia fiant eximia! Sursum corda!". A oração de Crispim Farina foi aplaudida com entusiasmo, e o sr. presidente, em rápidas palavras conclusivas, disse do proveito e agrado da seleta assistência. Pedindo a palavra o consócio Coronel Reginaldo Moreira de Miranda recordou que, a 22 do mês de janeiro, comemora-se oficialmente em São Vicente a data da fundação da cidade litorânea. Sob uma salva de palmas encerrou-se a sessão solene especial. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata, a qual, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 5 de fevereiro de 1992

Às dezessete horas do dia cinco de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158,1º andar, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente do sodalício, conjuntamente com a Sociedade Veteranos de 32 — MMDC — representada pelo presidente de sua Diretoria Executiva, sr. Geraldo Faria Marcondes, foi realizada uma sessão solene, comemorativa do centenário de nascimento do jornalista Júlio de Mesquita Filho. Verificou-se a presença dos seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, José da Veiga Oliveira, Roberto Machado Carvalho, Douglas Michalany, José Leandro de Barros Pimentel, Celso Maria de Mello Pupo, José Benedicto Silveira Peixoto, Sílvio Marone, Moisés Gicovate, J. Pereira, Duilio Crispim Farina, Isaac Grinberg, Israel Dias Novaes, Tsunezo Sato, Pe. Hélio Abranches Viotti, Adérito Augusto de Moraes Calado, Henrique L. Alves, João Rabello de Aguiar Vallim, e os convidados Afrânio Gomes, Severino dos Santos, Olívia Imbassahy, César Ferrari, Marly Therezinha Germano Perecin, Maria Alice Campos Penteado, Geraldo Magella de Freitas, Maria José de Arruda Mello Perugini, Geraldo Pires de Oliveira, Geraldo Faria Marcondes e Loretana P. Pancera, representando o prof. Solon Borges dos Reis. O consócio Celso Maria de Mello Pupo, no uso da palavra, deplorou o recente passamento, em Campinas, do sr. Theodoro de Souza Campos Júnior, que, em vida, se distinguiu sobremodo por variegados trabalhos de interesse cultural. Foi observado um minuto de silêncio por parte de todos os presentes. O consócio José Leandro de Barros Pimentel, com a palavra, ofereceu ao Instituto um precioso exemplar do selo comemorativo do centenário do jornal "O Estado de São Paulo", efeméride que se completou a quatro de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco. O consócio Isaac Grinberg ofertou, à hemeroteca do Instituto, três exemplares do jornal norte-americano, no qual se comen-

ta o assassinato do presidente Abraham Lincoln, logo após a Guerra da Secessão, meados do século XIX. O prof. Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário do Instituto, deu ciência à Casa do texto de um telegrama, despachado da cidade de Itu, e vazado nos seguintes termos: "Minhas congratulações a V. Sas., pela realização da solenidade comemorativa do centenário de nascimento do saudoso jornalista Júlio de Mesquita Filho. Agradeço o convite e desejo pleno sucesso à cerimônia. Atenciosamente, Sérgio Prévide, Prefeito da Estância Turística de Itu". A seguir o sr. presidente, outorgou a palavra ao jornalista e professor Silveira Peixoto, que discorreu sobre o tema "Júlio de Mesquita Filho — o Revolucionário", testemunho de uma vida de lutas heróicas contra as truculências ditatoriais do Governo Federal, a Revolução de 1932, e a propósito do abortado golpe integralista de 1938; os exílios, a ocupação militar do jornal "O Estado de São Paulo". O segundo orador foi Roberto Machado Carvalho: "Júlio Mesquita Filho, o democrata". Atendo-se à história, traçou o perfil de sua formação jornalística, bem como sua nobilitante conduta ética, o culto da liberdade, a prática da democracia. Seguiu-se-lhe o terceiro orador: J. Pereira, discorrendo sobre o tema "Júlio de Mesquita Filho, o homem". Jornalista, trabalhando longamente no próprio "O Estado de São Paulo", o consócio encontrava-se, como evidente, em condições de versar as virtudes de lhaneza no trato diuturno com seus comandados, a elegância impecável no trajar, a simplicidade de maneiras, a faceta de sua bondade e generosidade pessoal. Por fim, o quarto orador foi o deputado Israel Dias Novaes: "Júlio de Mesquita Filho, o jornalista". Em seu discurso, inseriu o homenageado no contexto histórico da República Velha, do Partido Republicano Paulista, o movimento da Aliança Liberal, a queda do presidente da República, Washington Luiz Pereira de Souza, a Revolução de 1930, colocando Getúlio Vargas no poder supremo do Governo Federal, as acintosas traições do caudilho gaúcho, os tumultuados acontecimentos que compeliram o Estado de São Paulo a levantar-se em armas, a Revolução Constitucionalista de 1932, o golpe de Estado nazi-fascista de 1937, o surgimento do chamado "Estado Novo", o regime discricionário, as perseguições políticas, o drama do exílio, que envolveu Júlio de Mesquita Filho e vários de seus companheiros; e os sucessos políticos posteriores, de vária índole, favoráveis ou francamente hostis à prática da democracia no Brasil. Demonstrou, de forma clara e brilhante, dada sua óbvia fluência em discorrer de improviso, a suma importância do papel político desenvolvido pelo denominado "Dr. Julinho" na história de São Paulo e, "latu sensu" do Brasil. Concluso o discurso, o sr. Presidente, após se referir elogiosamente às apresentações dos quatro oradores, declarou que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo cumpriu o dever de celebrar o centenário de nascimento do ilustre jornalista, ao mesmo tempo que manifestou estranheza, franco desagrado e decepção, tanto por parte do jornal "O Estado de São Paulo", de sua diretoria, quanto da própria família de Júlio de Mesquita Filho, por não terem comparecido, nem credenciado representante "ad hoc", à sessão solene, não obstante os ofícios protocolares que o Instituto lhes endereçou; muito menos noticiando o evento em suas colunas. A seguir, o sr. presidente deu por encerrados os trabalhos culturais e de história. Deles,

José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presenta ata, a qual, após lida na íntegra, vai aprovada e assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 19 de fevereiro de 1992

Às dezessete horas do dia dezenove de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, em sua sede, à rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, realizou-se uma sessão administrativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, verificando-se a presença dos seguintes consócios: Moisés Gicovate, Duilio Crispim Farina, Roberto Machado Carvalho, Celso Maria de Mello Pupo, Reginaldo Moreira de Miranda, Délio Freire dos Santos, Isaac Grinberg, Luiz Wanderley Torres e José da Veiga Oliveira. Os trabalhos foram presididos pelo professor Moisés Gicovate, no impedimento, por motivos de saúde, do presidente efetivo dr. Lycurgo de Castro Santos Filho. Foi lida pelo segundo secretário, a ata de uma das sessões anteriores. Na Ordem do Dia, o primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, tomou a palavra para ler as Efemérides Brasileiras, no período compreendido entre dezenove de fevereiro e dez de março. Rememorou-se a ação da FEB — Força Expedicionária Brasileira na Itália, concernente ao vitorioso ataque à posição alemã de Monte Castello. Quanto às Efemérides Paulistas, foi mencionado o falecimento, a vinte e três de fevereiro de mil oitocentos e quarenta e quatro, em Santos, do Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, homem público de inconteste projeção política no primeiro e parte do segundo Reinado. Por fim, às Efemérides do Instituto Histórico: a dezessete de fevereiro de mil novecentos e oitenta e dois, o então presidente José Pedro Leite Cordeiro comunicou à Casa ter mantido entendimento para a instituição de uma venera denominada Dona Amélia, comemorativa da transladação dos despojos da Segunda Imperatriz do Brasil para a Cripta do Monumento do Ipiranga. Tais entendimentos realizaram-se com o Secretário de Estado da Cultura, Antonio Henrique da Cunha Bueno, e o assessor Emanuel Massarani. O dr. Duilio Crispim Farina fez uso da palavra, a fim de informar que serão trasladados igualmente os despojos da Princesa Maria Amélia, para o Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro. Em prosseguimento o sr. primeiro secretário informou à Casa da emergência de sério problema nas instalações internas do Instituto, porquanto verificou-se verdadeira invasão de cupins e insetos papirófagos, circunstância que exige providências saneadoras de suma urgência. Deu conhecimento da existência de três orçamentos, cujas propostas foram lidas, analisadas, debatidas. Em princípio, a escolha recaiu sobre a proposta apresentada pela "House Cleaning" ("Limpeza ou purificação da Casa"), cujos termos foram considerados abrangentes e positivos. Os serviços de desratização, descupinização foram orçados em trezentos e sessenta mil cruzeiros, sendo que a empresa anexou à proposta um histórico, referências, garantias. O assunto gerou a expressão de diversos pontos de vista entre os consócios. Houve, porém, unanimidade plena quanto à referida urgência. Assumiu a palavra o sr. Coronel Reginaldo

Moreira de Miranda, que rememorou os heróicos feitos dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial, na Itália, em Monte Castello, detendo-se a respeito dos soldados paulistas que integraram a FEB. Outrossim, aludiu à vitória das forças nordestinas, as quais, na histórica Batalha dos Guararapes, em Pernambuco, liquidaram o domínio holandês no nordeste, no século dezoito. Referiu-se também à Batalha do Passo do Rosário, a vinte de fevereiro de mil oitocentos e vinte e sete, entre as forças brasileiras e argentinas, evento que significou discutível derrota, por fatores supervenientes. Com a palavra, o orador oficial, Duilio Crispim Farina, declarou que participara dos eventos bélicos dos anos mil novecentos e quarenta, lembrando pessoas e colegas paulistas que se destacaram no front da guerra. O consócio Luiz Wanderley Torres, após celebrar as prévias intervenções dos oradores, requereu e obteve dos presentes um minuto de silêncio à memória do ex-presidente Jânio da Silva Quadros. O primeiro secretário Roberto Machado Carvalho rendeu carinhosa homenagem ao notável escritor e educador prof. Sud Menucci, cujo centenário de nascimento transcorreu em branco, na mais acintosa indiferença, por parte da imprensa, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, do Governo de São Paulo. Nem sequer uma palavra que recordasse uma existência dedicada à cultura, à pedagogia, ao incremento da educação pública, aos trabalhos literários, versando variegados temas. O segundo secretário José da Veiga Oliveira tomou a palavra para significar os quinze anos da eterna ausência do imenso escritor mineiro João Guimarães Rosa, autor de "Sagarana", "Grande Sertão: Veredas", "Tutaméa", "Primeiras Estórias", "Corpo de Baile". Na oportunidade, leu um recente texto de Sérgio Paulo Rouanet, Secretário Nacional da Cultura, que realizou feliz síntese da obra literária daquele que o orador considera a figura cimeira de nossas letras na literatura deste século; escritor que inovou a temática, o estilo, as perspectivas do nosso romance rural. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por conclusos os trabalhos, dos quais, José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata, a qual, após lida e discutida, vai aprovada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho. Roberto Machado Carvalho. José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 11 de março de 1992

Às dezessete horas do dia onze de março de mil novecentos e noventa e dois, em sua sede, à rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, realizou-se uma sessão cultural do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho. Compareceram os seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho José da Veiga Oliveira, Moacyr Lobo da Costa, Henrique L. Alves, Hernân Donato, Sílvio Marone, Adérito Augusto de Moraes Calado, Moisés Gicovate, J. Pereira e Antonio Roberto de Paula Leite. A sessão teve início com a leitura e aprovação de ata de sessão anterior, como sempre, a cargo do segundo secretário. Dando início aos trabalhos, o sr. presidente outorgou a palavra ao primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, que noticiou e agra

deceu a oferta dos seguintes livros à Biblioteca "Affonso de Escragnolle Taunay", do Instituto: "Nordeste histórico e monumental", editado pela Construtora Oderbrecht; "O negro brasileiro e o cinema", de autoria de João Carlos Rodrigues; "São Paulo litoral norte, caiçaras e franceses", de Lita Chastan, Editora Ateniense. Realizaram-se eloqüentes saudações do consócio prof. dr. Moisés Gicovate, pelo transcurso de seu octogésimo aniversário. O sr. primeiro secretário rememorou a carreira do homenageado, nascido em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a 6 de março de 1912. Por concurso de títulos e provas conquistou cátedra no afamado Colégio Pedro II. Seus vastos estudos e publicações bibliográficas estenderam-se pelo Direito Agrário, pela Sociologia, pelas existências de Euclides da Cunha, Lima Barreto, Franz Kafka. É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil. Tornou-se conhecido e acatado pelos livros didáticos, versando a Geografia, da qual é indiscutavelmente uma das maiores autoridades no Brasil. Ao final, uma salva de palmas coroou as palavras do primeiro secretário. A seguir, o sr. presidente deu a palavra ao consócio Moacyr Lobo da Costa, que, de início requereu a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento nesta Capital, aos 86 anos de idade, do prof. Antonio Ferreira Cesarino Junior, ex-titular da cadeira de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Traçou-lhe currículo, desde os seus estudos e lutas em Campinas, de onde se transferiu para a Capital. Mencionou o concurso a que se submeteu para o provimento da cátedra na Faculdade de Direito, os alongados anos de magistério, os posteriores estudos na Escola Paulista de Medicina, onde colou grau, sempre se preocupando com a miserável sorte do trabalhador brasileiro em face dos acidentes do trabalho, seu desamparo, a cínica indiferença das empresas, ao não cercar o trabalho das indispensáveis medidas de segurança. Foram palavras sobremodo calorosas, porquanto o falecido foi um batalhador das causas justas. O orador estendeu-se em referências pessoais. Foi dada a palavra, sobre o mesmo tema, ao segundo secretário, José da Veiga Oliveira, que recordou as aulas de Cesarino Júnior e seu estilo didático. Num tom frio, objetivo, longe de arroubos oratórios, disse que Cesarino partiu para a Eternidade frustrado, porquanto não logrou alcançar duas aspirações: 1º) tornar-se Ministro do Trabalho, na época do denominado Estado Novo, de Getúlio Vargas; 2º) não ver referendar, para a sua cadeira universitária a epígrafe "Direito Social", em vez do estatutário e controverso "Legislação Social" que, bem ou mal, lhe foi determinado. Argumentou-se, na época, que "Direito Social" era impreciso e ambíguo "a outrance", visto como todo o Direito é essencialmente social, porquanto regula as relações e o equilíbrio da sociedade humana. Recordou ainda que, em suas aulas, Cesarino era verboso, sem imprimir coerência metódica à dissertação, escudado na memória, que o fazia fugir à disciplina no trato da matéria. Não obstante, não lhe faltavam brilho e autoridade. O racismo de certos círculos talvez fizesse com que fosse encarado com irônico cepticismo. O sr. presidente outorgou a palavra ao consócio Henrique L. Alves, que discorreu sobre o escritor Menotti Del Picchia, especialmente em relação ao livro de poemas "Juca Mulato", que lhe firmou, por todo o sempre, sua vibrante dimensão na história da literatura brasileira, ten-

do sido, de fato, um dos valores-chave na discutida Semana de Arte Moderna em São Paulo, em fevereiro de 1922. Recordou-se a memorável frase de Alceu Amoroso Lima: "Só tem o direito de errar quem sabe o certo". Mencionou também Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida, Carlos Drummond de Andrade e outras importantes personalidades da literatura brasileira, em especial a fase crítica do modernismo pós-guerra. A substanciosa conferência mereceu do sr. presidente referências elogiosas. Pediu-se a inserção em ata da recente nota da independência da Lituânia, libertada afinal dos longos anos de truculência e despotismo político. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, anotou e lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho. Roberto Machado Carvalho. José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 25 de março de 1992

Às dezessete horas do dia vinte e cinco de março de mil novecentos e noventa e dois, em sua sede, à rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, realizou-se uma sessão administrativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente do sodalício. Verificou-se a presença dos seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Duilio Crispim Farina, Adérito Augusto de Moraes Calado, Antonio Roberto de Paula Leite, Hernâni Donato, J. Pereira, Luiz Wanderley Torres, Pe. Hélio Abranches Viotti, Moisés Gicovate, Délio Freire dos Santos e José da Veiga Oliveira. Após a leitura e aprovação de ata de sessão anterior, o sr. presidente, em comovidas palavras, homenageou o consócio José Leandro de Barros Pimentel, recentemente falecido, em cuja memória foi celebrado, de pé por todos os presentes, um minuto de silêncio. Aludiu às grandes paixões do saudoso extinto: a Guerra Cívica de 1932 e a filatelia, ciência cultural que estudou e cultivou profundamente, sendo, como realmente foi, um dos organizadores da Feira Filatélica da Praça da República, hoje conhecida internacionalmente e incorporada em definitivo ao calendário turístico da capital. Como se expressou o orador oficial Duilio Crispim Farina — Barros Pimentel "era um lord inglês transplantado a Piratininga". Releva ainda observar os grandes serviços que prestou ao Instituto Histórico. O orador teve a voz embargada. Outrossim, o orador oficial teceu panegírico do prof. dr. Antonio Ferreira Cesarino Junior, titular da Cadeira de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e médico, falecido em recente data. Fora mestre de História do Brasil no Ginásio do Estado, em Campinas. Foi, por igual celebrada a memória do escritor Ricardo Ramos, paraibano, membro do Instituto. O sr. presidente, no uso da palavra, convidou os consócios para assistirem à sessão solene em memória do dr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo, personalidade das mais conspícuas da vida política do Brasil, no século XX, sessão a realizar-se às dezessete horas do dia oito de abril no auditório do Instituto, quando fala-

rá o historiador Alves Motta Sobrinho. O consócio J. Pereira, ofereceu à Biblioteca "Affonso de Escragnolle Taunay" do Instituto a "História da Tipografia no Brasil", obra profusamente ilustrada, tendo o sr. presidente agradecido a doação. O primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho elogiou a dedicação, o trabalho qualificado da funcionária da Biblioteca, Srta. Sabia Hussein Mustafa, que em nome do sodalício, oficiou a 24 editoras, solicitando a remessa de seus livros à Biblioteca. Importa registrar que se verificou imediatamente um retorno intenso à solicitação em epígrafe. O sr. secretário elencou os livros ofertados ao Instituto, inclusivamente os Anais da Câmara dos Deputados. O sr. presidente informou à Casa sobre a concessão de reajustamento salarial a todos os servidores do Instituto, salientando, como de justiça, que os funcionários, cônscios de seus deveres, sempre se empenharam em imprimir a seu trabalho a correção, o atendimento a tudo quanto se faz mister. Por via de conseqüência, o aumento é justo e será aplicado rigorosamente, totalizando 200% (duzentos por cento) sobre os vencimentos de novembro de mil novecentos e noventa e um. No uso da palavra o consócio J. Pereira lembrou a importância de vinte e cinco de março, quando ocorreu a promulgação da Carta Constitucional do Império do Brasil. O consócio Antonio Roberto de Paula Leite requereu a inserção na ata dos trabalhos da prévia sessão, de um elogio ao segundo secretário José da Veiga Oliveira, quando discorreu, em breve relatório, sobre a experiência como terceiro-anista da Faculdade de Direito de São Paulo, aluno que foi da cadeira de Legislação Social, regida pelo finado prof. Antonio Ferreira Cesarino Júnior. Outrossim, celebrou a memória do prof. Sud Menucci, recentemente falecido, que foi indisputavelmente um dos mais completos educadores que o Brasil já teve. Foi também elogiado o nível cultural do jornal da Associação Paulista de Medicina. O consócio Walter Pinheiro Guerra abordou o que denomina "Quebra de disciplina na Guerra do Vietnã", assunto que mereceu percuciente dissertação do consócio J. Pereira, ao esposar opinião contrária à do consócio Coronel Reginaldo Moreira de Miranda, aquele qualificou o conflito de "Guerra Suja", com o inútil sacrifício de vidas humanas. O consócio Luiz Wanderley Torres discorreu poeticamente sobre o bicentenário do enforcamento de Tiradentes. Antes do encerramento, o sr. presidente convocou os sócios para a reunião do Centro de Estudos Históricos, a realizar-se no dia primeiro de abril do corrente ano. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata, a qual, após lida, discutida, vai aprovada na forma regimental. Lycurgo de Castro Santos Filho. Roberto Machado Carvalho. José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 08 de abril de 1992

Às dezessete horas do dia oito de abril de mil novecentos e noventa e dois, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede à Rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente da entidade, uma sessão solene, em comemoração do centenário do nascimento do Dr. Francisco de Paula Vicente de

Azevedo. Abertos os trabalhos, tomaram assento à mesa os senhores e senhoras João da Cruz Vicente de Azevedo, Maria Cecília Vicente de Azevedo, Rosa Vicente de Azevedo Junqueira, filhos do homenageado; Geraldo Vicente de Azevedo, Pedro de Alcântara Vicente de Azevedo, também nessa qualidade; o Embaixador José Luiz de Almeida Nogueira Porto. Estiveram presentes os seguintes consócios e convidados: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira, Maria Amália Corrêa Giffoni, Rosalvo Florentino de Sousa, Celso Maria de Mello Pupo, Hélio Damante, Sílvio Marone, Henrique L. Alves, Célio Debes, Hernâni Donato, Renato Báez, Odilon Nogueira de Matos, Isaac Grinberg, Duilio Crispim Farina, Adérito Augusto de Moraes Calado, Pe. Hélio Abranches Viotti, Antonio Joaquim Alves da Motta Sobrinho, Maria de Lourdes Vicente de Azevedo, Lucia de Figueiredo Ferraz Arruda Camargo, José Maria Whitaker Vicente Azevedo, Carlos Vicente Azevedo, João Baptista de Almeida, Maria Franceschini Vaz de Almeida, José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini, Cecília Vicente de Azevedo Alves Pinto, Antonieta Galvão de Azevedo, Mario Luiz Pereira da Silva, Denyse Paes de Almeida, Manoel Vicente de Azevedo Franceschini, Marly Therezinha Germano Perecin, Armando de Arruda Camargo, Geraldo Magella de Freitas, Geraldo Pinto Rodrigues, Olivia Imbassahy, Délio Freire dos Santos e Francisco de Paula Vicente de Azevedo Neto. Segundo as normas do regimento foi lida e aprovada uma ata de sessão anterior. O primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho leu as Efemérides Brasileiras concernentes ao período de oito a vinte e um de abril, enfocando o julgamento e execução pública do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, cognominado "O Tiradentes", no Campo da Lampadosa, no Rio de Janeiro a vinte e um de abril de mil setecentos e noventa e dois. Mencionou-lhe as coordenadas biográficas e as homenagens da nação à memória do protomártir da Inconfidência Mineira. Discorreu, outrossim, sobre as Efemérides do próprio Instituto em data de quartoze de abril de mil novecentos e oitenta e dois, quando o então presidente Leite Cordeiro se referiu à publicação do Almanaque Literário de José Maria Lisboa, fundador do "Diário Popular". A seguir o Sr. presidente convidou à assomar a tribuna o Dr. Alves Motta Sobrinho, a fim de discorrer sobre a vida e a obra de Francisco de Paula Vicente de Azevedo. Em quarenta e cinco minutos de dissertação, o orador deteve-se acerca da ascendência do homenageado, católico fervoroso, de espírito pragmático; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1912. Dividiu seu tempo entre o magistério e os mais importantes cargos públicos. Lecionou no Colégio São Bento, dirigiu a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, reestruturou o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), defendeu o Brasil nos problemas e dificuldades concernentes ao café. Aos trabalhadores soube infundir respeito e simpatia por suas qualidades de lhaneza de trato e bondade. Teve parte substancial na complementação das obras da Sé Catedral de São Paulo; enfim desdobrou-se em multiplicidade de trabalhos e fecundas realizações construtivas. Uma vibrante salva de palmas coroou o eloqüente panegírico do Dr. Antonio Alves da Motta Sobrinho. Foi outorga-

da a palavra ao Sr. João da Cruz Vicente de Azevedo, agradecendo a homenagem em nome da família do homenageado. O Sr. presidente, após referir-se elogiosamente à oração de Alves Motta Sobrinho, agradeceu o comparecimento de todos e declarou encerrada a sessão. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata, a qual, após lida e discutida, vai aprovada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 22 de abril de 1992

Às dezessete horas do dia vinte e dois de abril e mil novecentos e noventa e dois, no salão nobre de sua sede, na Rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente do sodalício, realizou-se uma sessão administrativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Verificou-se a presença dos seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Moisés Gicovate, Ricardo Román Blanco, Odilon Nogueira de Matos, Délio Freire dos Santos e José da Veiga Oliveira. Abertos os trabalhos, foram lidas e aprovadas as atas de duas prévias sessões. O primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, leu as Efemérides Brasileiras, concernentes ao período de vinte e dois de abril a cinco de maio, quando, no ano de mil e quinhentos, foi descoberto o Brasil, pelo Almirante Pedro Álvares Cabral, cuja armada fundeou em Porto Seguro, atual Estado da Bahia. Séculos mais tarde, o Imperador Pedro II decretou a dissolução da Câmara dos Deputados, no segundo Reinado, daí surtindo problemas políticos candentes, com os protestos de numerosos deputados, verificando-se o movimento da Revolta Liberal de 1842. Em sessão do Instituto Histórico de 20 de abril de 1907, o Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, recebeu cumprimentos pela investidura de sócio titular do Instituto. Passando aos trabalhos da sessão administrativa, cuidou-se da eleição do Dr. Walter Pinheiro Guerra para sócio titular. O primeiro secretário leu o currículo do candidato, a proposta e os pareceres da Comissão de Sindicância. Procedida a votação secreta, venceu o candidato à unanimidade. A vinte de maio realizar-se-á a segunda votação. O Sr. primeiro secretário discorreu sobre o iminente sesquicentenário da Revolta de Sorocaba, 1842. Ficou aprazado um contato conjunto entre o Instituto de São Paulo e de Sorocaba, para a realização de uma sessão solene. Os consócios Celso Maria de Mello Pupo falará em Campinas e Roberto Machado Carvalho em Sorocaba e Itu, a 17 de maio. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente deu por encerrados os trabalhos. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 06 de maio de 1992

Aos seis dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e dois, às dezessete horas, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho,

realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no salão nobre de sua sede, na Rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, uma sessão cultural, verificando-se a presença dos seguintes consócios e pessoas convidadas: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Adilson Cezar, Duilio Crispim Farina, Silvio Marone, Walter Pinheiro Guerra, Celso Maria de Mello Pupo, Pe. Hélio Abranches Viotti, Luiz Wanderley Torres, Gualter Godinho, Rosalvo Florentino de Souza, Antonio de Arruda Camargo, José Gonçalves Salvador, Isaac Grinberg, Paul Donovan Kigar, Tsunezo Sato, Mario Mazzuia, José da Veiga Oliveira, Délio Freire dos Santos, Geraldo Magella de Freitas, Severino dos Santos, Zélia Maria Ramos Carneiro, Maria da Conceição Pereira Spindola, Afrânio Gomes e Olivia Imbassahy. Foi lida e aprovada uma ata de sessão anterior. O primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, procedeu à leitura das Efemérides Brasileiras, no período compreendido entre 06 e 19 de maio. A 13 do mesmo mês, a Princesa Isabel, na qualidade de regente do Império, promulgou a Lei Áurea, que outorgou aos escravos o benefício da liberdade. A oito de maio de 1850, nasceu em Itu o artista-pintor, José Ferraz de Almeida Júnior, autor de autênticas obras-primas, integrante da história da arte. Quanto às Efemérides do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, mencionou o convite ao consócio Vinício Stein Campos para integrar a Comissão Julgadora de Concurso sobre a história do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Do expediente constou elogio ao consócio Itamar Bopp, eleito por merecimento ao Colégio Brasileiro de Genealogia, no Rio de Janeiro. Foi também prestada referência ao orador oficial do Instituto, Duilio Crispim Farina, que receberá homenagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo no próximo dia 18 de maio, por ser o único médico da instituição que pertence às Academias Paulista de Letras e Paulista de História. Por seu lado, o consócio Roberto Machado Carvalho tornou-se sócio do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Foi dada a palavra ao último nomeado, que assomou à tribuna para falar da Revolução Liberal de São Paulo/Minas, de 1842, oriunda de séria a profunda crise política, com crescente agitação do ambiente da época e as medidas repressivas do Poder Central, com a dissolução da Câmara em maio de 1842. Liberais foram perseguidos, presos, deportados. Houve apelo às armas e diversos conflitos sangrentos, com a entrada de Caxias em Sorocaba, o ex-regente Padre Diogo Antonio Feijó preso, encarcerado e afinal anistiado. Em Campinas registrou-se outro foco de rebeldia, além de lutas cerradas entre liberais e as forças imperiais, além de inevitáveis e mútuas atrocidades. Por fim, Caxias consegue a pacificação, retorna ao Rio de Janeiro, dando-se a reconciliação entre vencedores e vencidos. O Sr. presidente elogiou a bem urdida comunicação do orador, que celebrou o sesquicentenário da Revolução em epígrafe. O consócio Luiz Wanderley Torres homenageou com uma comunicação poética a Guerra Cívica de 1932. O acadêmico Duilio Crispim Farina saudou os acadêmicos de Sorocaba, representados por vários de seus componentes, presentes à sessão cultural. Tomou a palavra o prof. Adilson Cezar, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, agradecendo as homenagens prestadas. A seguir encerrou-se a sessão da qual José da Veiga Oliveira,

segundo secretário, lavrou a presente ata, a qual, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 20 de maio de 1992

Às dezessete horas do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e dois, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede, à Rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, uma sessão solene, em memória do consócio Moisés Gicovate. O Sr. presidente, acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho abriu os trabalhos, convidando para compor a mesa, a viúva do saudoso extinto, Srª Zina Gicovate. Compareceram os seguintes consócios e convidados: Lycurgo de Castro Santos Filho, Duilio Crispim Farina, José da Veiga Oliveira, Célio Debes, Moacir França, Celso Maria de Mello Pupo, Henrique L. Alves, Ricardo Roman Blanco, João Rabello de Aguiar Vallim, Márcio José Lauria, Isaac Grinberg, Gualter Godinho, Ruy Rebello Pinho, J. Pereira, Antonio Roberto de Paula Leite, Délio Freire dos Santos, Adérito Augusto de Moraes Calado, José Gonçalves Salvador, Tsunezo Sato, Silvio Marone, Hernâni Donato, Walter Pinheiro Guerra, Renato Báez, Roberto Machado Carvalho, Luiz Wanderley Torres, Geraldo Magella de Freitas, Olívia Imbassahy, Oswaldo Galloti, Antonio Gouveia, Helena Gicovate, Rosaura de Escobar, Maria Augusta de Escobar, Emerson Ribeiro de Oliveira, Maria de Lourdes Wanderley Torres e Walter Rossi. Foi lida e aprovada uma ata de sessão anterior. Foi outorgada a palavra ao primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, que procedeu à leitura das Efemérides Brasileiras, no lapso de tempo compreendido entre 20 de maio e 3 de junho. Fez-se referência ao donatário Martin Affonso de Souza, que determinou o retorno a Portugal de seu irmão Pero Lopes de Souza, para informar El-Rei do resultado de sua viagem aos páramos meridionais da costa brasileira, em especial à Capitania de São Vicente. Com referência às Efemérides Paulistas, relembrou a epidemia de febre amarela, quando a cidade de Limeira foi esvaziada para evitar calamidade ainda maior. Por fim, às Efemérides do próprio Instituto Histórico, em especial à sessão de 20 de maio de 1972, quando o consócio Francisco de Paula Vicente de Azevedo ofertou ao arquivo do sodalício um título de eleitor, recibo, carta circular de 1888, outros tantos documentos históricos. O consócio Oliveira Júnior comunicou a realização de romaria a Niterói, cidade na qual se localiza o coração do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva. A seguir foi dada a palavra ao orador oficial do Instituto, Duilio Crispim Farina, que prestou homenagem à memória do prof. Dr. Moisés Gicovate, historiador, polígrafo, geógrafo eminente, cujos alentados trabalhos enriqueceram sobremodo a cultura brasileira. Recordou o professor por longos anos do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, os vultos eminentes dos mestres que lá vicejaram em seu tempo, e que influenciaram sobremodo a eclosão de seus dotes intelectuais, tendo trabalhado ao lado de Gustavo Barroso no Museu de História Nacional, além de Roquete Pinto, Lou-

rênço Filho, em prol da museologia do Brasil. Não poderia deixar de referir o euclidiano que habitava o espírito de Gicovate, suas conferências, e as repetidas presenças em São José do Rio Pardo. Joaquim Nabuco, Kafka e outros vultos do pensamento e da arte povoaram o espírito e as atenções culturais do saudoso extinto, cuja bagagem bibliográfica e a pluralidade do saber se ocultavam na modéstia de seu comportamento. O Sr. presidente, ao celebrar os méritos do discurso que acabava de ser prolatado, declarou que seu texto será dado à estampa oportunamente na Revista do Instituto. Fez também uso da palavra o consócio Márcio José Lauria. Após a observância de um respeitoso minuto de silêncio, o Sr. presidente, após agradecer a presença de todos, deu por encerrados os trabalhos, dos quais, José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 03 de junho de 1992

Às dezessete horas do dia três de junho de mil novecentos e noventa e dois, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede, à rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, uma sessão cultural. Verificou-se a presença dos seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Duilio Crispim Farina, Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Antonio Roberto de Paula Leite, J. Pereira, Isaac Grinberg, Paul Donovan Kigar, Luiz Wanderley Torres, Adérito Augusto de Moraes Calado, Délio Freire dos Santos e José da Veiga Oliveira. Abertos os trabalhos pelo sr. presidente, o segundo secretário, José da Veiga Oliveira, procedeu à leitura de uma ata de sessão anterior, aprovada sem discussão. A seguir, o primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, declinou às Efemérides Brasileiras no lapso de tempo compreendido entre 3 e 16 de junho. Assinalou o 9 de junho como a comemoração do dia nacional do Apóstolo do Brasil, o padre jesuíta José de Anchieta. No tocante às Efemérides Paulistas, 8 de junho denota o centenário de nascimento do médico, professor, doutor Antonio Ferreira de Almeida Junior, grande educador, titular da cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Lecionou, outrossim, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, na Escola Paulista de Medicina. Foi Secretário da Educação do Estado de São Paulo, concomitantemente a uma ativa presença em diversos cargos no serviço público. No tocante às Efemérides do Instituto Histórico, assinala-se a data de 6 de junho de 1964 como a da posse do novo consócio Álvaro do Amaral. Na mesma sessão, o consócio Alfredo Gomes requereu voto de pesar pelo passamento do General Nestor Penha Brasil. O sr. presidente deu ciência à Casa da conclusão de entendimentos com representante do Banco Itamarati S/A, no que concerne ao reajustamento dos alugueres de dependências do prédio do próprio Instituto. Pelas avenças, pagarão dezoito milhões de cruzeiros por mês, sendo

que a Agro-Pecuária, também inquilina, responderá por treze milhões, num total global de trinta e um milhões de cruzeiros, havendo de momento um saldo de caixa de cento e cinqüenta milhões de cruzeiros em depósitos. Outrossim, haverá reajustamentos quadrimestrais. Uma unânime salva de palmas dos presentes saldou a notícia ótima, enunciada oficialmente pelo sr. presidente. A seguir, foi dada a palavra ao consócio Antonio Roberto de Paula Leite que discorreu sobre o romance contemporâneo, apontando, com erudição, suas origens e peculiaridades, para distinguir entre romance e folhetim, este muito em voga no século XIX, o século do romantismo, com méritos e falhas, bem como a eclosão do regionalismo literário. O sr. presidente celebrou a comunicação de Paula Leite com elogiosas palavras. José da Veiga Oliveira, com a palavra, teceu considerações sobre a multiplicidade de alterações textuais na obra literária do romancista português Eça de Queiroz, por iniciativa de seu filho José Maria, e que agora vem sendo restaurada em Lisboa, com a estampa da Obra Crítica, que irá produzir os textos em sua versão original, tal como o grande romancista lusitano a concebeu. Em aparte, o consócio J. Pereira mencionou, de improviso, recentes episódios de censura em Los Angeles e China. O consócio Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho informou de sua presença ao congresso "500 anos de Missionação Portuguesa — Encontro de Culturas", em Lisboa, quando assistiu a um belo concerto de música renascentista e barroca portuguesa, no Mosteiro dos Jerônimos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata, a qual, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

Ata da sessão do dia 17 de junho de 1992

Às dezessete horas do dia dezessete de junho de mil novecentos e noventa e dois, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede, à rua Benjamin Constant, 158, 1º andar, uma sessão administrativa. Compareceram os seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Duilio Crispim Farina, Adérito Augusto de Moraes Calado, Pe. Hélio Abranches Viotti, J. Pereira, José Gonçalves Salvador, Délio Freire dos Santos, Célio Debes, Walter Pinheiro Guerra, Moacir França, Ricardo Román Blanco, Ruy Rebello Pinho, Hernâni Donato, Henrique L. Alves, José Benedicto Silveira Peixoto e José da Veiga Oliveira. Foram lidas e aprovadas as atas de duas sessões anteriores. Em seguida o primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, procedeu à leitura das Efemérides Brasileiras no período compreendido entre 17 e 30 de junho. 18 de junho assinala a data de falecimento do Cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro. Quanto às Efemérides Paulistas, a 24 de junho era inaugurado o Viaduto Boa Vista, obra de importância viária. Quanto às Efemérides do Instituto Histórico recordou-se a sessão do dia 20

de junho de 1964, quando o consócio Nicolau Duarte e Silva sugeriu que o órgão se solidarizasse com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no sentido de pleitear o apoio do Governo Federal, a fim de acudir-lhe às necessidades econômicas. Registra-se que o consócio Álvaro do Amaral ofertou diversas importantes relíquias ao arquivo e ao museu. O Sr. presidente deu ciência à Casa quanto à importância de 640 mil cruzeiros, dispendida na encadernação do Dicionário Universal do Século XIX, de Pierre Larousse, serviço de suntuosa feitura, implicando, concomitantemente, restauração de certas partes danificadas dos pesados 16 volumes da valiosíssima Coletânea. Com a palavra, o consócio Célio Debes, aludindo à data de 9 de julho, informou que o Governo do Estado determinou a restauração definitiva do prédio do Arquivo do Estado, notícia sobremodo importante para a cultura paulista, principalmente se tivermos em conta que os serviços em andamento incluem pormenores técnicos atualizados, imprescindíveis, tais como a restauração de volumes e textos históricos. É um orçamento no montante de 70 milhões de dólares. Foi proposto um voto de congratulações ao atual diretor do Arquivo, Carlos Guilherme Motta. O sr. presidente informou a aquisição de outra importante coletânea, desta feita em cinco volumes, de recente estampa. Trata-se da "História da Vida Privada", pela importância de 612 mil cruzeiros. Com a palavra o consócio e segundo secretário José da Veiga Oliveira sugeriu a aquisição, para a Biblioteca "Afonso de Escragnolle Taunay", do Instituto, das obras "O Programa Gil Gomes, a Justiça em Ondas Médias" de Maria Thereza Paulino da Costa (Editora da Universidade Estadual de Campinas) e "Memórias da Pensão Humaitá — Crônica Nostálgica da Legendária Casa de Yan de Almeida Prado", de autoria de João de Scantimburgo, aproveitando o ensejo para tecer observações em torno dos depoimentos, análises, pesquisas de caráter histórico. Entre o preopinante e o consócio J. Pereira travou-se rápido diálogo a propósito de pareceres divergentes acerca das atividades do repórter policial Gil Gomes. Com a palavra o consócio Pe. Hélio Abranches Viotti S.J. comentou a doação de José da Veiga Oliveira do livro do naturalista germânico Rolf Grantsau "Die Kolibris Brasiliens", um científico e bem urdido estudo sobre os beija-flores das florestas do Brasil, obra profusamente ilustrada. Foi comentada a reunião ecumênica do Rio de Janeiro, a já histórica Eco-92, e sua importância para o futuro do planeta. Já o consócio J. Pereira sustentou a maior importância do homem, faminto, doente, desamparado, como preocupação prioritária do Estado, quando ninguém ignora que milhares de seres humanos definham e morrem à míngua de todo o humano socorro. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrados os trabalhos, convocando a próxima reunião do CEHIS para a tarde de 24 de junho. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

DIRETORIA — 1993/1996

A atual Diretoria do IHGSP foi eleita em 7 de outubro de 1992 e tomou posse no dia 25 de janeiro de 1993 para cumprir um mandato de três anos. Principais compromissos assumidos pela atual Diretoria:

— organizar o programa das comemorações do Centenário (1994);
— reativar o intercâmbio com instituições culturais e científicas;
— aumentar a freqüência das sessões;
— editar um boletim ou jornal mensal;
— dinamizar a publicação da Revista;
— informatizar a biblioteca, hemeroteca e administração.

Presidente
Hernâni Donato

1º Vice-Presidente
Duílio Crispim Farina

2º Vice-Presidente
José Pereira

3º Vice-Presidente
Odilon Nogueira de Matos

1º Secretário
Roberto Machado Carvalho

2º Secretário
José da Veiga Oliveira

3º Secretário
Henrique L. Alves

4º Secretário
Ruy Rebello Pinho

1º Tesoureiro
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

2º Tesoureiro
Douglas Michalany

1º Orador
Israel Dias Novaes

2º Orador
José Benedito Silveira Peixoto

1º Bibliotecário
Célio S. Debes

2º Bibliotecário
Adérito Augusto de Moraes Calado

Hemerotecário
Délio Freire dos Santos

Museu, Arquivo e Documentação
Reginaldo Moreira de Miranda

Comissão de Redação da Revista
Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J.
José Benedito Silveira Peixoto
Geraldo Dutra de Moraes
Célio Salomão Debes
Nilva Rogick de Mello

COMPOSICÃO, FOTOLITO E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291-3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex: 011-34557 — DOSP
Caixa Postal: 8231 — São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.º 48.066.047/0001-84